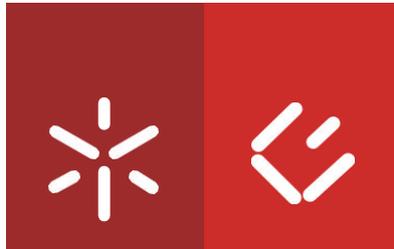




Universidade do
Minho Escola de
Economia e Gestão



Francisco Coelho Cuogo

Uma análise do protagonismo da União Europeia no Ártico a
partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais

Tese de Doutoramento em Ciência Política e
Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Maria Estrada Carvalhais

Setembro de 2022

DECLARAÇÃO

Nome: Francisco Coelho Cuogo

Endereço electrónico: cuogo.francisco@gmail.com

Título da tese: Uma análise do protagonismo da União Europeia no Ártico a partir da Teoria Crítica das Relações Internacionais

Orientadora: Isabel Maria Estrada Carvalhais

Ano de conclusão: 2021

Designação do Doutoramento: Ciências Políticas e Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 01 de setembro de 2022.

Assinatura: 

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 01 de setembro de 2022.

Nome completo: Francisco Coelho Cuogo

Assinatura: 

AGRADECIMENTOS

A concretização de um trabalho desta natureza teria sido muito mais difícil sem a minha família. No decorrer da vida aprendi que a família é o menor núcleo social existente na sociedade, mas o de maior importância na vida do ser humano. Na família encontramos abrigo, segurança e proteção. Na família partilhamos segredos, emoções, sentimentos e sonhos. É para a família que nos voltamos quando queremos partilhar conquistas e vitórias. E recorremos à família quando passamos pelas lutas da vida. Na família encontro a minha linda e incomparável esposa Larissa, sempre forte e capaz enfrentar as tempestades que aparecem no caminho. Minha pequena Isabela e a mais pequena ainda Manuella, ambas sempre firmes nos seus propósitos e dedicadas aos seus objetivos. Meus pais, Sérgio e Regina, cuja sabedoria foi essencial na formação do nosso caráter, e meu irmão Cássio, que sempre esteve presente para ajudar, mesmo quando nada lhe era pedido.

Quero também agradecer a orientadora desta tese, a Professora Isabel Maria Estrada Carvalhais, pela sua generosidade em conceder seu tempo sempre que precisei, pelo apoio nos momentos de dúvidas, pelas sábias sugestões na trajetória académica e pela oportunidade mais distinta que recebi na minha trajetória académica: a possibilidade de lecionar nas Licenciaturas em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho.

Agradeço ainda a Professora Alena Vysotskaya Guedes Vieira pela oportunidade de leção conjunta no curso de Relações Internacionais e pelo apoio incondicional ao meu trabalho docente. E a Professora Laura Cristina Ferreira-Pereira pelas excelentes aulas à nível de doutoramento, pela partilha de saberes e experiências e pelas incontáveis sugestões de leitura e referências bibliográficas que muito contribuíam na minha trajetória doutoral.

A questão de em que sentido as linhas de força se deslocam é sempre uma questão histórica a ser respondida por um estudo do caso particular.

Robert Cox

RESUMO

O Ártico é uma região do planeta sensível às mudanças pelas quais o mundo contemporâneo passa. Tanto o crescimento de problemas ambientais quanto a globalização da economia têm afetado a região Ártica. As diversas consequências da intensificação de danos ao meio ambiente, em todo o globo, acabam por refletir, de forma direta e indireta, no ecossistema do Ártico. Não só as questões ambientais estão ligadas com o Ártico a partir de outras regiões. O sistema económico global, orientado por uma relação sistémica internacional, com linhas de produção, distribuição e consumo dispersas em todo o globo e geograficamente distantes (embora tecnologicamente supervisionadas e conectadas) acabou por integrar a região Ártica em relações económicas mundiais, abrindo oportunidades para discutir até que ponto tais mudanças podem – ou não – ameaçar o equilíbrio ecológico do Ártico. Sendo também pertinente analisar se a abertura das fronteiras árticas para a economia mundial podem também levar ameaças e instabilidades para o Círculo Polar Norte. A análise destas questões perpassa, em nossa investigação, pela estrutura do Sistema Internacional (SI) contemporâneo. O SI, apesar de ter sua génese num espaço geográfico e temporal específico (o continente europeu entre os séculos XI e XIX), estabeleceu estruturas de dominação que se replicaram em todo o globo. Essencialmente, as forças hegemónicas globais são consequências das características do desenvolvimento do Sistema Internacional e cujas condições permitiram a perpetuação do poder e da influência de certos atores. A análise da construção do SI evidencia que os primeiros estados que se formaram na Europa foram aqueles que mais cedo entraram em disputas de poder e cuja consequência imediata foi o estabelecimento de relações entre estes Estados e as suas economias nacionais. Assim, conseguiram alavancar as suas estruturas produtivas e comerciais, garantindo acúmulo de capital que, por sua vez, seria revertido em recursos que permitissem ao Estado competir com outros Estados pela conquista de territórios e melhores condições económicas/comerciais. Esta incessante busca pelo poder através dos recursos económicos estimulou o desenvolvimento tecnológico e culminou na Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. Os países que assumiram a vanguarda dos processos de produção industrial aceleraram o consumo, ampliaram a arrecadação de capital, acumularam riquezas e converteram-nas em recursos militares e em estruturas políticas que lhes permitiram propagar seus interesses para além de seus territórios. No entanto, visto que o jogo de disputas pelo poder sempre foi dinâmico e assimétrico, a industrialização, depois de consolidada em diversos territórios do SI, não seria mais um diferencial competitivo para os países pioneiros desse processo. E, por isso, a crise do sistema capitalista dos anos 1970 impulsionou o surgimento de um novo modelo de produção e acumulação. Através da produção descentralizada e interdependente surgiu um modelo de acumulação flexível e uma estrutura produtiva organizada em redes globais de produção e consumo. Entre os diversos Estados afetados por aquela situação, alguns países superaram a crise reorganizando suas relações de produção em uma estrutura global e interligada que lhes permitiu acumular ainda mais capital e poder. A União Europeia (através dos seus Estados-membros) não só viveu todas estas transformações como também foi capaz de se adaptar à maioria delas, conseguindo ocupar de maneira contínua um papel relevante em todo o globo. De facto, desde a sua criação a UE tem sido capaz de marcar o mundo com seus valores, ideias e interesses políticos. A União, como um proeminente ator do Sistema Internacional, dispõe de capacidades económicas, ideológicas e militares, sendo capaz de exercer, num cenário globalizado, forte ingerência em questões internacionais, especialmente naquelas sensíveis à estabilidade, à sustentabilidade e ao equilíbrio político global. A capacidade da UE em acompanhar as mudanças económicas mundiais, adaptando-se em diferentes momentos e contextos a coloca hoje, no século XXI, em uma posição de destaque no Sistema Internacional, evidenciando capacidades hegemónicas e de intervenção na ordem internacional.

Entretanto, ao olhar para o Ártico como uma zona geográfica de interesses mundiais e ao mesmo tempo sensível às mudanças globais, e também como uma zona importante para a sustentabilidade do planeta e para a vida humana, importa-nos verificar se nesta área do globo a União Europeia mantém a mesma postura hegemónica que ela projecta em outras zonas e questões de interesses internacionais. Ou se, pelo contrário, assume uma postura contra-hegemónica no Ártico, não seguindo a tendência para uma abordagem utilitarista e exploratória da região, tal como as grandes potências almejam, nomeadamente Estados Unidos, Rússia, China etc. Por outras palavras, importa perceber se a praxis política da UE tende hoje a replicar a lógica hegemónica no tratamento da questão do Ártico, ou se, pelo contrário, ela se posiciona a favor de um equilíbrio político preservador da singularidade ambiental do Ártico, mesmo se em detrimento das imensas vantagens competitivas que o Ártico pode oferecer por via da exploração dos seus recursos naturais e energéticos. Nesse sentido, convém esclarecer que a defesa dos interesses dos estados (sejam eles económicos, militares, geopolíticos) surge alinhada com uma visão hegemónica sobre o Ártico, ao passo que a presença da defesa da singularidade ambiental do Ártico surge alinhada com uma postura contra-hegemónica. O fundamento desta articulação binária encontra-se no entendimento que em cada pólo é feito sobre o poder: ao passo que na posição hegemónica há uma visão do poder como determinante na definição das relações em sociedade, logo, também entre os Estados e quaisquer outros atores, enquanto na posição contra-hegemónica o poder é substituído pela valorização do Bem Comum que a uma escala global atinge a dimensão de Bem da Humanidade, pelo qual se justificam relações de conciliação. Voltando, pois, ao papel da UE, é nosso ensejo perceber por qual dos pólos (hegemónico ou contra-hegemónico) a União é atraída na região ártica. Para construir esta investigação e sustentar a argumentação sobre este tema, desenvolvemos a tese em quatro partes. Na primeira parte, a introdutória, apresentamos os argumentos iniciais sobre a temática investigada e justificamos porque é relevante estudar a relação da União Europeia com o Ártico. Em seguida, justificamos a lente teórica escolhida para as nossas análises e apresentamos as duas hipóteses cuja fiabilidade e força explicativa pretendemos testar. Ainda, descrevemos a abordagem metodológica, procurando demonstrar como ela parece ser a que melhor se adequa à prossecução dos nossos objetivos de investigação. Na segunda parte, julgamos importante dissertar sobre a relação entre as forças hegemónicas, o poder e a acumulação de capital, como forma de fundamentar a nossa leitura sobre como essa relação é ainda hoje útil para explicar os comportamentos atuais dos Estados nas relações internacionais (veremos depois se a mesma utilidade explicativa serve - ou não - para caracterizar a relação da UE com o Ártico). Para tanto, recorreremos à revisão histórica da formação dos primeiros Estados nacionais, bem como a consequente - e importante - relação entre a economia e a política, da qual foram derivando as ações competitivas e expansionistas entre as unidades políticas soberanas da Europa. Como veremos mais em detalhe, as hegemonias globais fizeram uso do processo de industrialização para obter superioridade económica e militar nas RI, e simultaneamente reorganizar as atividades laborais para incrementar a acumulação do capital. Esta leitura mais historicista contribui a meu ver no resgate da utilidade heurística e teórica de conceitos como a Hegemonia de Gramsci e, numa vertente mais próxima das Relações Internacionais, a Hegemonia de Robert Cox. Para ambos, as forças hegemónicas decorrem de relações históricas em que as condições de produção, de consumo, de práticas laborais e de acumulação de capital são cruciais para a consolidação dos atores hegemónicos. Na terceira parte, debruçamo-nos sobre a lente teórica utilizada na tese, a saber a Teoria Crítica das Relações Internacionais. Em boa verdade, a lente já é aplicada em termos práticos na construção do capítulo anterior. Contudo, consideramos ser imprescindível uma melhor sistematização dessa lente, o que passa por um revisar do mainstream teórico nas Relações Internacionais de modo a salientar aquelas que nos parecem ser as principais limitações desse mainstream para a nossa análise, e,

consequentemente, a pertinência de recorrermos às abordagens pós-positivistas nas Relações Internacionais, nas quais inserimos, pois, a Teoria Crítica. Na quarta parte, viajamos então ao Ártico, às suas características geográficas, naturais e geopolíticas, bem como à sua condição singular no Sistema Internacional (justificando porque a consideramos singular). É então nesse capítulo que identificamos os dois principais organismos políticos no Ártico, bem como os Estados do Ártico e nos debruçamos sobre a relação entre a região ártica e a União Europeia, analisando a relação da UE com o Ártico a partir de uma leitura interpretativista e uma análise qualitativa dos documentos oficiais emitidos pela União sobre o Ártico. Visto que esta relação é ainda recente e não havendo, portanto, um histórico de ações e protagonismos práticos da UE na região ártica, optamos pela análise documental, onde os discursos da União são expressos e consequentemente a sua percepção sobre o Ártico e sobre a sua relação com a região.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Hegemonia. União Europeia. Ártico.

ABSTRACT

The Arctic is a region of the planet that is sensitive to the changes that the contemporary world is undergoing. Both the growth of environmental problems and the globalization of the economy have affected the Arctic region. The various consequences of the intensification of damage to the environment, across the entire globe, end up reflecting, in a direct and indirect way, on the Arctic ecosystem. But not only environmental issues link the Arctic with from other regions. The global economic system, guided by an international systemic relationship, with lines of production, distribution and consumption dispersed across the globe and geographically distant (although technologically supervised and connected) ended up integrating the Arctic region into world economic relations, opening up opportunities to discuss the extent to which such changes may – or may not – threaten the ecological balance of the Arctic. It is also pertinent to analyze whether the opening of arctic borders to the world economy can also lead to threats and instabilities to the North Polar Circle. The analysis of these questions permeates, in our investigation, the structure of the contemporary International System (IS). The IS, despite having its genesis in a specific geographic and temporal space (the European continent between the 11th and 19th centuries), established structures of domination that were replicated across the entire globe. Essentially, the global hegemonic forces are consequences of the characteristics of the development of the International System and whose conditions allowed the perpetuation of the power and influence of certain actors. The analysis of the construction of the IS shows that the first states that were formed in Europe were those that earlier entered into power disputes and whose immediate consequence was the establishment of relationships between these states and their national economies. Thus, they managed to leverage their productive and commercial structures, ensuring capital accumulation, which, in turn, would be turned into resources that would allow the State to compete with other States for the conquest of territories and better economic/commercial conditions. This incessant search for power through economic resources stimulated technological development and culminated in the Industrial Revolution of the 18th and 19th centuries. Countries that took the forefront of industrial production processes accelerated consumption, expanded capital collection, accumulated wealth and converted it into military resources and political structures that allowed them to propagate their interests beyond their territories. However, since the game of disputes for power has always been dynamic and asymmetrical, industrialization, after being consolidated in several territories of the IS, would no longer be a competitive advantage for the pioneer countries of this process. And, therefore, the crisis of the capitalist system of the 1970s spurred the emergence of a new model of production and accumulation. Through decentralized and interdependent production, a flexible accumulation model and a productive structure organized into global production and consumption networks emerged. Among the various States affected by that situation, some countries overcame the crisis by reorganizing their production relations into a global and interconnected structure that allowed them to accumulate even more capital and power. The European Union (through its Member States) has not only lived through all these transformations but has also been able to adapt to most of them, managing to continuously occupy a relevant role across the globe. In fact, since its creation, the EU has been able to mark the world with its values, ideas and political interests. The Union, as a prominent actor in the International System, has economic, ideological and military capabilities, being able to exercise, in a globalized scenario, strong interference in international issues, especially those sensitive to stability, sustainability and global political balance. The EU's ability to keep up with world economic changes, adapting to different moments and contexts, places it today, in the 21st century, in a prominent position in the International System, showing hegemonic and intervention capabilities in the international order. However, when looking at the Arctic as a geographical area of global interests and at the same time sensitive to global changes, and also as an important area for the sustainability of the planet and for human life, it is important

to verify if in this area of the globe the The European Union maintains the same hegemonic posture that it projects in other areas and issues of international interest. Or if, on the contrary, the UE takes a counter-hegemonic posture in the Arctic, not following the trend towards a utilitarian and exploratory approach to the region, such as the great powers are, namely the United States, Russia, China, etc. In other words, it is important to understand if the EU's political praxis today tends to replicate the hegemonic logic in the treatment of the Arctic issue, or if, on the contrary, it is positioned in favor of a political balance that preserves the environmental uniqueness of the Arctic, even if to the detriment of the immense competitive advantages that the Arctic can offer through the exploitation of its natural and energy resources. In this sense, it should be clarified that the defense of states' interests (whether economic, military, geopolitical) is aligned with a hegemonic view of the Arctic, while the presence of the defense of the environmental uniqueness of the Arctic arises in line with an aligned stance. hegemonic. The foundation of this binary articulation lies in the understating that in each pole it is made about power: while in the hegemonic position there vis a view of power as determinant in the definition of relationships in society then also between States and any other actors, in counter-hegemonic position, power is replaced by the valorization of the Common Good that, in a global scale, reaches the dimension of the Good of Humanity, for which relationships of reconciliation are justified. Returning, therefore, to the role of the EU, it is our opportunity to understand which poles (hegemonic or counter-hegemonic) the Union is attracted to in the arctic region. To build this investigation and support the argument on this topic, we developed the thesis in four parts. In the first, introductory part, we present the initial arguments on the investigated topic and justify why it is relevant to study the European Union's relationship with the Arctic. Next, we justify the theoretical lens chosen for our analyses and present the two hypotheses whose reliability and explanatory strength we intend to test. In addition, we describe the methodological approach, seeking to demonstrate how it appears to be the best suited to the pursuit of our research objectives. In the second part, we consider it important to discuss the relationship between hegemonic forces, power and capital accumulation, as a way to substantiate our reading about how this relationship is still useful today to explain the current behaviors of states in international relations (we will see then whether the same explanatory utility serves - or not - to characterize the EU's relationship with the Arctic). To do so, we resorted to a historical review of the formation of the first national States, as well as the consequent – and important – relationship between the economy and politics, from which the competitive and expansionist actions between the European sovereign political units were derived. As we will see in more detail, global hegemonies made use of the industrialization process to obtain economic and military superiority in the RI, and simultaneously reorganize labor activities to increase capital accumulation. In my view, this more historicist reading contributes to the rescue of the heuristic and theoretical utility of concepts such as the Hegemony of Gramsci and, in a aspect closer to International Relations, the Hegemony of Robert Cox. For both, the hegemonic forces stem from historical relationships in which the conditions of production, consumption, work practices and capital accumulation are crucial for the consolidation of the hegemonic actors. In the third part, we focus on the theoretical lens used in the thesis, namely the Critical Theory of International Relations. In fact, the lens is already applied in practical terms in the construction of the previous chapter. However, we consider that a better systematization of this lens is essential, which involves a review of the theoretical mainstream in International Relations in order to highlight those that seem to us to be the main limitations of this mainstream for our analysis, and, consequently, the relevance of resorting to to the post-positivist approaches in International Relations, in which we therefore insert Critical Theory. In the fourth part, we then travel to the Arctic, its geographical, natural and geopolitical characteristics, as well as its unique condition in the International System (justifying why we consider it unique). It is then in this chapter that we identify the two main political bodies in the Arctic, as well as the Arctic States, and focus on the relationship between the Arctic region and the European Union,

analyzing the EU's relationship with the Arctic from an interpretive and a qualitative analysis of the official documents issued by the Union on the Arctic. Since this relationship is still recent and there is, therefore, a history of practical EU actions and protagonism in the arctic region, we opted for documentary analysis, where the Union's discourses are expressed and, consequently, their perception and their perception of the Arctic and its relationship with the region.

Keywords: Critical Theory. Hegemony. European Union. Arctic.

RESUMEN

El Ártico es una región del planeta sensible a los cambios que está experimentando el mundo contemporáneo. Tanto el crecimiento de los problemas ambientales como la globalización de la economía han afectado a la región del Ártico. Las diversas consecuencias de la intensificación de los daños al medio ambiente, en todo el globo, acaban repercutiendo, de forma directa e indirecta, en el ecosistema ártico. No solo los problemas ambientales están vinculados con el Ártico desde otras regiones. El sistema económico global, guiado por una relación sistémica internacional, con líneas de producción, distribución y consumo dispersas por el globo y geográficamente distantes (aunque tecnológicamente supervisadas y conectadas) terminó integrando la región ártica a las relaciones económicas mundiales, abriendo oportunidades para discutir la medida en que tales cambios pueden, o no, amenazar el equilibrio ecológico del Ártico. También es pertinente analizar si la apertura de las fronteras árticas a la economía mundial también puede generar amenazas e inestabilidades para el Círculo Polar Norte. El análisis de estas cuestiones permea, en nuestra investigación, la estructura del Sistema Internacional (SI) contemporáneo. La SI, a pesar de tener su génesis en un espacio geográfico y temporal concreto (el continente europeo entre los siglos XI y XIX), estableció estructuras de dominación que se replicaron en todo el globo. Esencialmente, las fuerzas hegemónicas globales son consecuencias de las características del desarrollo del Sistema Internacional y cuyas condiciones permitieron la perpetuación del poder e influencia de ciertos actores. El análisis de la construcción de la SI muestra que los primeros estados que se formaron en Europa fueron aquellos que antes entraron en disputas de poder y cuya consecuencia inmediata fue el establecimiento de relaciones entre estos Estados y sus economías nacionales. Así lograron apalancar sus estructuras productivas y comerciales, garantizando la acumulación de capital que, a su vez, se convertiría en recursos que permitirían al Estado competir con otros Estados por la conquista de territorios y mejores condiciones económico-comerciales. Esta búsqueda incesante de poder a través de los recursos económicos estimuló el desarrollo tecnológico y culminó en la Revolución Industrial de los siglos XVIII y XIX. Los países que tomaron la vanguardia de los procesos de producción industrial aceleraron el consumo, ampliaron la captación de capital, acumularon riqueza y la convirtieron en recursos militares y estructuras políticas que les permitieron extender sus intereses más allá de sus territorios. Sin embargo, dado que el juego de las disputas por el poder siempre ha sido dinámico y asimétrico, la industrialización, luego de consolidarse en varios territorios de la SI, dejaría de ser un diferencial competitivo para los países que fueron pioneros en este proceso. Y, por tanto, la crisis del sistema capitalista de la década de 1970 impulsó el surgimiento de un nuevo modelo de producción y acumulación. A través de la producción descentralizada e interdependiente surgió un modelo de acumulación flexible y una estructura productiva organizada en redes globales de producción y consumo. Entre los diversos estados afectados por esa situación, algunos países superaron la crisis reorganizando sus relaciones de producción en una estructura global e interconectada que les permitió acumular aún más capital y poder. La Unión Europea (a través de sus Estados miembros) no solo ha vivido todas estas transformaciones sino que ha sabido adaptarse a la mayoría de ellas, consiguiendo ocupar de forma continua un papel relevante en todo el mundo. De hecho, desde su creación, la UE ha sabido marcar el mundo con sus valores, ideas e intereses políticos. La Unión, como actor destacado del Sistema Internacional, tiene capacidades económicas, ideológicas y militares, pudiendo ejercer, en un escenario globalizado, fuerte injerencia en los asuntos internacionales, especialmente aquellos sensibles a la estabilidad, sostenibilidad y equilibrio político global. La capacidad de la UE para seguir el ritmo de los cambios económicos mundiales, adaptándose a los diferentes momentos y contextos, la sitúa hoy, en el siglo XXI, en una posición destacada en el Sistema Internacional, mostrando capacidades hegemónicas y de intervención en el orden

internacional. Sin embargo, al mirar el Ártico como un área geográfica de interés global y al mismo tiempo sensible a los cambios globales, y también como un área importante para la sostenibilidad del planeta y para la vida humana, es importante verificar si en esta zona del globo la Unión Europea mantiene la misma postura hegemónica que proyecta en otras áreas y temas de interés internacional. O si, por el contrario, la UE adopta una postura contrahegemónica en el Ártico, no siguiendo la tendencia hacia un enfoque utilitario y exploratorio de la región, como son las grandes potencias, a saber, Estados Unidos, Rusia, China, etc. En otras palabras, es importante entender si la praxis política de la UE hoy tiende a replicar la lógica hegemónica en el tratamiento de la cuestión ártica, o si, por el contrario, se posiciona a favor de un equilibrio político que preserve la singularidad ambiental del Ártico, aunque sea en detrimento de las inmensas ventajas competitivas que el Ártico puede ofrecer a través de la explotación de sus recursos naturales y energéticos. En este sentido, cabe aclarar que la defensa de los intereses de los estados (sean económicos, militares, geopolíticos) está alineada con una visión hegemónica del Ártico, mientras que la presencia de la defensa de la singularidad ambiental del Ártico surge en consonancia con una postura alineada, hegemónica. El fundamento de esta articulación binaria radica en el entendimiento de que en cada polo se hace sobre el poder: mientras que en la posición hegemónica hay una visión del poder como determinante en la definición de las relaciones en la sociedad, por tanto, también entre los Estados y cualquier otro actor, mientras que en la posición contrahegemónica, el poder es reemplazado por la apreciación del Bien Común, que a escala global alcanza la dimensión del Bien de la Humanidad, por lo que se justifican las relaciones de conciliación. Volviendo, por tanto, al papel de la UE, es nuestra oportunidad de comprender qué polos (hegemónicos o contrahegemónicos) atraen a la Unión en la región ártica. Para construir esta investigación y sustentar la argumentación sobre este tema, desarrollamos la tesis en cuatro partes. En la primera parte, introductoria, presentamos los argumentos iniciales sobre el tema investigado y justificamos por qué es relevante estudiar la relación de la Unión Europea con el Ártico. A continuación, justificamos la lente teórica elegida para nuestros análisis y presentamos las dos hipótesis cuya fiabilidad y fuerza explicativa pretendemos contrastar. Además, describimos el enfoque metodológico, buscando demostrar cómo parece ser el más adecuado para la consecución de los objetivos de nuestra investigación. En la segunda parte, consideramos importante discutir la relación entre las fuerzas hegemónicas, el poder y la acumulación de capital, como una forma de fundamentar nuestra lectura sobre cómo esta relación sigue siendo útil hoy para explicar los comportamientos actuales de los estados en las relaciones internacionales (veremos ver entonces si la misma utilidad explicativa sirve -o no- para caracterizar la relación de la UE con el Ártico). Para ello, recurrimos a una revisión histórica de la formación de los primeros Estados nacionales, así como de la consecuente -e importante- relación entre la economía y la política, de la que se derivaron las acciones competitivas y expansionistas entre las unidades políticas soberanas europeas. Como veremos con más detalle, las hegemonías globales se sirvieron del proceso de industrialización para obtener la superioridad económica y militar en las RI, y simultáneamente reorganizar las actividades laborales para incrementar la acumulación de capital. En mi opinión, esta lectura más historicista contribuye al rescate de la utilidad heurística y teórica de conceptos como la Hegemonía de Gramsci y, en un aspecto más cercano a las Relaciones Internacionales, la Hegemonía de Robert Cox. Para ambos, las fuerzas hegemónicas surgen de relaciones históricas en las que las condiciones de producción, consumo, prácticas de trabajo y acumulación de capital son cruciales para la consolidación de los actores hegemónicos. En la tercera parte, nos centramos en el lente teórico utilizado en la tesis, a saber, la Teoría Crítica de las Relaciones Internacionales. De hecho, la lente ya se aplica en términos prácticos en la construcción del capítulo anterior. Sin embargo, consideramos que es fundamental una mejor sistematización de esta lente, lo que implica una revisión de la corriente teórica en Relaciones Internacionales con el fin de resaltar aquellas que nos

parecen las principales limitaciones de esta corriente para nuestro análisis y, en consecuencia, la pertinencia de recurrir a los enfoques pospositivistas en Relaciones Internacionales, en los que insertamos por tanto la Teoría Crítica. En la cuarta parte, viajamos luego al Ártico, sus características geográficas, naturales y geopolíticas, así como su condición única en el Sistema Internacional (justificando por qué lo consideramos único). Es entonces en este capítulo que identificamos los dos cuerpos políticos principales en el Ártico, así como los Estados del Ártico, y nos centramos en la relación entre la región del Ártico y la Unión Europea, analizando la relación de la UE con el Ártico desde una perspectiva interpretativa y un análisis cualitativo de los documentos oficiales emitidos por la Unión sobre el Ártico. Dado que esta relación es aún reciente y existe, por tanto, un historial de acciones y protagonismos prácticos de la UE en la región ártica, optamos por el análisis documental, donde se expresan los discursos de la Unión y, en consecuencia, su percepción y su percepción del Ártico. relación con la región.

Palabras clave: Teoría crítica. Hegemonía. Unión Europea. Ártico.

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS TABELAS

Figura 1 – Os três planos de formação das forças hegemónicas.....	68
Figura 2 – Número de habitantes, por país, dentro do Círculo Polar Ártico, considerando os oito países que fazem parte do Conselho do Ártico e cujos territórios estão dentro Círculo Polar.....	84
Figura 3 – As possíveis rotas de navegação marítima, por território canadiana, através da Passagem Noroeste.....	87
Figura 4 – Média anual da extensão da camada de gelo no Ártico.....	89
Figura 5 – Fronteiras geográficas: limites do Ártico.....	94
Figura 6 – Relações dos Estados e dos Estados-membros da UE com o Ártico.....	96
Figura 7 – A divisão administrativa dos territórios dos Estados membros do Conselho do Ártico, com destaque para os respetivos territórios que estão dentro do Círculo Polar Norte.....	98
Figura 8 – Rotas de navegação que ficam disponíveis no extremo norte do globo por causa do degelo no Ártico.....	113
Figura 9 – Países que fazem parte do acordo internacional para o fortalecimento da cooperação científica no Ártico.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Arctic Council
ADHR	Arctic Human Development Report
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
CA	Conselho do Ártico
CARA	Circum-Arctic Resource Appraisal
CE	Comissão Europeia
CPA	Círculo Polar Ártico
EEAS	European External Action Service
EPI	Economia Política Internacional
ESIF	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
EUA	Estados Unidos da América
GCC	Gestão Civil de Crises
GRID	Global Resource Information Database
IBIDEM	Na mesma obra
IDEM	O mesmo autor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIASA	International Institute for Applied Systems Analysis
NATO	North Atlantic Treaty Organisation
NEI	Índice Econômico do Norte
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration
NORDREGIO	Nordic Centre for Spatial Development

NPMO	Escritório de Gerenciamento de Projetos do Norte
NSR	Passagem do Nordeste (Northeast Passage)
NWP	Passagem do Noroeste (Northwest Passage)
OCDE	Organisation for Economic Co-operation and Development
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PESD	Política Europeia de Segurança e de Defesa
PIOMAS	Pan-Arctic Ice Ocean Modelling and Assimilation System
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RI	Relações Internacionais
TC	Teoria Crítica
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
SDWG	Sustainable Development Working Group
SH	Segurança Humana
SI	Sistema Internacional
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	22
1.1 Justificativa pelo estudo da relação da União Europeia e o Ártico.....	26
1.2 Explicitação das hipóteses da tese.....	26
1.3 Justificativa da lente teórica e apresentação das hipóteses.....	27
1.4 Aspectos Metodológicos e objetivos.....	30
2. HEGEMONIA, PODER E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	41
2.1 As origens do Sistema Internacional.....	41
2.2 A associação entre poder, política e capital.....	43
2.3 A pressão competitiva e a necessidade expansionista.....	48
2.3.1 A industrialização inglesa e a superioridade económica e militar.....	50
2.4 As hegemónias globais.....	55
2.5 Hegemonia em Gramsci e Cox.....	64
3. MAINSTREAM E PÓS-POSITIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	70
3.1 O mainstream teórico nas Relações Internacionais.....	71
3.2 As abordagens pós-positivistas nas Relações Internacionais.....	78
4. O ÁRTICO E A UNIÃO EUROPEIA.....	84
4.1 O Ártico na Política Internacional.....	98
4.2 Dois principais organismos políticos no Ártico.....	103
4.3 Os Estados do Ártico.....	104
4.3.1 Rússia.....	105

4.3.2 Noruega.....	106
4.3.3 Dinamarca.....	107
4.3.4 Estados Unidos.....	108
4.3.5 Canadá.....	109
4.4 A União Europeia e o Ártico – olhares e perspectivas.....	110
4.5 A verificação das hipóteses.....	131
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	154

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O último quarto do século XX presenciou a redefinição do cenário geoestratégico internacional a partir de quatro grandes eventos que se sucederam neste período: a crise do petróleo, o desmantelamento do bloco soviético, a reestruturação do sistema produtivo capitalista e a globalização. Nesse momento, a nova estrutura econômica mundial, influenciada pelo fim da bipolaridade e pelo início de uma superpotência global, estabeleceu profundas relações de interdependência (econômica-financeira-comercial) que promoveu fluxos integrados de capital e de novos investimentos em escala mundial.

Estas condições foram diretamente validadas e sustentadas pela revolução tecnológica e pelo fenômeno da compressão da relação espaço-tempo (Harvey, 2002), onde o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação permitiram controle real e global sobre os processos de produção, de consumo e de investimentos financeiros. Nesse contexto, a relação sistêmica entre a economia mundial e a política internacional incidiram com efeitos de mudança sobre a ordem internacional, impulsionando o protagonismo de diversos países que até então atraíam pouca atenção no cenário bipolar que se estendeu do pós- II Guerra Mundial até o fim dos anos 80. A condição econômica e política da nova ordem mundial, ao impulsionar uma estrutura global de produção e consumo, constituiu uma rede mundial de atores que ganharam relevância no sistema internacional¹ uma vez que se tornaram essenciais para a manutenção e propagação dos fluxos de produção e consumo – construídos de maneira interdependente em todos os continentes. Logo, países com menor poder material e militar (e que até então tinham pouca relevância na política internacional), emergiram em dimensões regionais, mas com importância global. A sua notoriedade no novo sistema revelou as potencialidades de influência local através de condições econômicas, ideológicas ou geográficas.

Estes países, ao articularem influência em espaços regionais contribuíram para a construção de um quadro “unimultipolar” (Huntington, 1999). Contudo, as suas debilidades materiais – especialmente se comparados com grandes potências do SI – colaboraram na organização de acordos de cooperação regional, a fim de alargarem as suas capacidades de negociação e de posicionamento no sistema internacional pós-Guerra Fria. As condições assimétricas entre os atores deste sistema acabaram por afetar as relações de

¹ Utilizo intencionalmente o termo Sistema Internacional (SI) no decorrer da tese, pois, um sistema é tido como o conjunto de elementos que formam o todo e cujas partes atuam de maneira interdependente. Além disso, é um conceito utilizado em várias disciplinas (administração, tecnologia da informação, biologia, ciência política, direito etc), indo além da simples ideia usualmente atribuída ao “sistema”. Todas as áreas que utilizam o termo concordam que um sistema possui um objetivo geral que só pode ser atingido através da sincronização das partes (ou dos elementos que o constituem). Basicamente, apontamos que o sistema internacional é composto de várias partes (Estados, organizações governamentais e não governamentais, distintos atores transnacionais presentes na sociedade, etc) e todos eles estabelecem relações síncronas e assíncronas, onde os fluxos (de capital, de informações, de interesses, de material etc.) são constantes. Embora os elementos sejam assimétricos no SI, eles promovem sinergia, uma vez que as transformações ocorridas em uma das partes deste sistema influenciam as demais e, por vezes, as transformam e as reestruturam, perpetuando a sobrevivência do sistema.

poder entre os atores do sistema internacional. E como o poder não é estático, ou seja, “tem mais a ver com a ideia de fluxo do que com a de estoque”, pois, “o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir” (Fiori, 2010, p. 6), estabeleceram-se – entre os atores deste sistema – relações que se alternam entre cooperação e subordinação, acordos e conflitos.

A gradual e crescente importância de novos atores no cenário global contemporâneo indicam a consolidação de novos posicionamentos geopolíticos, seja através de hegemonias locais, com capacidade de determinar as ações e o rumo das questões políticas, econômicas e culturais de certas regiões, seja através de novos grandes atores com capacidade de influência global. É neste contexto que emerge o Ártico. Em torno do Ártico orbitam múltiplos atores: sejam as duas grandes potências mundiais que estão geograficamente presentes na região (Rússia e Estados Unidos), sejam as grandes potências emergentes não localizadas no Ártico, mas que também têm manifestado interesse na região (por exemplo, Índia e China), sejam ainda as potências regionais e com influência ideológica no cenário internacional (como o Canadá e Noruega, por exemplo), tudo isto para falar apenas em atores estatais. E em meio a este cenário já por si complexo, está também a União Europeia que se apresenta no Ártico sobretudo a partir de atores com influência local, tais como a Finlândia, Suécia e Dinamarca, o que em nada diminui, note-se, a importância da UE no Ártico.

Os estados-membros europeus podem contribuir para a influência da União, especialmente em quatro dimensões principais sugeridas por Flemes (2009; 2010; 2013) sobre as potências regionais, quais sejam: (i) a reivindicação da liderança regional; (ii) a posse dos recursos necessários para a consolidação do poder; (iii) a formulação de política externa para a região; (iv) o reconhecimento da liderança regional por parte de Estados de outras regiões ou mesmo por parte das potências mundiais.

Embora as potências regionais não disponham de poder militar e material compatíveis com as grandes potências, elas podem, todavia, articular ações que lhes permitam projetar-se na política internacional a partir da preponderância local. Tais ações podem ser assim consideradas: a busca pela liderança econômica regional (que contribui para que elas se posicionem estrategicamente no mercado global e, usando a interdependência dos elementos deste mercado, podem alcançar alguma projeção internacional); o estabelecimento de acordos com organizações internacionais (que contribui na sua projeção global através da propagação de ideias e valores disseminados pelas OIs); e a influência na tomada de decisões políticas locais (que pode contribuir para alargar a sua relevância ao nível global através da sua atuação regional).

E quando se pensa ao nível da União Europeia, é possível identificar algumas semelhanças entre o papel destes atores, com o próprio protagonismo da União, pois

ambos projetam-se mundialmente a partir da consolidação de tipos ideais em questões sociais, políticas e econômicas. Por exemplo, os países escandinavos representam um tipo-ideal de modelo democrático; o Canadá (embora utilize critérios de pontos para selecionar os migrantes que pretende receber) conseguiu disseminar a imagem de um país multicultural, aberto à diversidade. Além disso, as potências regionais do Ártico se comportam dentro daquilo que Flames (2010) sugere a respeito destes atores, isto é, tendem a estabelecer interconexões culturais, políticas e econômicas, intensificam os discursos em questões sobre as delimitações geográficas e aumentam a perspectiva de suas capacidades de ação nas suas respectivas zonas de influência.

Os Estados árticos têm sido aqueles que ocupam maior relevância nas questões regionais do Círculo Polar Norte, destacando-se em posições cruciais nos mecanismos de governança local, a fim de garantir influência nas agendas de segurança regional, nos acordos comerciais, nas políticas econômicas e na exposição dos seus interesses na região para uma esfera global, seja através de instituições e organizações não-governamentais, seja através dos próprios Estados do Ártico. Nos últimos anos, estes atores têm construído uma estrutura de cooperação na região e evitado conflitos armados.

Ao contrário das estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), que apontam que 40% dos conflitos armados internos registrados nas últimas seis décadas, em todo o mundo, são decorrentes de disputas pelo controle de recursos naturais², no Ártico, apesar da abundância de recursos naturais, o cenário tem sido de acordos e de cooperação (conduzidos sempre pelos Estados do Ártico). E os eventos ocorridos na primeira metade do século XXI têm confirmado esta condição, apesar do apontamento de analistas para possíveis disputas futuras tanto pelo controle de rotas marítimas, quanto pelo acesso aos recursos naturais.

Esta condição pode ajudar a reforçar a ideia dos Estados do Ártico como aqueles atores mais aptos a lidar com as questões atinentes à região – e a cooperação de longo prazo que tem sido por eles articulada seria uma evidência de sua relevância política na região. Além disso, os Estados que compõem o Conselho do Ártico (CA) têm procurado globalizar os impactos provocados pelas mudanças que ocorrem na região, sugerindo que devem ser preocupações de toda a humanidade. Quer isto dizer que tem ocorrido uma internacionalização dos problemas percebidos no Círculo Polar Norte, usando-se, essencialmente, a argumentação de que as ações poluidoras e danosas ao meio ambiente em diversas partes do mundo afetam o ecossistema do Ártico, seja por correntes marítimas, seja por deslocamento de colunas de ar. De diversas formas, o lixo, a poluição, resíduos etc,

² Disponível no portal da Organização das Nações Unidas: (<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693501>) e no website da Nações Unidas – Brasil (<https://nacoesunidas.org/onu-40-dos-conflitos-armados-estao-relacionados-a-recursos-naturais/>)

chegam ao Ártico oriundos de outras partes do globo e afetam o equilíbrio da região. Depois, os efeitos das mudanças que lá ocorrem, como por exemplo, degelo, alterações dos fluxos migratórios de aves, ou redução de certas espécies vegetais, afetarão os ecossistemas de outras partes do globo e provocarão instabilidades sistêmicas em todo o planeta.

Em face do supra exposto, o protagonismo dos Estados do Ártico no cenário internacional ganha relevância, pois, além de conseguirem globalizar os problemas do Ártico, têm conseguido simultaneamente manter a cooperação numa região que apresenta condições para possíveis conflitos, decorrentes por exemplo, da falta de soberania sobre as áreas marítimas para além da ZEE, do interesse por controlo das rotas de navegação, da complexa governança da região, da abundância de recursos naturais etc. Ademais, as características assimétricas dos países presente nesta zona geográfica, tanto em suas capacidades militares e económicas, quanto políticas e sociais, poderia apontar para a falta de consenso entre os envolvidos na dinâmica desta zona geopolítica³. Contudo, ainda assim, tem-se visto a intensificação da cooperação entre os atores árticos.

É verdade que certos atritos que aparecem nesta zona têm sido resolvidos com base no diálogo e na diplomacia, e a cooperação tem se estendido para questões de segurança, ambientais, económicas, comerciais e políticas. Mesmo quando as ações dos próprios atores do Ártico provocam tensões em outras partes do mundo, nesta região eles continuam a vivenciar a estabilidade de acordos e de negociações. Por exemplo, durante a crise provocada pela anexação da Crimeia, tanto a Europa quanto os governos norte-americano e canadiano aprovaram sanções contra a Rússia. Entretanto, no Ártico as relações entre Rússia, Estados Unidos, Canadá e os países escandinavos seguiu a ordem da cooperação já em marcha.

³ Nesta tese, utilizamos o termo “geopolítica” sempre com um significado bastante amplo e cujo objetivo é considerar a geopolítica como a área do conhecimento que analisa as relações de poder entre os Estados. Ao fazer isto, queremos intencionalmente evitar inclinar as análises para certas ênfases conceptuais e técnicas. Isto é, não temos a intenção de argumentar sobre maior ou menor validade da geopolítica clássica em detrimento da geopolítica crítica, ou vice-versa. Tão pouco queremos discutir a legitimidade das ideias promovidas pelas duas principais escolas da geopolítica clássica. Isto é, não queremos adentrar numa discussão se a escola alemã e sua ênfase na necessidade de expansão territorial dos Estados é complementar ou contraditória à escola anglo-saxónica e sua perspectiva de o poder do Estado ser mais eficaz se estiver relacionado com o controlo político dos espaços mundiais através de sólidas redes de informação e comunicação. E também não colocamos aqui em causa a validade das teorias do Heartland (de Halford Mackinder) e do Rimland (de Nicholas Spykman), pois nossa ênfase não é defender um posicionamento geopolítico no Ártico, nem dos Estados árticos ou da União Europeia em relação ao Ártico. Portanto, as nossas análises não ponderam se o incremento do poder aéreo e naval, com vistas ao domínio de espaços para além das fronteiras geográficas do Estado, bem como a supremacia nos mares e oceanos (teoria de Rimland) é mais ou menos eficaz quando comparada com a teoria do Heartland, que considerava que o poder naval militar não era mais crucial numa época em que as transformações produtivas e laborais contribuíram no avanço tecnológico e a consequente utilidade do motor à combustão e do alargamento das ferrovias transcontinentais. E, em última instância, a capacidade de mobilidade dentro de grandes áreas territoriais alterariam a dimensão dos conflitos armados e, portanto, a tecnologia naval acabaria por servir mais objetivamente o transporte comercial e algumas demandas de segurança. Assim, nesta tese usamos o termo “geopolítica” como uma ideia e não como uma teoria ou como um conceito técnico ou ideológico. E, justamente por isto, toda vez que fizermos uso do termo o significado envolve simplesmente uma ideia mais ampla que pode ser melhor interpretada como “as relações de poder entre os Estados”.

1.1 Justificativa pelo estudo da relação da União Europeia e o Ártico

Diante da complexidade deste cenário, e partindo do pressuposto de que já existe uma condição orientada para a cooperação no Ártico, bem como uma estrutura de governança na região, ainda que continuamente em desenvolvimento, para esta investigação interessa analisar o comportamento da União Europeia em relação ao Ártico e, indiretamente, evidenciar se há algum contributo da UE na estrutura de governança do Ártico.

Destaca-se ainda que a região ártica está geograficamente próxima da UE, tendo a União três estados-membros geopoliticamente envolvidos nas questões do Ártico e membros do Conselho do Ártico (CA). Ainda, outros seis Estados atualmente membros observadores do CA, são também estados-membros da UE. Ou seja, tanto a localização geográfica quanto a constituição política da União Europeia apontam para a relevância de se analisar o seu envolvimento na região ártica. E, tal como mencionado anteriormente, o Ártico tem ganhado cada vez mais a notoriedade de global issue e, portanto, também de interesse da UE, uma vez que a União é internacionalmente reconhecida por dialogar com questões de interesse global.

1.2 Explicitação das hipóteses da tese

Para analisar o papel da União Europeia no Ártico recorreremos às abordagens que não estão restritas ao mainstream teórico das Relações Internacionais (RI), já que este segue uma ontologia tradicional e encerra seus olhares numa perspectiva linear e sob forte influência de lentes positivistas nos contextos a serem analisados. Assim, os discursos realistas acerca do Ártico, apesar da evidente cooperação em marcha, sugerem continuamente a possibilidade de um iminente conflito na região, ao passo que os defensores do liberalismo, ainda que concordem com a contínua cooperação na região, sustentam que a sua ocorrência se dá unicamente pela utilidade comercial do Ártico. E, em alguns casos, consideram que a própria geografia do Círculo Polar Norte, por ser intransponível pela atual tecnologia marítima e militar, contribui para que os atores busquem a cooperação e não o conflito, obtendo assim, o máximo de proveito dos recursos lá existentes.

Contudo, a verdade é que nenhuma destas duas situações ocorre no Ártico, logo, a mesma não é passível de ser explicada por uma destas teorias de mainstream acadêmico. Se não, vejamos: não há nenhum tipo de conflito mais tenso que não tenha sido resolvido sempre pela via diplomática, dificultando assim qualquer gatilho que desponte numa guerra. Pois quando emergem questões políticas com alto nível de sensibilidade, os atores as resolvem pacificamente, com base no diálogo e na cooperação. E quando falamos em cooperação, embora ela seja evidente se considerarmos todas as prerrogativas que o Ártico apresenta, a mesma não se justifica pela ótica liberal (que aponta continuamente

para as possibilidades de ganhos econômicos), uma vez que os investimentos para a exploração dos recursos da região ainda são muito elevados, pois os recursos naturais no Ártico exigem tecnologias muito específicas para superar os desafios ambientais da região.

Posto isto, e em face do que parecem ser limitações de ambos os quadros teóricos, sugerimos que a cooperação no Ártico é decorrente da articulação de interesses de certos atores que influenciam politicamente a região e que, intencionalmente, sustentam a condição amigável entre os envolvidos no Ártico, na medida em que esta é a condição que atende os seus objetivos. Ou seja, a cooperação estabelece-se, é facto, mas não por causa de condições ambientais adversas e nem por ser uma decorrência natural da globalização econômica; por seu turno, os conflitos armados estão ausentes, mas não por causa da articulação de interesses decorrentes da lógica liberal que busca construir acordos entre Estados e o capital privado, visando desse modo o incremento da lucratividade. A cooperação ocorre sim porque há um movimento nesta região do globo, impulsionado pelos Estados do Ártico e por seus parceiros estratégicos que têm exercido influência política e econômica no Círculo Polar Norte resolvendo as tensões que emergem sempre de maneira pacífica, garantindo desse modo o equilíbrio da região.

Este cenário, que se evidencia no Ártico e que desperta o interesse crescente de uma ampla variedade de atores, incluindo ONGs, corporações e Estados não-árticos, demanda que também a União Europeia esteja atenta ao desenrolar de eventos nesta região, tanto para firmar a sua atuação global em questões globais, como para garantir o seu posicionamento político internacional quando atores de todo o globo olham para esta região próxima da Europa e claramente expressam seus interesses em atuarem dentro do Círculo Polar Norte.

Dito isto, pretende-se nesta tese compreender como se dá a articulação da União Europeia na sua relação com o Ártico. E a pergunta de partida para analisarmos esta questão é: A UE exerce uma influência hegemônica que se projeta sobre o Ártico e busca se consolidar na região a fim de influenciá-la com os seus interesses e os de seus estados-membros, ou os manifestos de interesse da UE no Ártico são expressões contra-hegemônicas que visam preservar o valor do Ártico para a sobrevivência da Humanidade e do planeta?

1.3 Justificativa da lente teórica e apresentação das hipóteses

Para buscar respostas a estas duas perguntas, propomos recorrer aos pressupostos da Teoria Crítica (TC) das Relações Internacionais, a fim de ponderar sobre o papel da União Europeia no Ártico. Fazemos notar que a proposta desta investigação não é analisar o “funcionamento das diferentes áreas de um sistema social, produzindo conhecimento especializado com vistas a solucionar entraves e o desequilíbrio que comprometam o

desempenho do sistema” (Nogueira e Messari, 2005, 138). Ou seja, não pretendemos usar teorias de tipo problem-solving que “nunca consideram a possibilidade de transformação de uma ordem como alternativa para corrigir desequilíbrios estruturais” (Id, 2005, 138). Pelo contrário, interessa-nos abordar o problema de investigação a partir de um contexto relativo e historicamente situado, pois, “toda teoria é relativa ao seu tempo e lugar e, portanto, não pode ser transformada em um modelo absoluto, aplicável universalmente, como se não estivesse associada a certo contexto histórico e político” (Id, 2005, 139).

O Ártico, por si só, está em constante transformação, seja no seu fluxo de funcionamento interno, seja na sua relação com os diversos atores do Sistema Internacional. Por isso, é preciso refletir sobre uma realidade que está em constante mudança e cujas formas de dominação existentes podem ser superadas e alteradas, tal como propõe a Teoria Crítica. Horkheimer (2003) sugere que a TC se caracteriza pelo seu interesse na transformação da realidade social, considerando vários fenômenos e elementos que historicamente vão desenvolvendo-se e alterando o status quo desta realidade. E a combinação de fatores que devem ser analisados, tais como relações econômicas, produtivas, comerciais, políticas, culturais etc, acabam por gerar novos cenários que passam a constituir novas realidades e, por sua vez, vão também elas sofrer alterações a partir de outros eventos historicamente situados.

Horkheimer (1983) aponta que as teorias tradicionais, sendo mais conservadoras, buscam explicar aquilo que existe e, conseqüentemente, consideram que o objetivo de estudo é imutável. Tal condição reflete-se no mainstream teórico das Relações Internacionais que tradicionalmente assumiam como um dado adquirido o cenário anárquico do Sistema Internacional. No próximo capítulo desta tese, nossa construção histórica acerca dos Estados nacionais evidenciará que foi de um cenário socialmente construído, a partir das interações políticas e econômicas, que resultaram estes monólitos, logo nada é adquirido, mas construído, sendo essa dinâmica um elemento distintivo face às lentes teóricas assentes na estabilidade dos objetos de estudo. Encontramos em Horkheimer esta linha de pensamento quando nos relembra que a teoria crítica é aquela teoria:

[...] que esteja em sintonia com seu tempo e que se caracteriza por ser interessada na transformação da realidade social, e não apenas na explicação daquilo que existe. Para tanto, a teoria crítica procura identificar as possibilidades de mudança na realidade observada, analisando tensões e contradições que questionem o equilíbrio de uma certa ordem social. A teoria, aqui, é avaliada segundo sua capacidade de promover necessidades humanas concretas, e não, como fazem as teorias tradicionais, por servir a uma racionalidade técnica que, apesar de declarar-se neutra, produz dominação e alienação (Nogueira e Messari, 2005, 137).

E é com base nesta perspectiva, que estruturamos as duas hipóteses abaixo, uma vez que consideramos que:

- a) O Ártico é um cenário em constante mudança, passando por frequentes tensões e contradições;
- b) A relação entre a União Europeia e o Ártico está em construção, não sendo nem uma condição dada, nem acabada, mas em marcha;
- c) A UE é um ator com forte poder normativo e ideológico capaz de responder de diferentes maneiras às diferentes situações do Sistema Internacional;
- d) O aparato hegemónico dos grandes atores do SI não é igualmente expresso por todos os grandes atores da Política Internacional e nem todos os grandes atores seguem a ordem predominante dos fluxos hegemónicos.

A partir destas considerações temos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1:

A União Europeia usa, numa manobra hegemônica, a ideia de que o Ártico é uma zona global e, portanto, a internacionalização dos seus problemas pode atender aos interesses da UE, uma vez que a União pode se apresentar como um ator que já tem estados-membros dentro da região ártica e que, além disso, é um ator conhecido por valorizar a cooperação internacional e capaz de lidar com questões sensíveis e complexas a nível mundial. Mas, em última instância, a intenção da UE é garantir seu protagonismo no Ártico para atender, através do potencial do Ártico, os seus interesses económicos e energéticos, bem como firmar-se na região como um ator proeminente, seja alinhando-se com as forças hegemónicas que atuam no Ártico, seja confrontando estas forças para garantir a sua projeção individual nesta zona do globo.

Hipótese 2:

A União Europeia, apesar de ser um ator relevante no sistema internacional, não tem um histórico de protagonismos marcantes no Ártico. Contudo, se preocupa em salvaguardar o valor do Ártico como espaço vital da sobrevivência do planeta, e como tal, da própria humanidade, se utiliza de sua capacidade diplomática e de soft power para conscientizar o mundo sobre a importância do Ártico e de uma ação eminentemente cooperativa e construtiva como aquela que a EU representa. E, portanto, num movimento contra-hegemónico, a UE manifesta-se acerca do Ártico e estimula a cooperação na região como forma de garantir a manutenção da integridade deste espaço para lá de qualquer interesse estatal ou individualizado, político ou económico.

Em ambas as hipóteses (seja na ação da UE como hegemónica, seja na ação contra-hegemónica), uma outra lente teórica poderia ser operacionalizada, a saber, o

Construtivismo Social, na exata medida em que em ambos os casos, as performances da União Europeia visam uma difusão de normas e de valores. Contudo, a lente construtivista não é desenhada para avaliar se a natureza das ações é ou não hegemónica e por conseguinte, não nos permitiria ir além da constatação de que existe sempre nas ações da UE uma certa intencionalidade de promoção da sua cosmovisão.

1.4 Aspectos Metodológicos e objetivos

Tendo em vista a realidade política do Ártico e o papel da União Europeia no panorama internacional, entendemos ser necessário uma delimitação de objetivos com vista a responder às hipóteses, pois, tanto os olhares sobre o Ártico quanto as análises acerca do papel da UE permitem avançar em múltiplas direções. Enquanto objetos de estudo, ambos integram complexas condições sistémicas que, se adentradas, facilmente nos levariam a perder o foco central da tese. A fim de evitar considerações demasiado amplas, dispersas, e heterodoxas, e antes garantir que nossa análise apresente respostas às hipóteses, achamos por bem explicitar os objetivos que devem nortear a nossa investigação, bem como o desenho metodológico que em nosso entendimento será o mais adequado ao trabalho de exposição e verificação das nossas hipóteses, e que nos acompanharão na escrita dos capítulos.

Para elucidar as hipóteses anteriormente mencionadas, definimos como objetivo geral:

- Identificar, através dos discursos da União Europeia sobre o Ártico, que tipo de relação a União estabelece com essa região.

E como objetivos específicos:

- (I) Analisar se a relação da União Europeia com o Ártico avança numa ordem hegemónica ou contra-hegemónica;
- (II) Investigar se o carácter normativo da União na sua relação com o mundo se evidencia também na sua relação com o Ártico;
- (III) Verificar, sob a lente da teoria crítica, a relevância política da UE para a região Ártica;
- (IV) Ponderar sobre os contributos que um ator relevante no Sistema Internacional, como a UE, pode trazer para as condições políticas em marcha no Ártico.

A identidade metodológica da investigação se pode condensar por sua vez nas seguintes premissas:

- Quanto à sua natureza: analítica, descritiva e exploratória;
- Quanto à análise dos dados: qualitativa e interpretativista;
- Quanto ao procedimento técnico: historiográfico e documental.

Por natureza analítica e descritiva da nossa orientação metodológica, entendemos a adoção de uma estratégia de investigação que nos permita escrever acerca de um fenômeno existente, estabelecendo relações entre as variáveis do objeto de estudo, articulando relações entre as premissas teóricas e o trabalho de campo. De igual modo, procuraremos assumir uma atitude reflexiva, fundamentada em evidências e em teorias testadas, de tal forma que o nosso trabalho resulte num contributo pertinente e útil para a Ciência Política e para as Relações Internacionais.

Considerando, ainda, que nosso interesse é contribuir com novas perspectivas na realidade do fenômeno estudado, a pesquisa exploratória se apresenta válida. Pois, este tipo de pesquisa tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” e a grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico (Gerhardt e Silveira, 2009, 35).

As abordagens qualitativas e interpretativistas mostram-se válidas já que não há preocupação com a representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão do problema. A nossa perspectiva é corroborada por Vromen (2010, p. 255) no que diz respeito aos quatro atributos da abordagem qualitativa em ciência política, quais sejam:

A análise indutiva que tem como premissa a descoberta de categorias e a exploração de perguntas em aberto. A perspectiva holística busca entender todo o fenômeno e a complexa interdependência [...] Isso também demonstra sensibilidade ao contexto, pois a análise está localizada no contexto social, histórico e temporal [...]. A coleta de dados qualitativos e adaptáveis tem por base a descrição e a profundidade detalhadas. A agenda do pesquisador é entender o complexo mundo social com empatia, ao mesmo tempo em que tenta não julgar.

Esse método ajusta-se aos objetivos e filosofia da nossa pesquisa, na medida em que salienta “os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana” (Gerhardt e Silveira, 2009, 32) bem como uma “explicação e compreensão do comportamento humano e social” sem que isso seja independente do seu contexto (Vromen, 2010, 263). Assim, buscamos compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos, uma vez que estamos preocupados com a importância das interpretações dos dados coletados e queremos “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos” (Gerhardt e Silveira, 2009, 39).

Ademais, tendo em vista que a expressão dos reais interesses da União Europeia no Artigo são relativamente a análise qualitativa e a abordagem interpretativista são

condizentes com o contexto que vamos analisar e com o tipo de material que usaremos nas análises. Tal como descrevemos no capítulo quatro, os primeiros documentos oficiais emitidos pela UE sobre o Ártico datam de 2008. A partir de então tem havido um crescimento na emissão de comunicados e de políticas para o Ártico. Por isso, analisamos os documentos emitidos pela União entre o ano de 2008 (quando a UE começou a publicar documentos oficiais sobre o Ártico) e 2021 (quando os últimos documentos mais atualizados foram publicados e a redação tese se concluiu). Todos estes documentos destacam as potencialidades da participação da UE na região, bem como os seus interesses e preocupações com as mudanças no Círculo Polar Norte. Entretanto, não há um histórico de atuação prática da União Europeia no Ártico. É verdade que há um protagonismo relevante dos seus Estados-membros que também são países árticos, mas não propriamente uma ação direta da UE enquanto organismo promotor da união económica e política dos Estados-membros e nem como um ator transnacional. Por isso, e a fim de verificar se a União olha para o Ártico numa vertente hegemónica ou contra-hegemónica, analisamos as suas declarações sobre a região e sobre como a própria UE vê esta relação.

A técnica historiográfica atende nossos critérios de investigação, pois ela pode ser entendida como a “escrita da história com base em uma leitura crítica e seletiva de fontes que sintetiza bits [pedaços] específicos de informação em uma descrição narrativa ou análise de um assunto” (Thies, 2002: 351 apud Vromen, 2010, 258). E a análise documental nos permitirá assim consultar documentos oficiais produzidos e divulgados pela União Europeia acerca do Ártico. Nossa intenção ao analisar esta relação (UE – Ártico) é discutir uma realidade contemporânea que se evidencia no cenário político e económico global. Como cientistas sociais queremos começar a partir daquilo que alguns de nossos predecessores falaram (Hancké, 2010) e queremos debater com as teorias até então existentes a fim de contribuir com o nosso campo de estudo, apresentando “melhores construções lógicas de argumentos, com dados mais precisos ou uma combinação dos dois” (Hancké, 2010, 234).

Nosso objetivo pode ser mais bem compreendido na afirmação de Hancké (2010, 234) quando diz:

A pesquisa nas ciências sociais tem, portanto, três componentes cruciais. A ciência social engaja um debate existente (e não se trata de encontrar uma lei oculta da sociedade), através da construção de quebra-cabeças que envolvem uma teoria em seu próprio terreno (e não apenas discorda e apresenta uma resposta alternativa), e sobre encontrar a solução mais convincente para o quebra-cabeça (contando com uma combinação de lógica e dados).

Para isto, a fim de aplicar a metodologia aqui descrita e alcançar os objetivos mencionados, organizamos a tese em quatro capítulos: no capítulo um apresentamos as considerações introdutórias; no capítulo dois fazemos uma descrição histórica da formação do Sistema Internacional, bem como das condições de formação das forças hegemônicas, resultando nas hegemônias globais; no capítulo três abordamos definições da Teoria Crítica das Relações Internacionais e sua utilidade para esta tese; e no capítulo quatro apresentamos o Ártico e a relação da UE com esta região. E, após o capítulo quatro, teremos uma última parte com as nossas considerações finais.

Neste primeiro capítulo, descrevemos elementos introdutórios, a fim de contextualizar o assunto, apresentar os objetivos, a metodologia e a estrutura desta investigação que, tal como descrito nos parágrafos anteriores, se caracteriza pela natureza descritivo-exploratória e pela abordagem bibliográfica e histórica. O uso dos métodos descritivo e histórico se apresenta em função da intenção de descrever as características de um fenômeno existente, valorizando elementos relevantes na sua constituição. E isto coaduna com a lente teórica escolhida para esta tese, a saber, a Teoria Crítica (TC) das Relações Internacionais (visto que a TC se debruça sobre a formação dos fenômenos, ponderando os respectivos contextos históricos e, conseqüentemente, não tem o cenário contemporâneo como dado).

Sendo assim, ao estabelecer relações entre o Sistema Internacional e sua construção histórica, pautada no sistema interestatal capitalista e as pressões exercidas por este para a transformação dos processos produtivos, tencionamos unicamente atender a metodologia proposta e a execução prática da lente teórica. Pois, a formação de forças hegemônicas resulta diretamente das interações do sistema interestatal capitalista com as revoluções industriais e os modelos de acumulação (acumulação fordista e acumulação flexível). Portanto, a abordagem histórica – que ocupará uma parte considerável do capítulo 2 desta tese – tem como objetivo apresentar uma construção histórica que levará aos conceitos e características das hegemônias globais. Isto é necessário para, posteriormente, estabelecermos a nossa análise acerca da relação entre a União Europeia e o Ártico, pois queremos verificar se há uma atuação hegemônica ou contra-hegemônica da União nesta zona do globo.

Além da exposição de uma sequência histórica de eventos que culminaram na formação dos primeiros Estados nacionais, bem como no desenvolvimento laboral e tecnológico de certos Estados e cujas conseqüências foram suas capacidades de projeção de poder a partir da esfera econômica, o método histórico também está profundamente enraizado no trilha acadêmico do autor da tese. O autor tem uma licenciatura em História, teve experiências docentes na lecionação de unidades curriculares de História (tanto a nível

escolar como a nível de ensino superior) e nos dois mestrados que concluiu, em 2014 e em 2016, desenvolveu o método histórico nas duas teses para a obtenção do grau de mestre. Sendo assim, há também um vínculo do autor com o método histórico que se consolidou ao longo dos últimos oito anos na sua vida pessoal e académica e, conseqüentemente, se faz presente nesta tese.

No segundo capítulo faremos uma incursão pelas origens do sistema internacional, destacando o cenário europeu entre os séculos XII e XVIII, quando emergiram dois processos essenciais à constituição do SI, quais sejam: a pressão competitiva e a explosão expansiva. O primeiro foi motivado pelas disputas económicas e territoriais entre as unidades políticas no continente europeu, e o segundo foi uma consequência da competição que conduziu aquelas unidades políticas à expansão (terrestre e marítima) e, conseqüente, internacionalizou as características do sistema nascido na Europa.

A relação quase simbiótica que se estabeleceu entre a política e o capital para uso e expressão do Poder (sobretudo político), culminou no desenvolvimento tecnológico com efeitos imediatos nas práticas laborais, tendo sido a Revolução Industrial uma nítida consequência destarelacão, uma vez que tal evento foi crucial para a acumulação de capital e para o conseqüente empoderamento económico dos estados europeus. Por isso, mencionamos no decorrer do capítulo dois, a relação entre as transformações laborais e produtivas no cenário europeu, sendo estas decorrentes da necessidade de acúmulo de poder. E visto que o poder não é estático, mas continuamente necessita de incremento para continuar crescendo e adaptando-se, apontamos que a transição de uma estrutura socioeconômica agrícola para uma estrutura socioeconômica industrial, em alguns Estados europeus, foi a condição essencial para a competitividade entre os atores políticos da Europa.

O incremento produtivo decorrente da Revolução Industrial, com vistas ao empoderamento económico mediante a acumulação do capital, vai ao encontro das perspectivas de um autor central para esta tese; Robert Cox. Tomando como base a perspectiva histórica deste autor, sem dúvida um dos mais importantes autores da Teoria Crítica das Relações Internacionais, apresentamos questões essenciais da industrialização no contexto europeu, resultando diretamente na capacidade de acumulação do capital por parte de certos Estados (condição necessária para exercer influência na consolidação de forças hegemónicas). Cox (1999) sugere que as forças políticas decorrem das condições económicas e estas, por sua vez, do sistema produtivo e do modo como as relações estruturais entre produção e comércio são organizadas.

Além disso, a Teoria Crítica, na perspectiva de Cox entende ser “indispensável incorporar as mudanças nos processos de produção à análise das relações internacionais”, pois a TC refuta “a possibilidade de separar a política da economia e afirma que as relações de poder na esfera da produção estão em relação constante com as relações de poder

entre Estados⁴” (Nogueira e Messari, 2005, 141). Segundo Nogueira e Messari (2005, 140), Cox estabeleceu três perspectivas na sua lente teórica para a compreensão do contexto político mundial, a saber: a dimensão vertical das relações internacionais; a relação entre Estado e sociedade civil; e a dinâmica do processo produtivo. E assim conseguiu verificar que o conceito gramsciano de hegemonia não se concretiza unicamente numa ordem imperialista, mas sempre que haja uma combinação de consenso e coerção Nogueira e Messari (2005).

Diferentemente do pragmatismo clássico⁵ das teorias das RI, Cox e a Teoria Crítica das Relações Internacionais apontavam que a hegemonia não deve ser entendida apenas como a subjugação dos mais fracos aos mais fortes, isto é, dos Estados mais poderosos (militar e economicamente) sobre os mais fracos, mas também como uma relação na qual os Estados assumem um papel dirigente. E a liderança do protagonista emerge a partir de uma combinação de recursos materiais, ideias e instituições e se concretiza na medida em que ele convence os demais Estados das vantagens da sua liderança para o estabelecimento da ordem e do bom funcionamento do Sistema.

Segundo Nogueira e Messari (2005, 142):

O esforço de Cox se concentra na tentativa de integrar, em uma visão complexa e abrangente, os universos da política, da produção, das estruturas internacionais e dos conflitos de classe em um enfoque teórico cuja qualidade principal é sua historicidade⁶.

A relação que Cox estabelece entre estes pontos permite a construção de análises que consideram assim aspetos normalmente ausentes das análises tradicionais. As relações de poder no realismo, por exemplo, são horizontais, ou seja, baseadas nas diferentes capacidades de poder dos Estados. Como as relações de poder “[têm] mais a ver com a ideia de fluxo do que com a de estoque” (ou seja, de acumulação), e sendo que “o

⁴ Grifo nosso.

⁵ Não é uma referência exclusiva ao Realismo que fazemos aqui, mas uma generalização das abordagens clássicas das Relações Internacionais. Pois, tanto o realismo quanto o marxismo enxergavam as relações de poder unicamente a partir das diferentes capacidades de poder dos Estados. Depois, é que estabeleciam as particularidades em suas análises. Por exemplo, o Realismo veria a capacidade de dominação como necessária à sobrevivência num cenário anárquico e o Marxismo como a constituição de relações de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos. A Teoria Crítica não nega que isto possa ocorrer, mas vai além, buscando estabelecer um olhar mais complexo e menos linear.

⁶ Os grifos feitos nesta citação são nossos. E tem o objetivo de elucidar que a sequência dos assuntos que compõe os capítulos desta tese é compatível com a perspectiva de um dos mais importantes autores da Teoria Crítica das Relações Internacionais, concedendo-nos a prerrogativa de seguir uma linha argumentativa histórica. E uma historicidade que percorra um caminho não tão convencional, nos primeiros capítulos, para se abordar as questões do Ártico. Entretanto, assim fazemos, pois, a questão da hegemonia (abordada no capítulo 4) decorre destas relações que Cox discute entre a política, os sistemas produtivos, a acumulação de capital e os conflitos de classe, e a estrutura do sistema internacional.

poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir” (FIORI, 2010, p. 6), torna-se evidente que a estrutura econômica, social e política consolidada a partir revolução industrial não se poderia manter imutável. De facto, a luta pelo acúmulo de poder sempre teve uma relação direta com a acumulação de riqueza, e para garantir esta última as estruturas produtivas e comerciais precisaram adaptar-se continuamente e manterem alto nível de competitividade em busca de maior lucratividade. Logo, a revolução industrial, que teve início em um momento peculiar no território britânico⁷ foi decorrente de uma condição também peculiar no continente europeu: a pressão competitiva entre os estados-economias nacionais. Tal exercício do poder – fluxo essencial para a sua reprodução – expandiu por sua vez aquele movimento economicamente revolucionário⁸ para outros países e continentes, provocando uma segunda revolução⁹ e cujos efeitos foram decisivos na constituição da estrutura do sistema mundial moderno, ao longo de todo o século XX.

Essas revoluções foram essenciais na dinâmica do jogo de poder e nas disputas da pressão competitiva, pois, as transformações por elas provocadas impeliram, inevitavelmente, o surgimento de mudanças nas estruturas produtivas e econômicas dos países, sendo que tais condições elevaram alguns e rebaixaram outros, estabelecendo uma relação de dependência destes últimos para com os primeiros. De facto, a constituição deste cenário tornou-se inevitável em um mundo onde as relações econômicas e políticas entre atores, especialmente entre os estados, eram cada vez mais articuladas em laços de dependência e interdependência. Assim como o espaço europeu tornara-se “cada vez mais unificado precisamente por causa do internacionalismo do poder do dinheiro” (Harvey, 2008, 227), o mundo todo também começava a constituir-se em relações de disputas pelo poder que, dada a construção de laços de dependência, principalmente na esfera econômica-financeira-comercial, elevaria a pressão competitiva para o plano intercontinental. Ou seja, as disputas entre os Estados-economias nacionais europeus estabeleceriam, a partir da industrialização, um jogo de poder entre estados de diferentes continentes.

Logo, as transformações que vinham sendo puxadas pela reestruturação econômica e produtiva, a partir das revoluções industriais que, por sua vez, garantiram aumento na produção e no excedente de capital aos países industrializados, acabaram por consolidar aquelas estruturas – econômicas e produtivas – assegurando a manutenção do poder, bem

⁷ Referimo-nos à tensão e as disputas com o império espanhol, por parte da Inglaterra, e aos cerceamentos de terras promovidos pela nobreza e burguesia inglesa, aumentando o número de desempregados nos centros urbanos. Abordaremos em mais detalhes ambas as ocorrências mais adiante.

⁸ Referimo-nos à revolução industrial inglesa, também chamada de Primeira Revolução Industrial.

⁹ Referimo-nos à segunda revolução industrial, com especial destaque para a industrialização americana e asiática.

como o seu fluxo, por parte das nações sujeitas a pressão competitiva. Porém, visto que o poder é fluxo e precisa ser exercido e depois reproduzido, foi necessário ainda a ocorrência de mais uma revolução - a revolução tecnológica, ou terceira revolução industrial – que, no último quarto do século XX, estabeleceu a liderança e a hegemonia das nações centrais do capitalismo mundial contemporâneo.

Os Estados hegemônicos que emergiram deste período, combinavam relações econômicas com outros Estados e, especialmente, com empresas nacionais que assumiram dimensão global, fortalecendo a influência de empresas multinacionais em todo o globo e contribuindo na proliferação de novas tecnologias, especialmente àquelas empregadas no processo produtivo, tais como a microeletrônica e as tecnologias da informação e comunicação, bem como o alcance global dos meios de transporte e dos sistemas de distribuição de mercadorias. Essa última revolução, portanto, articulou relações e dinâmicas entre estados e entre atores transnacionais em um novo cenário altamente complexo que despontava a partir de 1970. Mas, acima de tudo, foi uma revolução artificialmente o suficiente para garantir a reprodução do poder e confirmar as nações líderes e hegemônicas no fluxo do poder mundial.

A partir deste novo cenário constroem-se debates que apontam o surgimento de uma sociedade pós-industrial cujo modelo de acumulação se altera do modelo fordista (da era industrial) para um modelo flexível (o da era informacional). Essa mudança não é local ou regional, mas, global. Ou seja, ela não ocorre apenas em um continente ou em alguns países, mas, expressa-se em todo o mundo, através de relações interdependentes constituídas em redes de comércio, produção, consumo, decisões políticas, fluxos financeiros e através de transmissão de ideias e valores. Não obstante, essa mudança afetou organizações e países de todo o mundo que, a partir dessas relações (em rede) potencializadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, passaram a integrar uma estrutura global que envolve atores de todas as esferas do sistema internacional.

Nesse cenário, como sugere Nye (2012) o mundo está dividido em diferentes tabuleiros e o poder econômico ocupa um lugar de multipolaridade nesse cenário, onde diversos outros países (além das grandes economias, isto é, Estados Unidos, Japão, União Europeia e China) estão ocupando espaços cada vez mais relevantes. Muitos desses atores, especialmente os países que se enquadram na condição de média potência, não têm capacidade para competir e resistir no nível militar – ou na esfera do hard power – contra as grandes potências. No entanto, eles conseguem fazer uso do poder brando (soft power) e ocupar lugares estratégicos no sistema interestatal capitalista. Os recursos para fazer uso desse tipo de poder são diversificados e não seguem um padrão único, adaptando-se antes às capacidades de cada país, a quem cabe atuar estrategicamente para garantir seu posicionamento e sua influência no sistema internacional.

Segundo Nye (2012, 80):

Os recursos econômicos básicos subjacentes ao poder duro e ao poder brando são coisas como o tamanho e a qualidade do produto interno bruto (PIB), renda per capita, o nível de tecnologia, os recursos naturais e humanos, as instituições políticas e legais para os mercados, e também uma variedade de recursos estruturados para domínios especiais, como comércio, finanças e concorrência.

Portanto, na era pós-industrial, onde o modelo de acumulação flexível predomina na lógica da economia internacional e onde as sociedades se conectam em redes globais que alcançam comunicações, produções, consumos, transportes e fluxos financeiros, “ os estados se tornam conectados pela força de mercado ” , estruturando relações de interdependência “para conseguir ganhos conjuntos”, onde a tomada de ações unilaterais pode prejudicar a todos quando se estabelece a interdependência (Nye, 2012, 83-85). Assim, entendemos que faz-se relevante tecer relações entre as revoluções industriais e tecnológicas, os modelos de acumulação capitalista e os atores do sistema internacional, uma vez que as forças hegemônicas tendem a acompanhar os modelos produtivos e os lucros daí decorrentes. Dinâmica que se materializa, especialmente no plano econômico, primeiro na transição de um modelo de produção agrícola para um modelo industrial e depois do modelo industrial para um modelo pós-industrial e informacional.

No terceiro capítulo abordamos as Teorias das Relações Internacionais e justificamos o porquê do uso da lente da Teoria Crítica nesta investigação, já que o mais comum têm sido os olhares realistas sob o Ártico e a insistência na possibilidade de conflitos emergentes. Naturalmente que é impossível prever com precisão o cenário futuro dos diversos espaços geopolíticos. Porém, o Ártico tem apresentado um cenário estável e todos os seus problemas têm sido resolvidos a partir de negociação diplomática. Logo, o mainstream teórico das Relações Internacionais apresenta certas limitações para analisarmos a temática proposta nesta tese. E, portanto, destacamos a relevância das abordagens pós-positivistas, especialmente, a Teoria Crítica, como um contributo relevante para analisar as nossas hipóteses.

Ainda neste capítulo, relacionaremos os olhares pragmáticos do mainstream das teorias das RI com o contexto que descrevemos no capítulo dois (acerca da formação dos estados nacionais e do processo de industrialização). Apontamos que as teorias clássicas olham para um cenário já construído e se limitam sobretudo a descrever os fenómenos dados (e não tanto as complexas interações sociais, políticas e económicas que construíram o fenómeno em causa). É também por esta razão que no capítulo dois abordamos primeiro a construção do cenário político do Sistema Internacional, ponderando as disputas pelo poder,

a pertinência da vertente económica nestas disputas, a reestruturação produtiva e laboral com vistas ao incremento económico, e a consequente formação de hegemonias globais. Então, em seguida, no capítulo terceiro, argumentamos que o mainstream não possui força explicativa para testagem das hipóteses aqui sugeridas, já que este olha para o cenário dado conforme as prerrogativas históricas que mencionamos no capítulo dois, mas ignorando-as.

Ademais, as relações de poder e os processos de acumulação do capital, evidenciam condições necessárias para a formação do aparato hegemónico. E, por isso, no capítulo três defendemos também que o processo de acumulação fordista do capital e sua transição para o processo de acumulação flexível do capital, foi essencialmente um aprimoramento da estrutura económica global cujo objetivo é a continuidade e a intensificação da acumulação de poder e de capital, fortalecendo os interesses de atores com tendências hegemónicas. E para compreendermos a transição destes modelos produtivos e económicos, como um elemento para a consolidação das influências hegemónicas, usamos a Teoria Crítica.

No capítulo quatro, descrevemos o Ártico e o cenário político da região, apresentando suas características e seus principais desafios. Destacamos que a importância de se analisar o Ártico dá-se, especialmente, sob duas perspetivas: a económica e a política, sendo que ambas estão estritamente relacionadas. Tem sido crescente a variedade e diversidade de atores não-Árticos interessados nesta região. Tal interesse decorre, principalmente do potencial económico do Ártico, seja pela sua abundância de recursos naturais, seja pelo aumento das capacidades de navegação comercial. O interesse económico tem servido para intensificar os debates políticos, pois os Estados do Ártico (os Arctic Five¹⁰), que sempre resolveram suas demandas e tensões pela via diplomática, precisam agora de lidar com a presença de outros atores numa área que, até ao início do século XXI, estava unicamente sob influência destes cinco países. Além do protagonismo de novos atores no Ártico, a estrutura de governança em marcha na região, precisa agora lidar com uma heterogeneidade de interesses.

Embora os cinco países do Ártico sempre tenham sido assimétricos à nível económico, bem como nas suas capacidades de projeção de poder, são países geograficamente localizados no Círculo Polar Norte e, portanto, conhecedores do potencial, mas também das limitações do Ártico. E são também países que têm desenvolvido um

¹⁰ Segundo Kuersten (Arctic Year Book 2016), o Arctic Five é um agrupamento de cinco Estados do Ártico que tem seus litorais banhados pelo Oceano Ártico, quais sejam: Canadá, Dinamarca (Groenlândia), Noruega, Rússia e Estados Unidos da América (Alasca). O termo é utilizado apenas para referenciar a forma como estes países escolhem interagir e organizar-se em casos específicos. No entanto, essa associação não tem poder ou existência independente além dos Estados que a compõem. Ou seja, os Estados litorâneos do Ártico se encontram e negociam entre si de forma ad hoc. Não existe uma estrutura administrativa formal ou permanente subjacente ao agrupamento, é simplesmente um apelido para as interações envolvendo os cinco Estados cujas regiões soberanas de seus litorais estão dentro da ZEE na região Ártica.

histórico de cooperação em um cenário naturalmente desafiador e, tal como foi noutros tempos, quase intransponível. Mas a integração do Ártico num cenário mais amplo, isto é, a sua valorização para além dos limites do Círculo Polar Norte, no contexto de uma conjuntura política e económica globalizada, tem atraído novos olhares sobre a região. Assim, países como China, Brasil, Japão e Índia, por exemplo, têm expressado interesses em articular relações com o Ártico.

Tal condição traz questionamentos ao futuro político da região ártica, pois a bem-sucedida governança do Ártico precisará agora de lidar com novos atores e com múltiplos interesses – nem sempre compatíveis com os dos Arctic Five. Ademais, atores não-Árticos que têm manifestado interesse em atuar na região, também não possuem know how no Ártico, podendo ficar assim distantes de questões sensíveis que pelo contrário são já há muito debatidas entre os cinco Estados árticos. Logo, o crescente número de atores não-Árticos interessados na região dá-se por questões económicas e pela crescente inserção do Ártico na globalização, mas nem sempre é acompanhado de igual sensibilidade para com as especificidades da região. Ora, é neste contexto que pode haver um importante contributo da União Europeia, uma vez que a UE apresenta um histórico de ações e de protagonismos positivos em prole da paz e do equilíbrio das relações do Sistema Internacional. Ademais, é significativo destacar que a UE tem estados membros que fazem parte do Conselho do Ártico e também membros observadores do CA. Sem contar ainda que há uma proximidade geográfica do Ártico ao continente europeu e um reconhecimento por parte da União, sobre a importância do Ártico para a sustentabilidade e para o equilíbrio do planeta bem como para a Segurança Humana¹¹.

Assim se eleva ainda mais a importância de se analisar o contributo da União Europeia na região Ártica, assim como analisar que tipo de comportamento a UE desempenha na sua relação com esta região – isto é, se ela acompanha as ordens hegemónicas do Sistema Internacional que também mantém interesse na exploração do Ártico, ou se a UE desempenha um protagonismo contra-hegemónico na sua relação com a região ártica.

¹¹ Sabemos que se trata de um conceito por vezes controverso nas RI, com académicos a escrever amplamente sobre a SH e outros até a negar a credibilidade académica do mesmo. Entretanto, alguns estados incorporam a Segurança Humana em seus discursos e suas ações políticas, como Canadá e Japão, ao passo que na disciplina de RI, nem sempre lhe é dada relevância conceptual. Nossa consideração sobre o conceito de SH é que trata-se da proteção vital à vida humana, podendo ser necessária a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais e culturais que possam proporcionar aos seres humanos as condições essenciais à sua dignidade e sobrevivência (Comissão de Segurança Humana das Nações Unidas, 2003).

CAPÍTULO II - HEGEMONIA, PODER E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A formação das forças hegemônicas, na perspectiva da Teoria Crítica, decorre de um processo histórico, onde a articulação entre as estruturas políticas, econômicas e sociais se entrelaçaram no decorrer dos anos, culminando no contexto atual. A articulação destas estruturas contempla o acúmulo e o uso da força e esta se materializa no consenso e no conseqüente processo de dominação no qual expressam-se a capacidade de direção, coerção e o papel dirigente de um ator, de um grupo ou de uma classe social. E tais condições devem ser acompanhadas de uma reinterpretação compatível com a particularidade histórica, social e cultural do contexto em questão (Passos, 2014). Ademais, a hegemonia é também “uma concepção de mundo, uma perspectiva multidimensional (moral, ético-política, econômica, social, cultural, ideológica, militar) nos mais diversos âmbitos (local, municipal, estadual, nacional, continental, internacional etc.)” (Passos, 2014, 96).

Entretanto, o contexto atual não deve ser visto pragmaticamente, recebendo atenção unicamente na sua condição presente. A TC nos leva a uma leitura anterior, buscando entender a construção, formação e desenvolvimentos dos fenômenos e eventos históricos para, então, estabelecermos uma crítica no presente. Por isso, os próximos tópicos seguem esta construção historicista que leva, na parte final do capítulo, às considerações acerca das forças hegemônicas. E para tal iniciamos com as origens do Sistema Internacional contemporâneo.

2.1 As origens do Sistema Internacional

Quando analisamos as abordagens teóricas das RI, concordamos com a argumentação de que as teorias do mainstream das Relações Internacionais apontam para os cenários em análise como dados, isto é, já prontos, precisando apenas de serem analisados. Ora, tal visão não nos satisfaz, e por isso, iniciamos com uma explanação a respeito da formação dos primeiros estados nacionais europeus que se formaram entre os séculos XII e XVIII, pois nada do que hoje temos é apenas um dado, uma realidade espontânea e acabada, mas sim fruto de construções no Tempo. Consideramos assim que a construção histórica do contexto político e econômico dos estados seja relevante, pois o sistema que se formou entre as unidades políticas soberanas na Europa foi o modelo que se internacionalizou e que constitui ainda hoje o tecido global moderno e contemporâneo, onde todas as nações do globo passaram a estabelecer suas relações políticas e econômicas.

Além disso, ao explicar sobre a construção daquele modelo, argumentamos que ele foi construído e formado a partir de relações sociais e, principalmente, que estas foram articuladas pelas elites que se faziam presentes no cenário político, social e econômico dos

primeiros estados nacionais. Ao terem consolidado os seus interesses em uma estrutura política que atendia os seus objetivos, estas elites conseguiram exportar este modelo para todo o mundo, principalmente através do processo de colonização. E logo criaram uma estrutura económica global que prevaleceu e que deu forma ao sistema internacional.

Pese embora possa esta nossa visão parecer algo ideológica e academicamente datada, isto é, presa a determinada leitura neo-marxista incapaz de absorver a complexidade das dinâmicas políticas atuais, pretendemos pelo contrário demonstrar a sua utilidade, a qual decorre não de uma qualquer vontade ideológica, mas antes da clara pertinência desta leitura, assente na lente crítica, para uma melhor compreensão das dinâmicas políticas atuais.

A arquitetura deste sistema mundial serviu de base para as análises das teorias positivistas das Relações Internacionais, pois, quando deu-se o surgimento das primeiras teorias das RI – e que constituem o mainstream da área – elas passaram a analisar um modelo já pronto, sem olharem para o contexto da sua construção histórica e social. E, como veremos mais à frente, os pressupostos destas teorias, por apontarem o cenário investigado como uma estrutura já dada, elaboraram seus argumentos sobre aquilo que elas viam no momento das suas análises. Isto é, ao verem o contexto político e económico que descreveremos aqui, ignorando a constituição histórica e social dos factos, as teorias mainstream apresentaram conceitos e ideias que vigoravam na altura das suas análises, mas não necessariamente hoje. Por exemplo, as proposições realistas acerca da anarquia do Sistema Internacional e da permanente ameaça de guerra entre os Estados, foram ideias que nasceram num contexto em que não havia organismos transnacionais¹², grandes corporações internacionais, negócios multinacionais, organizações não-governamentais e com atuação internacional etc. Portanto, sim é plausível ponderar que o SI naquela altura era anárquico tendo em vista a inexistência uma miríade de atores que hoje existem e atuam no Sistema Internacional, contribuindo na sua regulação, funcionamento, equilíbrio e organizando aspetos legais e diplomáticos nas relações entre os Estados e entre todos os outros tipos de atores que hoje estão presentes no cenário internacional.

Logo, a nossa preocupação em apresentar a relação entre um cenário histórico muito particular e geograficamente localizado, ou seja, a relações entre os estados europeu do século XII ao XVIII, (ao invés de partirmos para o que poderia parecer uma estratégia mais incisiva de análise direta do Ártico e da sua relação com a UE), se justifica pois, de

¹² Referimo-nos aos diversos organismos com os mais diferentes objetivos, mas todos voltados para a regulação do Sistema Internacional, estabelecendo ordem e hierarquia no SI através de aparatos legais, mediáticos, comunicacionais e diplomáticos, tais como Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU) etc. E na altura em que o realismo apareceu no campo da Política Internacional e das Relações Internacionais, tais organizações ou nem existiam ou eram ainda muito tímidas e limitadas no seu protagonismo para criar a ordem necessário ao funcionamento do Sistema Internacional.

acordo com Fiori (2008, 11) “ toda análise da conjuntura internacional supõe uma visão teórica de longo prazo a respeito do tempo, do espaço e do movimento histórico do sistema mundial”. E O’Neill (2008, 243) afirma que “o papel e a estrutura do Estado contemporâneo não podem ser adequadamente compreendidos sem que se levem em conta os processos históricos”. Além disso, o autor aponta que:

Os Estados não são instituições reificadas, como se congeladas no tempo. Ao contrário [...] são instituições construídas, adaptadas, transformadas, reformadas e destruídas por meio de processos sociais. Uma miríade de fatores está envolvida nos processos sociais de formação do Estado, tanto internos quanto externos. Podem-se incluir fatores financeiros e econômicos, religiosos, desastres naturais, mudanças culturais, ideologias e até guerras e invasões.

Visentini e Pereira (2012, 15) consideram que “ a história mundial contemporânea teve início no último terço do século XVIII, com a afirmação da hegemonia anglo-saxônica, após três séculos de Revolução Comercial ” e para os autores a expansão política e econômica da Europa representou a emergência do sistema mundial e trata-se de uma narrativa internacionalizada em que os processos europeus são processos mundializados. E, portanto, a dimensão deste processo, “em longo prazo, se torna mais relevante do que a história europeia ” (Id, 2015, 15). E O’Neil (2008) afirma que em função dos impérios coloniais estabelecidos pelos Estados nacionais europeus, o modelo de Estado constituído na Europa tornou-se o modelo dominante em todo o mundo.

Embora reconheçamos que a partir de 1970 despontou uma nova configuração no contexto internacional da política e da economia, entendemos que os fenômenos sociais, políticos e econômicos têm efeito de longo prazo e que estes vêm atravessando a história e imprimindo na contemporaneidade, consequências resultantes de suas causas originais. Logo, consideramos que o sistema mundial contemporâneo não é decorrente apenas de movimentose transformações oriundas do último quarto do século XX. Mas, outrossim, que o sistema em marcha no século XXI contém resquícios característicos do período em que se deu a constituição dos primeiros Estados nacionais – e muitas daquelas características ainda hoje são presentes no comportamento dos Estados.

2.2 A associação entre poder, política e capital

Com a queda do Império Romano do Ocidente, iniciou-se no continente europeu um processo de (re)centralização do poder. Os territórios antes ocupados pelo Império empreenderam uma nova organização social e política que culminou na formação de feudos. Estes deram origem a inúmeros reinos que ganharam autonomia política e econômica. A queda do Império, contudo, representou a queda de um poder central dentro do qual as delimitações territoriais, culturais e sociais eram organizadas e respeitadas. A

partir desse momento, as unidades políticas autônomas que se constituem no território europeu precisam garantir a sua sobrevivência de maneira independente. Não há mais um poder centralizador e regulador das relações entre os territórios que antes pertenciam ao Império. E começa assim, uma relação conflituosa entre aquelas unidades políticas, em vistas da sobrevivência.

As disputas, no entanto, não se davam exclusivamente em uma dimensão interna no continente europeu. Além de conflitos por domínio de território e acesso a recursos naturais e terras produtivas para a agricultura, as unidades políticas passaram a enfrentar pressão de invasões externas tais como as invasões mongóis a partir do Leste e a presença dos muçulmanos a partir do Sul. Diante de um cenário tão acirrado, onde as unidades políticas europeias precisavam garantir a sua sobrevivência em um jogo de disputas interno e resistência as invasões externas, estabelece um cenário de intensa rivalidade e competitividade no continente europeu. Tal condição provocou um conjunto de fenômenos que impulsionaram aquelas sociedades a um “processo social de autoperpetuação” (Elias, 1998), a fim de superarem as ameaças tanto de fora (mongóis e muçulmanos, por exemplo) quanto de dentro (Guerra dos Cem anos, Crise de sucessão portuguesa, Revolta dos Camponeses etc).

Fiori (2009; 2014) aponta que aquelas unidades políticas, pressionados pelas guerras constantes, por períodos de fome intensa, por epidemias e ameaças (internas e externas), foram forçados a um processo de desenvolvimento autônomo a fim de garantir sua sobrevivência. O objetivo seria desenvolver uma posição, em meio ao intenso jogo de poder daquele sistema político, que fosse duradoura e garantisse a segurança e a soberania de cada unidade política. Por isso, a pressão sob aquelas regiões que buscavam estabelecer seu domínio territorial e proteger as suas populações fez com que aquelas unidades políticas se deparassem com a necessidade de competição e de expansão. Ou seja, elas precisam competir umas com as outras, de maneira a alcançar superioridade (política, econômica, cultural, militar etc), e expandir seus territórios, de maneira a impedir que os adversários avançassem sobre os territórios vizinhos.

Por isso, tais condições contribuíram para a consolidação de três situações que caracterizaram o desenvolvimento daquele espaço geográfico, quais sejam: aprimoramento de processos produtivos – de bens e de alimentos; aceleração no desenvolvimento de tecnologias que seriam empregadas em combate militar; a articulação na relação entre as unidades políticas e a economia local. Estes fenômenos que se desenvolveram na Europa, a partir do século XII, foram essenciais para a supremacia política e econômica entre aquelas unidades políticas, pois, eles garantiriam o fomento dos mercados locais, o crescimento da produção alimentícia e o excedente econômico. Onde a pressão competitiva a qual aqueles estados estavam submetidos impunha-lhes, para a sua

sobrevivência e para a manutenção do seu espaço territorial, a necessidade de fortalecimento interno.

As economias nacionais, por sua vez, se apresentavam como um mecanismo essencial para a estabilidade interna e como uma condição imprescindível para a construção do poder com vistas a expansão dos estados. Ou seja, aquelas unidades políticas que lutavam pela sua sobrevivência, e para isso precisavam garantir a centralização do poder em seus territórios, construíram uma articulação profícua entre as unidades políticas e suas economias nacionais. Pois, assim, seria possível fomentar seus mercados locais, produzir excedentes e, posteriormente, iniciar processos de expansão territorial utilizando-se de recursos acumulados com os excedentes produzidos pelo mercado interno. Ou seja, “forjou-se no continente uma associação indissolúvel e expansiva entre a ‘necessidade da conquista’ e a ‘necessidade do excedente’, que se repetiu, da mesma forma, em várias unidades territoriais soberanas e competitivas (Fiori, 2008, 25).

Aquelas unidades políticas soberanas se mostraram dispostas (e capazes) de expandir seu poder por meio de suas economias através do acúmulo de capital a fim de realizar conquistas territoriais com uso da força militar. A competição – militar e econômica – entre esses estados provocou um movimento expansivo e contínuo cujos reflexos se fazem sentir no decorrer dos séculos seguintes, envolvendo todo o globo.

Foi a luta pelo poder que implodiu os mercados locais e estimulou a produção agrícola e a multiplicação do excedente econômico. E a cunhagem das moedas soberanas facilitou a troca destes excedentes e a autonomização da ‘economia de mercado’. Mas, ao mesmo tempo, estas mesmas guerras criaram as oportunidades de multiplicação do dinheiro pelo dinheiro, longe da produção, e que está na origem do capital e do capitalismo (Fiori, 2008, 26-27).

A associação entre poder e capital foi responsável pelo fomento dos Estados-economias nacionais. Ao longo desse processo, onde evidencia-se a constante competição política e econômica, originando uma condição que Fiori (2014) chama de “pressão competitiva”, a guerra foi presente quando os capitais sofriam algum tipo de bloqueio. Logo, o fluxo dos capitais dependia da guerra para liberar as barreiras que impediam sua dinâmica, e as guerras recorriam ao capital para seu financiamento e continuidade. Em meio a simbiose estabelecida entre eles, o poder iria se consolidando naqueles estados com maiores excedentes de capital e maiores qualificações militares, caracterizando relações assimétricas de poder político, tipificando um “jogo de soma zero”, onde toda a relação acabaria exercendo a “pressão competitiva” sobre si mesma (Id, 2014).

A pressão competitiva levou estados e capitais privados a se aproximarem visando

incrementar o poder nacional, avultando as relações comerciais e as estruturas financeiras da nação, o que ampliaria o acúmulo de riqueza e contribuiria, como consequência, no acúmulo de poder, visto que o núcleo do poder se alicerça sobre bases materiais. Essas bases eram, inicialmente, construídas a partir de meios econômicos, ou seja, a partir da produção, do comércio e do acúmulo de capital, mas, não se limitaria a tais meios. Se uniria a meios coercitivos e projetaria as economias locais para outros territórios através de um movimento expansivo de forças militares e econômicas. Assim, promoveu-se um processo de conquistas territoriais que se converteram em territórios econômicos supranacionais, para onde os “Estados-economias nacionais” estenderiam seus capitais privados juntamente com suas moedas nacionais a fim de perpetuar seus lucros e garantir o fluxo do seu poder (Id, 2014).

A associação entre os estados nacionais e as economias nacionais foi fator decisivo no acúmulo de riqueza que foi convertido em poder através do emprego do excedente na produção interna e, principalmente, no desenvolvimento e manutenção de forças militares. Logo, a (re)centralização do poder territorial e a mercantilização da economia foram dois requisitos essenciais para o nascimento dos Estados Nacionais europeus e para a consolidação do sistema interestatal capitalista (Fiori, 2007; 2008; 2014). Por isso, aquelas unidades políticas soberanas estabeleceram sistemas próprios de tributação e de moeda, impulsionando a aproximação entre os Estados e suas economias nacionais. Estas se tornaram um componente fundamental não só para a consolidação da soberania daquelas unidades políticas, mas, também para a sua expansão, visto que a pressão competitiva do cenário europeu levou os Estados nacionais do continente a se expandirem, ampliando seu poder mediante a ocupação territorial de outras regiões do mundo, através do capital.

Um pequeno número de unidades políticas soberanas conseguiu expandir seu poder para além dos seus limites territoriais, constituindo estruturas imperialistas. Os atores que assim procederam, e que tiveram êxito nesse processo expansionista, impingiram em suas decisões políticas os seus interesses econômicos. E exportaram a mesma relação de associação do Estado nacional com a economia nacional para suas colônias, de forma que o excedente da colônia tinha como fim o acúmulo de riqueza da nação colonizadora. A expansão territorial destes Estados tornou-se inseparável de sua sobrevivência, visto que a relação entre poder e capital, compreendia, inevitavelmente, um crescimento contínuo e, portanto, expansivo. Assim, os Estados nacionais e o capitalismo germinaram conjuntamente e com uma mesma necessidade internacionalizante que transformou os primeiros estados “ em impérios coloniais, e fez do capitalismo, imediatamente, uma economia-mundo” (Id, 1997, 135).

Tal condição foi consolidada no decorrer dos séculos seguintes, especialmente entre 1450 e 1650 quando se intensificou a pressão competitiva pelo “expansionismo do

Império Otomano e do Império Habsburgo e pelas guerras da Espanha com a França, os Países Baixos e a Inglaterra” (Fiori, 2008, 23). Nesse período - entre meados do século XV e meados do século XVII - o cenário político e econômico europeu nutriu um acúmulo de poder e riqueza sem precedentes na história da economia política mundial, impulsionando a constituição dos “primeiros Estados europeus, com suas economias nacionais e com uma capacidade bélica muito superior à das unidades soberanas do período anterior” (Fiori, 2008, 23). A força militar daqueles estados, bem como de suas economias nacionais fomentavam condições para uma explosão expansiva, decorrente da pressão exercida entre os Estados soberanos da Europa.

Estando o sistema estatal europeu sob constante pressão e competitividade, em função de um “pequeno número de ‘Estados-impérios’ que se impuseram dentro da própria Europa”, as disputas internas e o estreitamento das relações entre poder e capital conduziram os estados nacionais a uma projeção externa de poder que alcançasse territórios e economias estrangeiras (Id, 2008, 28). Isto seria inevitável, pois, poder é uma relação que se constitui e se define a partir da disputa e da luta contínua pelo próprio poder, ou seja, “poder é ação e movimento, e só existe enquanto exercido de forma contínua” (Id, 2014, 19). A continuidade do exercício do poder se expressava na expansão dos Estados nacionais a partir da relação com suas economias nacionais que se tornaram em “instrumento de poder e num fator decisivo de sua expansão imperial” (Id, 2008, 29). Uma vez que a expansão dos estados estava, invariavelmente, atrelada às guerras de conquista seria necessário, então, que cada unidade política e soberana estabelecesse um sistema nacional monetário próprio do seu território de maneira a gerar excedentes que pudessem financiar os gastos militares que fomentariam essas guerras e que, por sua vez, aumentariam a pressão competitiva no território europeu.

A necessidade primordial dos estados que compunham o sistema interestatal europeu era a manutenção da sua sobrevivência por meio do poder - em um cenário competitivo -, onde o poder era fluxo contínuo e se expressava na expansão territorial, pode-se compreender que a razão para a guerra não estava na capacidade de produzir armas, mas sim na intenção de sobrepor-se aos inimigos, demonstrando superioridade sobre os demais (Elias, 1998). Logo, a causa das guerras não foi a habilidade dos ferreiros em aprimorarem as lâminas das espadas ou robustecer as armaduras dos cavaleiros, e tão pouco foi a aceleração tecnológica desenvolvida por engenheiros e cientistas que usaram seu conhecimento no aprimoramento de armas (Elias, 1998). Esses personagens foram - e são - apenas “servidores ou consultores de políticos partidários e de outros grupos dominantes” que constituem, de facto, os principais atores desse jogo cuja essência é a busca pelo poder. Logo, a essência da guerra está na interação entre grupos de seres humanos “que se reconhecem e se relacionam como rivais ou inimigos. Esses grupos, neles

incluídas as nações, deliciam-se com sua própria superioridade sobre os outros, particularmente a superioridade militar, passada ou presente (Id, 1998, 15).

E como superioridade militar demanda tecnologia, infraestrutura e investimentos constantes em inovações no setor armamentista (militar), percebe-se uma relação necessária entre a superioridade econômica e a superioridade militar. Ou seja, a capacidade de uma nação estabelecer sua superioridade militar exige que ela consiga, paralelamente, estabelecer uma estabilidade econômica. E através do excedente gerado pelo crescimento econômico ela pode, então, direcionar investimentos para a produção e a inovação no setor militar, visando alcançar a superioridade sobre os demais atores que disputam pela supremacia. Tal condição se perpetuou ao longo dos séculos e pode ser evidenciada na contínua alternância dos centros de poder a partir do século XVI. Portugal e Espanha, seguidos pela França e, depois, pela Inglaterra, foram Estados que primeiro expressaram tendências imperialistas, mas, cuja condição se consolidou porque as unidades políticas soberanas da Península Ibérica foram capazes de centralizar o poder político, organizar sua economia interna e reverter o excedente econômico para investimento em tecnologia militar.

Ainda, evidencia-se que a tendência conflituosa entre os Estados foi uma relação constante entre aqueles atores, uma vez, que novos atores disputavam continuamente pela posição de supremacia no sistema interestatal, pois, o surgimento de novas potências (como França e Inglaterra) foi condicionante para a redução do poder ibérico. Ou seja, o desejo de dominação e de superioridade sobre os demais atores foi sempre recorrente entre aqueles que queriam assumir a liderança do sistema e ao ocuparem tal posição as lideranças anteriores eram desbancadas de sua posição, prevalecendo a lógica weberiana de que quem não sobe, desce.

Portanto, a relação que as primeiras unidades políticas soberanas foram construindo entre si, no sistema interestatal, não foi uma condição pré-existente à formação dos primeiros Estados nacionais. Pelo contrário, foi uma condição construída por aqueles atores e cuja reação às pressões (internas e externas) no seu processo de formação levou a uma tensão constante entre os Estados que competiam dentro do sistema e lutavam pela sua sobrevivência.

2.3 A pressão competitiva e a necessidade expansionista

Os eventos ocorridos na Europa, entre os séculos XVII e XIX, contribuíram para o agravamento de ações competitivas e expansionistas que, posteriormente, afetaram as colônias e suas estruturas produtivas. Neste contexto, pode-se destacar algumas questões que se desenvolveram, mais especificamente na Inglaterra, e que depois provocaram consequências em todo o sistema internacional. Ao nível político destaca-se a crescente tensão entre Inglaterra e Espanha desde o século XVI. O crescimento exponencial do

império espanhol – e de tradição católica – que, além de dominar rotas marítimas, controlava territórios na África e expandia sua atuação no continente americano alargando suas colônias pelo norte do continente, onde localizam-se as colônias britânicas, expandia, também sua zona de influência para os Países Baixos no norte da Europa.

Logo, o caráter competitivo evidenciado nas ações dos estados europeus nos séculos anteriores demonstraria a necessidade de decisões e ações igualmente competitivas e que projetassem a Inglaterra no cenário europeu (e mundial - tendo em vista que a explosão expansiva iniciada no primeiro período e alavancada a partir do século XV levou a processos de dominação de territórios ultramarinos). Assim, a pressão competitiva conduzia os britânicos a investimentos militares e, especialmente, marítimos, a fim de sobrepujar o poder espanhol, afetando suas relações no mar e, conseqüentemente, sua capacidade de administração e manutenção dos territórios ultramarinos.

À nível econômico destaca-se o conjunto de decisões do governo inglês a partir de pressões exercidas pela nobreza em relação ao uso de terras. O desenvolvimento das manufaturas, principalmente de lã, era financiado por nobres e exigia grandes espaços de terra para a criação de ovelhas. Logo, a nobreza – que precisava proteger e aumentar seus rebanhos - iniciou um processo de cercamento de terras que até então eram utilizadas na produção agrícola e constituíam o trabalho e o sustento de aldeias e de comunidades de artesãos e agricultores. Com a permissão dada pelo governo inglês para que cada cidadão se apossasse de terras, cercando-as conforme a extensão até então utilizada, ocorreu um acúmulo de propriedades privadas nas mãos dos nobres, visto que até a promulgação da lei eles eram os que mais utilizavam terras para a criação de ovinos. Tal ação provocou a restrição de uso da terra por parte da camada pobre da população inglesa – que constituía a grande maioria do povo

– obrigando-os a migrarem para centros urbanos em busca de trabalho. No entanto, como a oferta de oportunidades laborais não acompanhava o volume de desempregados que chegavam nos centros urbanos, foi-se constituindo um exército de cidadãos desejosos de trabalho, mas privados do labor pelas condições estruturais da economia inglesa.

Ambas as situações – tanto a de cunho político quanto a de cunho econômico – criaram a condição ideal para um fenômeno cujo processo inicial ocorreu no território britânico: a revolução industrial. A pressão competitiva provocada por questões políticas com a Espanha fomentou investimentos britânicos no desenvolvimento de inovações – especialmente militares

– a fim de superar a Espanha, ocupando espaços marítimos e territórios ultramarinos. A produção de navios foi um fator decisivo na busca por esses objetivos e, paralelamente, empregava a mão de obra excedente na Inglaterra, adequava, gradualmente, o trabalhador à produção em série e acelerava o ritmo de invenções e inovações que inicialmente

recebiam incentivos para fins militares, mas, que depois contribuiu no desenvolvimento dos equipamentos dos processos industriais.

A mão de obra que se acumulava nos centros urbanos foi outra condição favorável para o processo de industrialização, uma vez que a o trabalho industrial organizava os processos produtivos em série e focava na produção em larga escala. Para tanto, era necessário um número elevado de trabalhadores para ocuparem postos de laborais nas linhas de produção de diversos tipos de negócios. E como o trabalho seguia processos sequenciais e repetitivos, não era exigido trabalhadores experientes ou qualificados. Pelo contrário, bastava um pequeno tempo de treinamento para adequar o trabalhador aos movimentos (repetitivos e sequenciais) das linhas de produção e da máquina industrial, permitindo empregar o grande contingente de trabalhadores em busca de oportunidades. Aqueles que outrora haviam perdido as suas terras, eram agora obrigados a submeterem-se às condições e aos salários definidos por aqueles que articulavam os processos de acúmulo do capital.

Por isso, a revolução industrial atendeu uma condição interna do cenário britânico – visto que foi este país que primeiro se industrializou no ocidente –, permitindo a Inglaterra assumir uma posição de liderança no sistema internacional. Sendo assim, o próximo tópico é dedica-se à uma análise mais pormenorizada da industrialização para perceber-se como as mudanças económicas, sociais e políticas promovidas por este fenómeno contribuíram na formação de poderes hegemónicos. Além disso, a revolução industrial transformou uma nação agrícola numa potência industrializada, impactando o curso da história mundial.

2.3.1 A industrialização inglesa e a superioridade económica e militar

Até o advento da revolução industrial na Inglaterra – bem como na Europa, de maneira geral – uma parcela significativa da população concentrava-se no campo, trabalhando em manufaturas, desempenhando atividades manuais e cuja produção destinava-se, principalmente, à sua própria sobrevivência. Logo, naquelas sociedades agrícolas o objetivo do trabalho era produzir, tanto em qualidade quanto em quantidade, o necessário para o consumo próprio. O artesão aprendia suas atividades laborais através do compartilhamento de conhecimentos, onde o processo de aprendizagem de ofícios era informal e “desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações” (Aranha, 2006, 166). Essa condição, todavia, não contribuía para a formação de um excedente de produção e tão pouco para o acúmulo de capital. Era um trabalho organizado a partir das necessidades de subsistência e não da necessidade de acumulação.

No entanto, a pressão competitiva demandava a transformação dessa condição, tendo em vista que o acúmulo de capital era requisito fundamental para a expansão económica e militar das unidades políticas soberanas. Logo, a competitividade desenvolvida

entre Inglaterra e Espanha, imposta por disputas territoriais e econômicas, fomentou a aceleração do processo produtivo inglês em busca da maior acumulação de capital. E, conseqüentemente, demandou inovações nas relações de produção, bem como inovações comerciais e mesmo militares, alavancando a descoberta de novas tecnologias. Estas descobertas foram decisivas no processo de disputas e conflitos entre as unidades políticas europeias e a frequência das inovações tecnológicas, especialmente ao norte da Europa, favoreceu o surgimento de uma maquinaria que seria empregada no processo produtivo e que revolucionaria as relações de produção e consumo, primeiro na Inglaterra e depois no restante do continente.

Segundo Diamond (2014, 416):

A polarização entre os Estados na Europa e a multiplicidade de unidades políticas resultou “em muitos pequenos Estados independentes e rivais, e centros de inovação. Se um Estado não tratasse de descobrir uma determinada inovação, outro o faria, obrigando os Estados vizinhos a fazer o mesmo, do contrário seriam conquistados ou deixados para trás no aspecto econômico. As barreiras da Europa eram suficientes para evitar a unificação política, mas insuficientes para deter a expansão de tecnologias e ideias.

Essas novas ideias, a partir do século XVII, trouxeram inovações tecnológicas que deram origem às máquinas de produção industrial facilitavam e abreviam o trabalho, garantindo economia de tempo e incremento no volume produzido. Além da agilidade no processo produtivo, esse tipo de trabalho garantia aumentos consideráveis nos ganhos do capitalista que empregava um grande número de trabalhadores por salários baixos e ambientes de trabalho calamitosos. Essa condição só era possível em função do grande número de trabalhadores que haviam migrado para os centros urbanos – devido ao cercamento de terras no campo pela burguesia e nobreza - e, agora, diante dessa situação aceitavam qualquer proposta de trabalho, sujeitando-se a salários baixos e, muitas vezes, em ambientes insalubres.

Assim, os interesses do capital¹³, sob a égide da revolução industrial, conseguiram transformar a economia agrária, baseada no trabalho manual, em uma economia de acumulação, baseada em um trabalho mecanizado. Ou seja, a produção em larga escala associada a salários baixos e a uma rotina de trabalho repetitivo e mecanizado, garantia o baixo custo da produção e altas margens nas taxas de lucro. Hobsbawn (1982)

¹³ Estamos de acordo com o pensamento braudeliano: o capitalismo não é o mercado e tão pouco um modelo de produção. O capitalismo está acima do mercado e acima dos modelos e métodos produtivos. Nesse caso, o modelo de produção industrial serviu para atender interesses que emergiriam da acumulação do capital.

afirma que este sistema colocava o proprietário do dinheiro de um lado, acumulando capital continuamente - visto que a produção seriada e em larga escala nunca cessava e as margens de lucratividade almejavam sempre o crescimento - e os trabalhadores do outro, uma vez que os meios de produção e de subsistência ficavam sob controle do proprietário do dinheiro que, por sua vez, buscava aumentar seus ganhos de todas as formas. Logo, a industrialização promoveu a implantação de um maquinário que transformou a produção de um contexto de subsistência para um contexto de acumulação em todas as relações produtivas.

O princípio da acumulação era indispensável para a estrutura de poder, pois, a pressão competitiva indicava a necessidade de uma estabilidade econômica que gerasse um excedente que, por sua vez, permitisse o investimento em recursos militares que contribuiriam para o processo expansionista. Logo, a associação entre o Estado britânico, o capitalismo¹⁴ e a burguesia contribuíram enormemente para a conjuntura que vinha desenvolvendo na Inglaterra e que culminou no processo de industrialização, tal como apontamos no esquema abaixo, onde a liderança da guerra civil inglesa, no século XVII, foi tanto apoiado pela burguesia quanto pela classe militar, fortalecendo a estrutura que seguiria no governo do Estado britânico ao fim da guerra. Esse Estado promoveu políticas que favoreciam as classes burguesas e comerciantes, permitindo a expansão dos negócios, ocupando terras (apoiados pelo Estado) que produziram a matéria-prima responsável pela fabricação têxtil industrial.

Segundo Tilly (1996) a prevalência global dos Estados nacionais que emergiram no espaço geográfico europeu – e que difundiram para outras regiões do globo – tem uma relação direta com a dominação das elites nas estruturas do Estado, pois, a sua capacidade de acumular poder depende do acúmulo de capital. E, ao associar o domínio das elites nas esferas estatais, foi possível que este grupo exercesse efeito predominante sobre as formas de produção e sobre os recursos materiais e financeiros produzidos pelos demais grupos dentro dos limites dos Estados nacionais. Também O’Neill (2008, 243) considera que no processo de formação dos Estados podem-se incluir uma miríade de fatores influenciadores na sua constituição política sendo “as relações entre as elites e outros grupos sociais relevantes” um aspecto de extrema importância no desenvolvimento deste processo. A consolidação da industrialização, por sua vez, alavancava o processo de acumulação de capital e incrementava os lucros. Esse fenômeno originou “um novo padrão de organização social, política, econômica e cultural” e “foi acompanhado por um vigoroso movimento de ruptura político-ideológica”, contribuindo para a “a construção de uma hegemonia internacional que perdurou até o fim do século XIX e se transformou,

¹⁴ Ao mencionarmos a associação do Estado com o capitalismo, novamente concordamos com Braudel (1987) no sentido de que o Estado não “fez o capitalismo, mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas” (Braudel, 1987, p.44).

gradativamente, num sistema mundial liderado pelos anglo-saxões em seu conjunto ” (Visentini e Pereira, 2012, 23).

Para Faria (2013) a norma fundadora das sociedades organizadas em Estado foi a regulação do acesso e uso dos meios de produção e esta regulação deu-se, inicialmente, pela força, na forma de uma norma coercitiva. Depois, combinaram-se a formulação de normas e valores sociais que acimentaram o comportamento e a ética social de maneira a atender os interesses de caráter hegemônico, usando o Estado como propagador ideológico e dominante.

O modo como trabalho foi organizado nesse período atendia ao processo produtivo industrial e este, por sua vez, atendia aos interesses do capital e promovia a constituição de forças hegemônicas lideradas por aparatos econômicos e político-ideológicos. O próprio modelo de organização do trabalho, na era industrial, assegurava o máximo de lucro para o capitalista e, por isso, a aquisição da força de trabalho precisava estar associada ao trabalho mecanicista (tarefas extensamente repetitivas, desenvolvidas sob um rígido controle de tempos e de movimentos).

Os trabalhadores tinham suas tarefas limitadas ao controle das máquinas que pertenciam aos donos dos meios de produção e que recebiam os lucros do trabalho alheio. E os proprietários dos meios de produção e de subsistência conseguiam desta maneira incrementar seus ganhos, controlando a qualidade e a quantidade de produção de cada trabalhador. Logo, este modelo de organização laboral aumentava o volume de produção através da subjugação da força de trabalho e garantia o crescimento exponencial dos lucros – que era a principal intenção da lógica capitalista. E os detentores do capital (nobreza e burguesia) aumentavam seu poder e suas riquezas concomitantemente à sua associação ao Estado. Pois, as elites econômicas articulavam relações com as elites políticas e conseguiam, assim, a promoção de políticas favoráveis aos interesses das classes dominantes.

Portanto, estabeleciam-se condições que fomentavam a solidificação de estruturas hegemônicas em todas as esferas da sociedade, pois, as políticas favoráveis aos interesses dos capitalistas davam-lhes condições para propagarem o modelo de organização do trabalho, fortalecendo o incremento nos lucros. Por outro lado, ao ter uma classe que enriquecia dentro do seu território, o Estado se beneficiava do excedente produtivo avultando a sua acumulação através das taxas impostas obtidas pelo crescimento econômico. Desta maneira foi-se edificando uma estrutura orgânica entre a política e a economia cuja dinâmica contribuiu na formação de classes hegemônicas.

Adam Smith (1723 – 1790) sustentava que a riqueza de uma nação é decorrente do seu produto anual per capita que, por sua vez, é determinado pela produtividade do trabalho "útil", ou seja, o trabalho que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução. E David Ricardo (1772 – 1823) defendia que a riqueza de uma nação é a

abundância de mercadorias que contribuem para a comodidade e o bem-estar de seus habitantes. A associação entre as esferas políticas e económicas, no período industrial suscitou ambas as condições; levou ao excedente na produção e abundou a sociedade de novas mercadorias que promoveram o bem-estar de sua população.

A riqueza acumulada pelas classes sociais dava-lhes acesso às dimensões políticas e a riqueza acumulada pelo Estado garantia-lhe capacidade de investimento em recursos militares, ampliando a sua capacidade expansiva. O processo de expansão se harmonizava com os interesses de ambas as elites, isto é, as elites económicas e as elites políticas. Pois, o Estado ampliava seu território, ou aumentava a sua zona de influência, e os capitalistas ampliavam seus mercados. Pois, as regiões que ainda não haviam se deparado com as transformações ocasionadas pela industrialização poderiam ser exploradas, fosse através da obtenção de matéria-prima, fosse através da implantação de infraestrutura industrial com o fim de gerar comércio nestas regiões. Tudo isso culminava na acumulação de capital em territórios ainda não explorados e propagava o fluxo já evidenciado no contexto europeu nos séculos anteriores. Ou seja, através do comércio os capitalistas avultavam seus lucros, parte dos ganhos era convertida em taxas e impostos que garantia o acúmulo de capital no Estado.

O Estado, por sua vez, continuava seu processo expansivo, superava os competidores e estabelecia uma condição dominante no campo militar e tecnológico, impulsionado pela necessidade de inovação progressiva. A inovação contribuía na produção de novos produtos, no incremento dos processos produtivos, na perpetuação da infraestrutura comercial, na evolução dos meios de comunicação, no aumento do transporte e em novos investimentos em sistemas de segurança (civil e militar), garantindo de maneira cíclica e constante o acúmulo de capital e o aumento do poder político e económico.

Tal como mencionamos anteriormente, o Estado britânico foi um exemplo concreto do sucesso dessas condições, tendo evidenciado em suas ações expansionistas, dominando rotas marítimas e territórios ultramarinos, a consolidação das relações simbióticas entre a política e economia, contribuindo na formação de forças hegemónicas. As suas doutrinas (políticas e económicas) foram essenciais para a construção de uma supremacia global que, gradualmente, se replicou em diversas partes do planeta e sempre impondo a submissão de outros países às regras das políticas económicas do poder hegemónico. Além disso, a hegemonia foi – e ainda é – uma condição que se perpetua entre desafios e oposição e, por isso, necessita também da criação de discursos e práticas para a propagação do seu domínio e de sua influência. A repetição deste modelo impulsionado pelos interesses hegemónicos britânicos veio, posteriormente, a ser replicado por outros Estados contribuindo na formação de forças

hegemônicas em todo o globo.

2.4 As hegemônias globais

Na concepção de Cox as hegemônias globais têm uma estreita relação com o papel desempenhado pelas grandes organizações e corporações internacionais, cuja atuação faz-se sentir diretamente na ordem política e econômica mundial. Pois, elas contribuem para a materialização de certas regras, especialmente econômicas e comerciais, facilitando assim a expansão das ordens hegemônicas. Elas mesmas (organizações e corporações) são aliás fruto da expansão dos interesses hegemônicos. Ao precisarem de extrapolar fronteiras nacionais, elas alcançam projeção internacional e ajudam a legitimar ideologicamente normas, ideias e valores que se tornam em modelos hegemônicos.

Assim, para a constituição de hegemônias é necessário estabelecer, e depois proteger, uma ordem mundial cujas relações de produção, de consumo, de políticas econômicas e mesmo de padrões sociais atendam os interesses hegemônicos. “Avaliar a hegemonia no plano internacional requer considerar a unidade orgânica entre os níveis nacional e do além-fronteiras da direção de um estrato sobre os demais” (Passos, 2014, 97). Portanto, a hegemonia global não é apenas uma ordem em que um Estado explora diretamente os outros, mas uma ordem na qual a maioria dos outros Estados (ou pelo menos aqueles que estão dentro do alcance hegemônico) encontram compatibilidades de interesses. E tal ordem dificilmente é concebida apenas à nível estatal, pois isso traria para o primeiro plano as oposições entre os interesses dos Estados. Segundo Faria (2013, 210), o conceito de hegemonia “cumprir o imprescindível papel de manter estável a ordem social e sua forma de organização política superior, o Estado, cimentando a construção da estrutura social”.

Para Faria (2013) a força da hegemonia se concretiza em dois níveis; no material e no ideológico. No primeiro exerce-se coerção, mas, não apenas pelo monopólio da violência legítima por parte do poder de Estado, e sim pela construção de uma ordem econômica (que condiciona a forma de acesso aos meios de produção e de subsistência controlados pela classe dominante). No segundo, é produzido um aparato de ideias e valores nos sujeitos sociais, conformando-os a uma determinada ética de condutas e padrões de comportamento que moldam as diversas formas de pertença à estrutura da sociedade. E a combinação entre o primeiro e o segundo é necessariamente acompanhada do consenso, onde expressa-se a força e a sujeição à força. No âmbito nacional a hegemonia “implica na capacidade de um estrato social dirigir a partir da sociedade civil todos os demais”. E os demais estratos sociais assumem uma “concepção de mundo dirigente como se fosse sua e tudo isso é construído consensualmente através dos aparatos privados de hegemonia” (Passos, 2014, 97). Já no plano internacional a hegemonia considera a unidade orgânica

entre o nível nacional e as influências dos estratos hegemônicos além das fronteiras nacionais (Passos, 2014).

Portanto, é relevante fazer uma descrição da relação que se propaga a partir do acúmulo de poder e de capital como decorrência da industrialização (como descrito no capítulo 2) e cujos reflexos incidem na constituição de poderes que se caracterizam como hegemônicos. Ademais, o conceito de hegemonia em Cox ganha vida também a partir das ideias gramscianas, as quais sustentam que as hegemonias se formam a partir de um conjunto de relações sociais de produção. Estas relações provocam efeitos diretos sobre o trabalhador e sobre os modos de organização do trabalho. Para Cox, a classe trabalhadora, embora constituía uma dimensão social nacional, sofre consequências diretas da internacionalização da produção (cujo ápice da mudança até o momento é o modelo de acumulação flexível, que será descrito a seguir).

Beck (2010) considera que resultado dessas mudanças recaíram favoravelmente sobre determinados atores da ordem política, mas não sobre a classe trabalhadora. Para o autor, embora o trabalho tenha se globalizado numa rede mundial de produção e consumo, a classe trabalhadora continuou sujeito às regras nacionais no que concerne à defesa dos seus direitos sociais. E as forças hegemônicas do Sistema Internacional exigem que os atores nacionais envolvidos nesta relação criem e mantenham condições (nacionais) que sejam favoráveis ao enriquecimento daqueles que condicionam o funcionamento do SI.

E Wright (1997) argumenta que as relações sociais de produção são fundamentais nas análises das estruturas de classes, pois, as estruturas – que são mais importantes que a formação das classes – se articulam a partir do controlo dos meios de produção seguido dos investimentos feitos a partir do excedente do capital e que resulta em determinados modelos de acumulação. O trabalho, segundo Wright (1997), tem mais ou menos valor conforme for as condições desta relação. Portanto, as forças hegemônicas acabam por articular esta relação em acordos e leis internas, isto é, na esfera doméstica, garantindo nacionalmente o poder e crescimento de certos atores. Depois, projetam-se com o apoio dos seus respectivos Estados no cenário internacional e junto com eles o próprio Estado projeta-se com poder de negociação econômica.

A perspectiva gramsciana, também defendida por Cox, sobre a hegemonia, aponta que as hegemonias se consolidam a partir da classe dominante nacional que se associa ao Estado a fim de garantir o reforço dos seus interesses, bem como a propagação da sua capacidade hegemônica. Depois, através do Estado conseguem transpor limitações nacionais e começam a atuar no contexto internacional, propagando um modelo cultural, ideológico e institucional. Giddens et al. (1997) aponta que a globalização econômica tem provocado intensas alterações no mundo do trabalho e na consequente capacidade de ampliação de lucros, pois as corporações mais eficientes são aquelas capazes reduzir a sua

estrutura organizacional e ainda assim elevar os seus ganhos económico-financeiros. Os governos nacionais, por sua vez, ficam subjugados à força dominante do mercado globalizado e a força laboral nacional acaba sujeita às práticas e leis trabalhistas dos seus respetivos países, nem sempre obtendo salários maiores enquanto os grandes atores deste Sistema beneficiam-se com margens de lucro cada vez mais altas.

Tais condições podem ser observadas nos três séculos de evolução do capitalismo mercantil, quando as relações político-económicas dos estados europeus foi propositalmente conduzido em direção ao capitalismo produtivo e industrial (especialmente, nos estados do norte da Europa). Esse processo ocasionou uma revolução nas relações de trabalho e de produção, articulando uma economia de escala com a materialização das margens de lucro através do consumo (Taulie, 2001). Essas transformações provocaram a transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial onde os novos padrões e processos produtivos levaram a um novo modelo de organização social da produção com reflexos no “aprofundamento das estruturas de poder económico que progressivamente se tornavam hegemónicas” (Taulie, 2001, p. 17).

Portanto, as características e a organização do trabalho artesanal/manual (da era agrícola) converteram-se em operações e processos fragmentados (típicos da era industrial). E provocaram a sujeição do trabalho ao capital sob duas condições específicas que coadunam com a proposta da busca pelo poder (apresentado na parte inicial deste projeto de tese) através do acúmulo de capital: (i) o trabalhador só conseguia trabalhar em condições de assalariamento; (ii) o trabalhador ficava sujeito ao ritmo da produção imposto pelo maquinário industrial. Tais condições expressavam marcadamente a “lógica dominante da acumulação capitalista” (Taulie, 2001, p.17) e, conforme apontamos anteriormente, o poder se consolidava naqueles estados com maiores excedentes de capital (e que, conseqüentemente, possibilitava mais investimento no campo militar). Tais Estados se concatenavam às economias nacionais, incrementando o poder económico através do maior ganho de tributos e, conseqüentemente, as suas estruturas financeiras internas se ampliavam através do crescimento de rotas comerciais e relações de produção e consumo.

A materialização desta perspectiva se evidencia quando as classes dominantes associadas ao Estado se apropriam dos meios de produção e conseguem a aprovação de leis e determinações que alteram a organização do trabalho. Desta maneira a classe empresarial obtém maiores margens de lucro através da maximização da produção e a conseqüente exploração da força de trabalho. O incremento nos lucros alarga e aprofunda a influência das forças hegemónicas e estas conquistam mais espaço à nível social, político e económico e, gradualmente, avançam para além da sua atuação interna, isto é, não ficam restritas às fronteiras nacionais. Pelo contrário, começam a atuar em contextos internacionais e junto exportam o seu poder ideológico e cultural, mas que também

contribuem na exposição dos Estados, visto que o capital privado de apoia na força estatal e nos acordos políticos para internacionalizar-se, estabelecendo a relação simbiótica entre Estado e capital. Ou seja, mais uma vez tem-se a associação entre poder público e capital privado – condicionantes para a expansão das hegemonias globais.

Na segunda metade do século XVIII a industrialização se concentrou, predominantemente, na Inglaterra e, posteriormente, se expandiu para a França, para os paísesbaixos e para a Escandinávia. No século seguinte - século XIX - a revolução industrial foi mais difusa, ocorrendo em países de diferentes continentes: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão, Austrália etc. Naquele momento, a revolução industrial sob a lógica do capital afetou diretamente os meios de produção, e a indústria se consolidou como o principal meio de desenvolvimento econômico. Sob esta lógica, os capitalistas se propunham a empregar muitos trabalhadores assalariados, a fim de ampliar a capacidade produtiva e fornecer produtos em escala quantitativamente maiores. Condições estas que impactaram a economia, assim como as relações sociais e, conseqüentemente, a organização do trabalho.

O aporte dado à lógica de acumulação de capital, por parte das revoluções industriais, favoreceu o emprego da mão obra assalariada na execução do trabalho industrial. Até a primeira metade do século XVIII o trabalho se dava nas propriedades feudais de caráter autossuficiente, cujas terras eram arrendadas para camponeses que obtinham ganhos conforme a sua produção, ou nas oficinas de trabalho que, na era pré-industrial, eram conhecidas como manufaturas. Em ambos os casos o trabalhador era responsável pelo controle de todo o processo produtivo; desenvolvia tarefas manuais; não trabalhava sob uma rígida divisão de tarefas e tampouco trabalhava com uma jornada de horas imposta por um empregador.

Logo, os pequenos grupos de trabalhadores - artesãos e camponeses - eram responsáveis pelas etapas de todo o processo produtivo, do início ao fim. E o exercício de suas atividades estava relacionado à terra ou às tarefas artesanais. O trabalhador pré-industrial adquiria habilidades de maneira informal, sem padronização ou organização racional dos processos laborais, desenvolvia aptidões que lhes habilitavam manusear ferramentas e instrumentos de trabalho com os quais se identificava, na maioria das vezes a partir dos conhecimentos transmitidos por familiares de gerações anteriores, sem preocupação com o excedente de produção. Logo, o propósito do trabalho era sua subsistência e não o acúmulo de riqueza a partir do excedente. No entanto, essa condição foi gradualmente mudando quando se deu a transição da estrutura produtiva feudal para uma estrutura capitalista.

A transição do modo feudal de produção se dá por duas vias. O produtor torna-

se um mercador e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato controlado pelas guildas da indústria urbana medieval. Esta é a via realmente revolucionária. Ou então o mercador se apossa diretamente da produção. Esta via, apesar de servir historicamente de modo de transição — como, por exemplo, o negociante de tecido inglês do século XVII que controla os tecelões, ainda que estes trabalhem independentemente, vendendo-lhes a lã e comprando deles o tecido — não pode por si mesma fazer muito no sentido de derrubar o antigo modo de produção, mas, ao contrário, preserva-o e utiliza-o como premissa (Marx, 1983, 393).

Em contrapartida, o trabalhador industrial — típico do ambiente fabril e industrial oriundo da revolução industrial — enfrentava a substituição das ferramentas manuais por maquinário tecnológico. Este trabalhador lidava com uma tecnologia alheia aos seus conhecimentos e às aptidões adquiridas pelos anos de experiência no trabalho artesanal. O conhecimento para o trabalho, herdado de parentes e familiares que anos antes também utilizavam as mesmas ferramentas e executavam os mesmos processos produtivos, tinha pouco valor no ambiente das fábricas e escritórios do período industrial. Enquanto o maquinário de produção fabril concorria com a produção artesanal, o trabalhador perdia sua autonomia diante das novas tecnologias, pois ele ficava sujeito ao ritmo de trabalho imposto pelo maquinário industrial e passava a desempenhar tarefas profundamente segmentadas e alheias às suas experiências e conhecimento profissional. Ou seja:

Em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico [...]. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. (Polanyi, 2000, 77)

As transformações econômicas e sociais, provenientes do capitalismo e vivenciadas na revolução industrial, causaram tremendos impactos nos processos produtivos até então existentes. A população rural viu-se obrigada a deslocar-se do campo, em grandes contingentes, para os centros urbanos onde buscavam empregar-se nas empresas da época. Os antigos produtores eram, agora, obrigados a tornarem-se trabalhadores assalariados, estando a partir daí sob o controle do capitalismo. Artesãos e camponeses, privados dos seus meios de produção, transformavam-se em assalariados que, para sobreviver, eram obrigados a vender sua força de trabalho. Nesse cenário o trabalhador se tornava um acessório do processo produtivo, considerado uma peça que compunha a produção industrial, visto que as modernas máquinas tecnológicas eram tidas como os

principais recursos para a produção daquele período.

Toda essa condição era propícia para o processo de acumulação e para a produção de excedentes. Pois, além de fortalecer os grupos que detinham os meios de produção e que estavam, por sua vez, associados aos interesses do Estado, o Estado também se fortalecia com mais ganhos financeiros pagos em impostos e tributos. Esse processo contribuiu com os interesses do sistema capitalista e corroboraram com a lógica da acumulação e do lucro, fortalecida pela forma como o trabalho se organiza no período de industrialização. Tal como apontou Gramsci (2001), as transformações aplicadas no trabalho resultaram no crescimento económico dos atores envolvidos na estrutura industrial, quais sejam: as grandes empresas dos países líderes do processo industrial e seus respectivos Estados nacionais, consolidando a hegemonia global à nível de mercado e à nível económico.

Sob essa perspectiva se estabeleceu o modelo de produção fordista, onde o sistema produtivo (força de trabalho e relações sociais de produção) contribuiu para o aumento da estratificação social. Segundo Harvey (1992) a industrialização contribuiu para a racionalização da produção capitalista, favorecendo os aprimoramentos propostos por Henry Ford, cuja intenção era aumentar exponencialmente a produtividade e reduzir os custos de produção. Através do fordismo as atividades laborais, especializadas em tarefas simples, trouxeram inovações técnicas e organizacionais que se articularam de tal forma que a produção em massa e o consumo em massa se adaptavam perfeitamente às ofertas e demandas do período entre guerras. E o poder corporativo do modelo fordista de acumulação tornava-se um agente econômico expressivo na sociedade capitalista. "As decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa [...] para manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista" (Harvey, 1992, p. 129).

Logo, a institucionalização das decisões sociais, políticas e econômicas deveria orientar o comportamento dos atores envolvidos no processo de acumulação do capital sob a égide do fordismo. E o modelo de acumulação que se desenvolvera nos Estados Unidos foi além das capacidades produtivas iniciadas na Inglaterra em seu processo de industrialização. No cenário norte americano a industrialização não só alcançou patamares produtivos e econômicos até então inéditos, mas, também consolidou um modelo de acumulação que se tornou uma referência global, tendo sido copiado tanto por empresas de outros estados capitalistas quanto pelos próprios estados do regime comunista.

Além disso, esse modelo garantiu uma pressão competitiva interna, onde disputas semelhantes àqueles vivenciadas pelas unidades políticas soberanas europeias naquilo que

Fiori apontou como sendo a formação do sistema interestatal capitalista¹⁵, se projetavam entre as empresas de negócios americanas. A disputa por maior fatia de mercado e consequente aumento nas margens de lucros levou aquelas empresas, primeiro, a um processo de competição intensa e, depois, a um processo expansionista se alastrando por todo mundo com sedes e unidades espalhadas em diversos estados, mas, sendo apoiada pelo Estado norte-americano.

Tal condição era necessária, pois, o capital privado não tem êxito na sua internacionalização sem o apoio do seu Estado de origem e os “Estados que se expandem e conquistam ou submetem novos territórios expandem igualmente seu ‘ território monetário ’ e internacionalizam seus capitais ” (Fiori, 2009, 172). Dito isso, pode-se considerar que a associação entre o Estado norte-americano e sua economia nacional, combinados com a pressão competitiva que as empresas privadas sofriam por maior espaço no mercado, foram fatores favoráveis ao processo de internacionalização das suas corporações que, paralelamente a sua busca por sobrevivência, permitiu que o próprio Estado conseguiu estender seus domínios por todo o mundo através da influência de sua economia liderada pelo movimento expansivo de suas empresas.

Por isso, o processo de industrialização norte-americano não foi apenas um fenômeno que atendia interesses comerciais. Mas, além disso, foi um fenômeno que atendia uma necessidade do próprio Estado com interesses hegemônicos e que obtinha maiores ganhos através dos tributos angariados com o crescimento de sua economia nacional e, mais ainda, com o volume de negócios constituídos pelas empresas que avultavam sua produção através da comercialização de produtos. Logo, a industrialização foi uma decorrência da pressão competitiva dos estados europeus, no século XVIII, mas que ganhou uma dimensão muito maior nos Estados Unidos e foi acompanhada por um modelo de acumulação que garantiu a projeção global de um Estado e seu domínio econômico em todo o mundo.

Entretanto, a contínua busca pela melhoria produtiva e pelo aumento nas margens de lucro impulsionou a constituição de uma nova estrutura de produção que, mais uma vez, reorganizou as estruturas sociais. A partir da década de 1970, as complexas condições

¹⁵ Consideramos que o sistema interestatal capitalista tem articulando-se, desde a sua formação, de maneira a estabelecer forças hegemônicas através da organização política e econômica em todo o mundo. Esse sistema se revela altamente complexo e compreende:

- um sistema político global onde coexistem diferentes estados, regiões soberanas, regiões reconhecimento diplomático etc. Esses atores estabelecem entre si relações de políticas, econômicas, militares, sociais e culturais em diferentes níveis. Este é o lugar onde os vários conflitos e questões geopolíticas como a Antártica, mar, ar e espaço são liquidadas.

- organizações transnacionais e supranacionais como a ONU, OTAN, União Europeia etc.

- organização e estrutura político-administrativa do Estado: divisões políticas (províncias, municípios, departamentos, etc.) e os seus centros urbanos.

políticas e econômicas que impactavam o ocidente foram contornadas pelas forças hegemônicas políticas e económicas, implementando a ideologia neoliberal em algumas grandes nações do sistema internacional. Essa nova condição demandaria novos processos e novas estruturas de produção, a fim de atenderem os interesses das classes dominantes, iniciando-se, assim, a transição da sociedade industrial para a sociedade informacional.

Segundo Lacerca (1998), o esgotamento do modelo fordista de produção a partir do último quarto do século XX foi um ponto de virada no rumo do capitalismo contemporâneo e que numa combinação de ações, tais como o fim do Acordo Monetário de Bretton Woods, a desregulamentação do sistema financeiro internacional, a abertura do mercado mundial e o avanço sem precedentes do desenvolvimento tecnológico, contribuíram na estrutura de um novo modelo de acumulação do capital. Este modelo tem sido chamado de modelo de acumulação flexível, pois ele encerrou um ciclo de produção e de consumo de massa e impulsionou uma ordem econômica orientada pela produção puxada, isto é, sob demanda, altamente sustentada por grandes organizações e legalmente amparada por instituições nacionais e internacionais que aprovam o novo sistema.

Castells (1999) aponta que a transição de um cenário industrial para um pós-industrial foi uma estratégia das grandes potências econômicas para tentar superar a crise dos anos 70 e que isso favoreceu o surgimento de uma nova estrutura que o autor denomina de “sociedade informacional” (Castells, 1999). Essa sociedade foi fortemente influenciada pela globalização e adentrou em uma era de acumulação flexível, benéfica para a manutenção do poder e para a sustentação de uma hegemonia global.

A principal alteração promovida foi a internacionalização do modelo de produção japonês, o toyotismo. Este sistema já vinha funcionando com um processo produtivo dinâmico e flexível no Japão há, pelo menos, duas décadas e foi absorvido pelo resto do mundo como um "novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota" e conseguiu, com o apoio de forças hegemônicas, “assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70” (Alves, 1999, 90).

Isso significa que o toyotismo não seria mais reduzido às condições históricas de sua gênese, quando surgiu no Japão em vista a atender uma realidade sócio-histórica do pós-segunda Guerra. Pelo contrário, apoiado pela mundialização do capital e pela presença de novas tecnologias microeletrônicas nas estruturas produtivas, o modelo flexível se tornou um modelo mundial nos países capitalistas, permitindo a manutenção crescente das margens de lucro. Portanto, o processo de industrialização que garantiu a supremacia industrial de certos

Estados foi substituído por um novo processo produtivo flexível e dinâmico. E as três regiões do planeta que conseguiram acumular mais capital através dos processos industriais foram também aquelas que mais rápido se adaptaram à acumulação flexível, quais sejam: na Europa, com a Inglaterra, França, Alemanha e Holanda; o Oeste asiático com o Japão e a Coreia do Sul; e a América do Norte com Estados Unidos.

Portanto, é evidente que a condição que apresentamos no tópico 2 perpetuasse as características imperialistas das grandes economias capitalistas desde o século XVI, visto que os países colonizadores encontravam nas colônias a matéria prima necessária, utilizavam seus maquinários na metrópole para o processamento desta matéria e depois comercializavam em um mercado alargado, pois, ao esgotarem o consumo no seu mercado interno, estendiam o comércio para suas colônias. Mais tarde, através do toyotismo demonstrou-se que era possível desenvolver aprimorar o sistema em um método de produção que funcionava com estoques mínimos e era capaz de atender a demanda real de consumo da população.

Entretanto, o novo sistema produtivo começou a organizar, em uma mesma linha de produção, trabalhadores geograficamente distantes e com diferentes capacitações (laborais e intelectuais), mas todos a trabalhar em prol dos mesmos produtos e serviços. Antunes (2005) considera que o sistema japonês de gestão da produção (toyotismo) já vinha construindo um novo padrão de organização produtiva desde antes da década de 1970 e sua principal caracterização foi a subcontratação da força de trabalho, visando reduzir custos fixos no processo produtivo. As políticas econômicas neoliberais foram essenciais para alavancar essa realidade, apregoando uma suposta redução no papel do Estado enquanto regulador da economia e enquanto instituição de amparo social (Antunes, 2005). Assim, o toyotismo foi um alicerce para o desdobramento nos processos produtivos para as políticas neoliberais, visto que este modelo de produção ampliava as dimensões da acumulação flexível, se estruturando de maneira dinâmica, atendendo o consumo de maneira imediata e fomentando altas margens de lucros a partir da otimização de recursos materiais e humanos ao longo da linha de produção.

Isto coaduna com aquilo que foi apontado no início deste tópico quando se menciona que na perspectiva de Cox a constituição da hegemonia perpassa por uma rede de fatores que se encadeiam de maneira sequencial, mas, também dinâmica. E, neste caso, aplicamos esta perspectiva na associação das classes dominantes ao Estado. Pois, estas classes apropriam-se dos meios de produção, conseguem a aprovação de leis que alteram a organização do trabalho e a classe empresarial obtém, com tais condições, maiores margens de lucro através da maximização da produção, promovendo aumento no ganho de capital com a consequente exploração da classe trabalhadora. O resultado é o aumento da influência das forças

hegemônicas que passam a conquistar mais espaço à nível social, político e econômico e, gradualmente, avançam para além da sua atuação interna, começando a atuar em contextos internacionais. Junto ela exporta também o seu poder ideológico e cultural, e os Estados projetam-se com mais força, pois é através de acordos políticos que eles contribuem na internacionalização de suas empresas. Portanto, mais uma vez tem-se a associação entre poder público e capital privado atuando como condicionantes na expansão das hegemonias globais.

Por isso, a atuação das hegemonias compreende, em sua essência, as questões econômicas. Segundo Cox (2007, p.113) a “hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados”. Para Cox, a hegemonia mundial “pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas”. E a influência hegemônica se materializa, portanto, no Sistema Internacional tanto através da organização do trabalho quanto dos métodos de produção e de consumo que atendem, no modelo de acumulação flexível, os interesses dominantes. E ao criar uma rede global de relações econômicas e comerciais que ocuparam todo o globo, numa complexa ramificação produtiva e distributiva, nas quais se empregam as influências culturais e ideológicas dos poderes hegemônicos, conseguiu-se fortalecer ainda mais o papel de atores centrais na economia mundial.

2.5 Hegemonia em Gramsci e Cox

A Teoria Crítica, apesar de crítica e contestadora das ordens hegemônicas vigentes não é propriamente uma teoria marxista, embora recorra a diversos conceitos e ideias marxistas para formular suas percepções críticas da história e da realidade contemporânea. E considera que a ontologia não deve ser ponderada por deduções e suposições como ponto de partida, mas, dever ser constitutiva da realidade e, portanto, decorrente de ações sociais concretas e em contínuo desenvolvimento no decorrer da história.

Tal condição sugere, inerentemente, oposição aos princípios a-históricos e abstrato do mainstream teórico das relações internacionais. E, por isso, TC contribui no alargamento analítico e investigativo no estudo das relações internacionais, aproximando a teoria da prática e vice-versa, e direcionando os olhares no cenário internacional para outros aspectos que não sejam apenas questões militares, guerra, poder e segurança.

Cox, sugere três importantes conceitos para a investigação nas relações internacionais a partir da lente da teoria crítica, quais sejam: (i) considerar a estrutura vertical das RI; (ii) ponderar estreita relação entre o Estado e a Sociedade Civil; (iii) ter atenção às dinâmicas dos

processos produtivos e conseqüentemente dos modelos de acumulação do capital. Estes três pontos, para Cox, são responsáveis pelo acúmulo e pela manutenção do poder, criando condições que precipitam a formação de hegemonias globais.

A ideia de hegemonia em Cox emerge de Gramsci. Entretanto, Cox extrapola a ideia gramsciana, transpondo-a para o cenário internacional. Enquanto Gramsci considerava que hegemonia se expressa na capacidade de um grupo social exercer domínio (político e moral) na sociedade, Cox já pondera que esta capacidade se estende para a política mundial, expressando-se na capacidade de um Estado de influenciar outros Estados a seguirem um conjunto de ideias e de instituições preconizadas pelo Estado dirigente.

Entretanto, não estamos a dizer que há contradições entre Cox e Gramsci. Pelo contrário, há uma continuidade ou mesmo uma extensão do pensamento de Gramsci em Cox. Segundo Gramsci (2001, 149):

No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico, etc.: aliás, deve-se dizer que não há desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos.

E, portanto, se a hegemonia, para além do campo político, é também econômica, “não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisiva da atividade econômica” (Gramsci, 2007, 48). Conseqüentemente, na visão gramsciana, para o sucesso da hegemonia política é necessário a construção de uma hegemonia econômica e para tal é necessário ainda a consolidação de uma hegemonia cultural, tendo em vista a influência dominante de uma cultura sobre outras, a fim de alterar valores e padrões ou mesmo estabelecer novos hábitos ou princípios em outras culturas.

Por isso, para Gramsci (2007, 48-49) o Estado é concebido:

[...] como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima do próprio grupo, mas este desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, isto é, até o estreito interesse econômico-corporativo.

Logo, as hegemonias globais são a expansão (e a continuação) de processos de formação de hegemonias nacionais que, por sua vez, emergem de articulações internas de classes sociais que, na busca incessante pelo aumento do poder, internacionalizam-se. E associadas com o poder estatal fomentam capacidades de exportar valores e de transformar o Sistema Internacional. E embora Cox entenda que Gramsci não menosprezava o papel do Estado, a visão gramsciana apontava para a concepção reducionista do Estado, isto é, de um Estado que se expressava através do aparelho burocrático-militar envolto nos interesses das elites e que operava segundo os interesses dos grupos sociais dominantes.

Já Cox, olha-o como uma estrutura complexa, mas essencial às Relações Internacionais, onde conflitos e tensões sociais se desenvolvem e, portanto, é também onde a estrutura hegemónica é constituída e depois consolidada. Assim, numa relação Cox-Gramsci, as hegemonias globais decorrem do alargamento da influência das hegemonias nacionais, cujos valores e ideologias são propagados do contexto nacional para o internacional, conseguindo estabelecer modelos político-económicos que passam a ser seguidos tanto pelos atores periféricos do SI quanto por atores de destaque, mas não-hegemónicos.

Para Cox (1981) os poderes hegemónicos do cenário internacional não são unicamente poderes estatais. Antes, são poderes que organizam uma estrutura económica em escala global, em que se estabelece modos de produção dominantes e estes adentram em outros países, criando uma relação de dominação e subordinação nas relações económicas, produtivas e comerciais. Mas, é também uma dinâmica social complexa, pois, as relações económicas continuam a ser relações sociais e com interesses de classes. Estas, entretanto, se unem aos grupos dominantes de diferentes regiões do globo, estabelecendo vínculos e acordos que sejam benéficos para o alcance dos seus interesses.

Por isso, Cox (1981) identifica três forças essenciais na formação dos poderes hegemónicos, quais sejam: as capacidades materiais, as ideias (ou ideologias), e as instituições. Logo, um poder hegemónico se concretiza através da articulação de influências políticas, sociais, culturais e económicas, legitimando normas e regras que se globalizam e definem o comportamento dos Estados, assim como da sociedade civil. E, mediante o vínculo com instituições, tanto nacionais quanto internacionais, estabelecem mecanismos de controlo e de difusão de valores numa relação simbiótica entre capital privado e forças estatais.

Cox e Sinclair (1996) argumentam que as capacidades materiais são tanto as capacidades produtivas quanto organizacionais. Isto é, as capacidades de desenvolver e aplicar tecnologias capazes de incrementar a produção (e consequentemente, o comércio e a acumulação de capital) quanto a capacidade de estruturar a produção através de

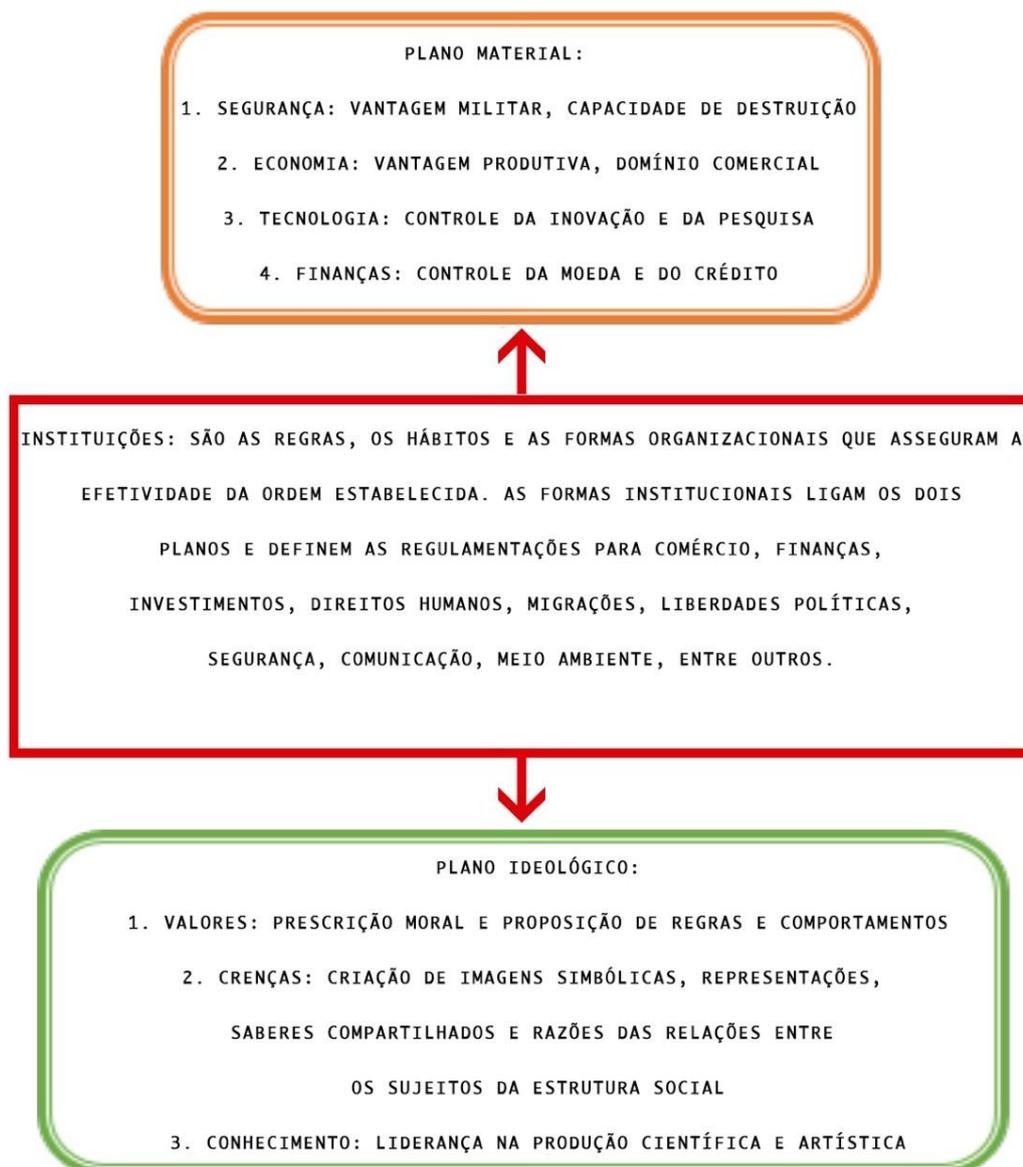
organizações (públicas e privadas) de maneira a otimizar o fluxo económico que decorre da relação produção x comercialização. Estas capacidades materiais também se aplicam à produção e aplicação de tecnologia militar, projetando força (ou a ideia de força) dos atores com tendências de dominação (regional ou global), assim como a capacidade de produzir conhecimento e, portanto, supremacia intelectual.

As capacidades ideológicas expressam-se no potencial de produzir, partilhar e difundir ideias, padrões culturais e valores morais, criando assim uma estrutura social e coletiva que permita influenciar os padrões de comportamento, cujo objetivo do poder hegemónico é a aceitação, por parte dos demais atores, à submissão e ao cumprimento das regras que atendam os seus interesses. Segundo Faria (2013, 225) “tais valores precisam estar interiorizados para que os comportamentos aconteçam de uma maneira proativa à ordem internacional, para que eventuais ações antissistêmicas sejam evitadas”. Cox e Sinclair (1996) apontam que as capacidades ideológicas constituem padrões de comportamento que estabelecem a obediência geral às normas por parte dos diferentes grupos sociais e, assim, legitimando o poder (dominante), seja através de seus discursos seja através de hábitos e de aspetos culturais.

Faria (2013) considera que a capacidade institucional constitui o plano intermediário e de ligação entre as capacidades materiais e ideológicas, pois, ele cria formas organizacionais que asseguram a efetividade da ordem estabelecida, cimentando as regulamentações para o comércio, as finanças, as liberdades políticas, os meios de comunicação etc. Cox e Sinclair (1996, 11) sustentam que “as instituições fornecem a oportunidade para as forças sociais dominantes suavizarem sua dominação social através da compra de forças subordinadas, fortalecendo assim seu domínio através de um processo de construção de consenso”.

O esquema abaixo ilustra a relação entre as capacidades sugeridas por Cox para a consolidação dos poderes hegemónicos:

Figura 1: Os três planos de formação das forças hegemónicas



Fonte: Faria (2013, 227)

Na perspectiva gramsciana pode-se, portanto, considerar que as instituições políticas, com especial destaque para as instituições do Estado, seriam atores essenciais para a consolidação das forças hegemônicas, evidenciando a capacidade de influência política dos grupos dominantes. E, servindo também como um aparato burocrático capaz de difundir os interesses dos poderes hegemônicos através da sincronia das capacidades acima citadas (materiais, ideologias, institucionais). Portanto, hegemonia é a eficiência e a eficácia de um certogrupo social constituir condições que lhe permita avançar em direção aos seus interesses – políticos e econômicos – em meio às condições sociais e culturais heterogêneas, criando condições materiais, ideológicas e institucionais que lhe garantam liderança moral, ética e intelectual, numa ordem subjetiva de dominação e preponderância sobre outras classes, organizações, corporações ou Estados. Além disso, a dominação não

é apenas um processo vertical de opressão ou controlo numa relação top-down, mas, carrega em suas estruturas e aplicação, ações subjetivas que são continuamente difundidas em toda a sociedade.

CAPÍTULO III - MAINSTREAM E PÓS-POSITIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais, desde o surgimento do seu campo de estudo, nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, esteve inserida nos domínios teóricos das Ciências Sociais, sendo delimitada pela Ciência Política. Pode ser considerada uma área do conhecimento científico relativamente nova, visto que os primeiros esforços para sistematizar os estudos das RIs datam da segunda década do século XX. E suas teorias foram formuladas nos últimos cem anos, apresentando, ainda, diversos contrapontos em seus fundamentos epistemológicos e ontológicos. Condição esta que se revela como uma característica de campos científicos recentese em construção.

As primeiras teorias que tiveram mais impacto na formulação do pensamento das RIs foram as teorias realistas. Embora haja diversidade de premissas que influenciam a construção teórica dos realistas, há algumas vertentes herdadas de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, e que são comuns a todas as correntes do Realismo (Nogueira e Messar, 2005). Para os realistas, de maneira geral: o Sistema Internacional é anárquico (o Estado é soberano e não existe uma autoridade superior a ele); a sobrevivência é o principal interesse dos Estados (que os permite alcançar qualquer outro objetivo); a busca pelo poder é uma constante (pois, é o poder do Estado que vai determinar sua posição no SI); a autoajuda deve orientar o comportamento do Estado (os Estados agem – e devem agir - de forma egoísta porque nenhum outro Estado irá deliberadamente ajudá-lo); o Estado é o principal e o único ator importante no Sistema Internacional, não importando sua estrutura interna e nem doméstica, mas, somente a sua atuação no cenário internacional.

Resumidamente, tais fundamentos, levam à seguinte lógica: o Estado – enquanto ator central da política internacional – seria orientado por um caráter puramente pragmático e empírico, cujo objetivo é atender os interesses nacionais. Tais interesses se traduzem na sua sobrevivência e na sobrevivência de seus cidadãos em um ambiente anárquico cuja única opção é a autoajuda. Para tal, é necessário conduzir as ações do Estado no campo internacional com vistas ao acúmulo e a manutenção do poder. Por isso, os realistas colocam ênfase nos ganhos relativos, ou seja, “quanto um Estado ganha em relação aos demais” (Nogueira e Messar, 2005).

Mais uma vez, apontamos que todos esses argumentos eram uma realidade no contexto político e econômico em que as unidades políticas europeias estavam inseridas e onde tentavam consolidar seus territórios, sua economia nacional e sua estrutura político-administrativa. Pois, entre os séculos XII e XVI o cenário anárquico da política internacional não dispunha de entidades supranacionais e atores transnacionais tão pouco existiam os Estados na concepção westfaliana. E tal cenário não era decorrente da essência do Sistema

Internacional, mas, da ausência de atores internacionais, transnacionais, do direito internacional e de regimes de governança.

A busca pelo poder (político e econômico) era a alternativa para garantir a sobrevivência (contra tensões internas e invasões externas), de maneira independente, ou seja, a partir da auto-ajuda. Pois, nas incertezas daquele ambiente instável, onde formava um mosaico de pequenos centros de poder e de pequenas estruturas político-administrativas, as unidades políticas que buscavam fortalecer seu poder estatal eram os únicos atores capaz de acumular poder e atuar a partir de um conceito de self help.

Por isso, os Estados eram, naquele momento, os responsáveis pela construção de um cenário político e econômico que, futuramente, poderia vir a ser interdependente através de redes de produção e consumo mediante sistemas produtivos industrializados e tecnologias da informação e comunicação que permitissem a construção de relações comerciais e financeiras. Logo, a sobrevivência era o principal interesse daqueles Estados que estavam a se formar, pois, até então não havia um Sistema Internacional, não havia atores internacionais, não havia Estado e tão pouco havia segurança, nem para as populações e nem para as entidades políticas des-centralizadas pela Europa. Não só os feudos eram sujeitos a inconstâncias políticas e econômicas, como também toda a sua população.

3.1 O mainstream teórico nas Relações Internacionais

Desde o surgimento das Relações Internacionais como corpo disciplinar, há a tendência para a prevalência de um corpo teórico como mainstream desta área. Nomeadamente, as teorias de vertentes realistas e liberais são aquelas que tem exercido grande influência nos olhares da política internacional e do direito internacional. Segundo Carmo (2013, 6):

De facto, inicialmente o estudo das relações internacionais estava voltado mais propriamente para a política internacional e o direito internacional, como duas áreas correlatas e integradas pelo mesmo ator, o Estado. [...] De um modo geral, a política internacional, enquanto relações interestatais, e o direito internacional, como um dos principais produtos gerados pelas relações interestatais, são as principais temáticas abordadas nas obras clássicas sobre relações internacionais. E, nesse contexto, na formação da área de relações internacionais como campo do conhecimento predominaram as interpretações realistas. Particularmente nos Estados Unidos, Guzzini (1992, p. 33) afirma que relações internacionais e realismo quase se confundiam.

No último quarto do século XX, quando novas abordagens e ideias começam a

emergir nos debates das RI, novamente a proeminência do mainstream foi evidente no debate neo vs. neo (neorealismo vs. neoliberalismo). Isto é, as vertentes tradicionais se revitalizaram face aos novos acontecimentos globais e mantiveram sua influência como lente teórica predominante das RI. Entretanto, tal como sugerem Nogueira e Messari (2005, 132):

Apesar de essas duas correntes continuarem a dominar a produção intelectual da academia até hoje, perspectivas alternativas começaram a surgir, também nos anos 80, desafiando a visão convencional das relações internacionais. Nesse sentido, os debates interparadigmáticos abriram a disciplina para uma diversidade de abordagens que, anteriormente, não encontravam espaço diante do predomínio incontestável do realismo nas áreas de pesquisa mais importantes dos estudos internacionais.

Assim, importa fazer aqui algumas considerações acerca do Realismo e do Liberalismo para depois expressar a importância da Teoria Crítica para esta investigação.

O Realismo traz consigo uma característica que apresenta uma completa congruência entre as suas análises da política internacional e o cenário que fora construído entre os séculos XII e meados do século XX e cujas condições abordamos no tópico anterior. Ou seja, em determinado momento no desenrolar da história, estando a maioria dos estados nacionais já constituídos e suas relações políticas a desenvolverem-se no plano internacional, os realistas resgatam certos conceitos de autores do século IV a.C. e do século XVI d.C e aplicam suas análises no sistema internacional contemporâneo, a partir de perspectivas históricas, mas, semolhar, contudo, para a construção histórica dos Estados que, por sua vez, é o ator central em seus argumentos teóricos. Portanto, os Estados são tidos como atores homogêneos e naturais no plano internacional que constrói uma relação pragmática com outros atores, visando sempre monopolizar a força coercitiva em sua dimensão interna para conseguir ordem e, assim, ser capaz de projetar seu poder e sua influência em um ambiente internacional anárquico, onde a soberania de cada Estado sobre o seu território e a sua população é constantemente ameaçada.

Para Nogueira e Messari (2005, 23):

De forma geral, os realistas tomam o Estado como uma “caixa preta” e o encaixam dentro do que chamam de modelo da “bola de bilhar” (billiard-ball). Isso os leva a abstrair os processos internos de tomada de decisão e as motivações políticas que levam os Estados a agir no plano internacional e a destacar exclusivamente a dinâmica da relação entre essas “caixas” ou essas “bolas”. Os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea

e em defesa do interesse nacional.

Por isso, reforçamos que o cenário político que reinou no continente europeu e marcou a constituição dos primeiros estados nacionais era sim um cenário constituído por unidades políticas que poderiam ser vistas como “caixas pretas”. Suas estruturas não estavam prontas e no momento em que Hobbes olhava para aqueles Estados e construía seu pensamento, os atores políticos eram efetivamente uma “caixa preta”, pois, era praticamente impossível escrutinar todos os detalhes, relações, jogos de poder e influências políticas que estavam se formando dentro daquelas estruturas. Era também um momento propício para o modelo billiard ball, onde não se considera que relevante o que existe dentro das bolas de bilhar (neste caso, dentro dos Estados), e nem como elas são feitas ou constituídas; importa apenas que elas se choquem umas nas outras para que se possa analisar como elas se batem (que, segundo o realismo, é que gera a dinâmica do Sistema Internacional).

Aquele cenário foi único e muito peculiar, onde não havia a existência anterior de Estados nacionais, tão pouco havia organização econômica nacional e mesmo a delimitação territorial era imprecisa, estando em constante mudança. Logo, as disputas que se deram ao longo dos séculos, até a formalização dos Tratados de Münster e Osnabrück – que deram origem ao modelo do moderno Estado westfaliano – e mesmo os conflitos que marcaram as relações políticas internacionais, a partir do século XVII, foram características de um cenário em construção. Um cenário político e econômico que não existia anteriormente e que estava sendo formulado a partir de influências diversas que perpassavam por interesses de classes, por influências de ideias e por necessidades econômicas que visavam a organização de estruturas de produção e consumo que atendessem os interesses nacionais e suas tendências expansivas.

Assim, consideramos que o sistema internacional é socialmente construído. Não é dado e não está pronto. Aquele cenário analisado por Hobbes e cujo pensamento tem forte influência na construção do Realismo político foi construído e não foi replicado e repetido em outro momento da história da humanidade. Por isso, nossa investigação se pauta em uma lógica diametralmente oposta ao mainstream das Relações Internacionais, uma vez que este, ao não olhar para o cenário histórico político e econômico em que se constituíram os estados nacionais, termina por apresentar um embasamento teórico que descreve o comportamento entre os Estados, mas, apresenta na contemporaneidade características que fizeram parte de um cenário temporalmente e geograficamente muito peculiar. Já no decorrer século XX, principalmente a partir do último quarto deste século, o comportamento dos atores estatais diferia grandemente do comportamento belicoso e, muitas vezes, intencionalmente imperialista das unidades políticas soberanas dos séculos XII

ao século XVIII.

Ressaltamos, ainda, que aquelas unidades políticas lutavam em um cenário onde o sistema interestatal não havia sequer sido construído. O contexto político e econômico era um completo puzzle, pois, muitas regiões eram governadas por estruturas feudais, outras eram governadas por monarcas com poder parcialmente centralizado, outras nem sequer eram governadas por instâncias superiores, onde tribos e povos que emergiram da queda do Império Romano e do subsequente fim do Império de Carlos Magno controlavam regiões e territórios segundo suas próprias leis. Além disso, havia uma miscelânea de moedas circulando pelos territórios europeus. Cada região detinha uma moeda própria, com suas próprias taxas cambiais, onde o valor monetário era distinto de uma região para outra.

O feudalismo tomou-se comum no Ocidente após o colapso do Império Romano. Um indivíduo tinha obrigações perante um senhor local, mas podia também dever obediência a algum nobre ou bispo distante, assim como ao Papa, em Roma. As obrigações políticas eram, em grande parte, determinadas pelo que acontecia aos hierarquicamente superiores. Se um governante se casasse, uma determinada área e a sua população podiam ver as suas obrigações reajustadas como parte de um dote de casamento. Uma população nascida francesa podia subitamente tomar-se flamenga ou mesmo inglesa. Cidades e ligas de cidades tinham por vezes um estatuto especial semi-independente. A louca manta de retalhos de guerras, que acompanhava a situação feudal, não tem nada a ver com o que consideramos modernas guerras territoriais. Tanto podiam ocorrer no interior - como atravessando territórios- e estavam relacionadas com esses conflitos e lealdades transversais, não-territoriais” (Nye, 2002, 3).

Foi nesse contexto que as unidades políticas do território europeu precisaram buscar a centralização do poder político e econômico para, então, consolidarem estruturas mínimas que dariam forma aos Estados nacionais. E entre os séculos XII e XV essas estruturas foram, gradualmente, se firmando até assumirem as características do estado westfaliano, tal como mencionamos anteriormente. Logo, esse cenário não se repetiu no mundo moderno. Uma vez que aquelas estruturas políticas foram fortificando sua autonomia, garantindo a centralização do poder, a autonomia na tomada de decisões políticas e o funcionamento das economias nacionais, não foi mais necessário que esse processo se repetisse. Ele iniciou uma única vez, seguiu uma direção única, no sentido de robustecer o Estado nacional e entre o final do século XIX e início do século XX o sistema interestatal já estava constituído com algumas dezenas de atores que tinham suas estruturas estatais, suas economias nacionais e sua moeda nacional estabelecidas. Portanto, o Realismo, ao

afirmar que certas características – que citamos anteriormente - são a essência das relações internacionais e da política internacional, está na verdade destacando uma condição que se deu em um determinado contexto, em uma determinada época e em um espaço geográfico único, onde sociedades oriundas de povos e tribos diversas, carregados de traços culturais, línguas e idiomas peculiares de cada microrregião, se confrontavam na busca pela sobrevivência em um ambiente onde não haviam estados, não haviam leis universais, não haviam estruturas políticas definidas e, além das disputas internas, havia uma constante pressão externa – como dos mouros e dos mongóis, por exemplo – que continuamente ameaçavam a mínima sobrevivência daquelas sociedades. Essa condição não foi dada. Ela foi construída em determinado momento, mas, que se alterou a partir da consolidação de novas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Paralelamente ao construto teórico e científico do Realismo, uma outra abordagem surgia nas Relações Internacionais compondo o quadro paradigmático dominante na teoria das Relações Internacionais: o Liberalismo. A formulação dessa teoria embasa nos pressupostos iluministas e no pensamento de Kant, foi proposto por Woodrow Wilson no final da Primeira Guerra Mundial. Partindo do princípio de que o ser humano é bom por natureza e olhando para a natureza humana sob uma perspectiva positiva, o liberalismo sugeriu que paz e a cooperação são possíveis no Sistema Internacional. E que tal condição poderia ser instituída a partir do crescimento do livre comércio e da universalização dos direitos humanos. Além disso, diferentemente dos realistas, os liberais sempre enfatizaram a atuação de diversos atores no Sistema Internacional para além dos Estados, tais como organizações internacionais, empresas multinacionais, instituições transnacionais e até mesmo os indivíduos. Pois, a “referência central dessa escola de pensamento é o indivíduo, cuja autonomia deve ser protegida e incentivada ao máximo de modo que a sociedade, como um todo, progrida” (Nogueira e Messari, 2005, 59). Logo, para os liberais, a possibilidade de os indivíduos buscarem os seus interesses livremente produzia um resultado social positivo (Nogueira e Messari, 2005).

Ao assumir uma condição otimista para o contexto político e econômico internacional, o Liberalismo considerava que a guerra poderia ser evitada e que a natureza anárquica do sistema internacional poderia ser refreada a partir da consolidação de organizações internacionais e do direito internacional. Pois, os Estados democráticos não buscariam expansão militar e nem territorial, apenas os Estados sem instituições representativas é que conseguiriam alargar seu poder de maneira centralizadora e autoritária através do governo de grupos autoritários. Para ambas as condições, o liberalismo considerava a necessidade do Estado, embora visto como um mal necessário. Ou seja, era necessário para a consolidação de acordos e relações políticas e econômicas no nível internacional, mas, que poderia, ainda assim, ferir a liberdade individual.

Segundo Nogueira e Messari (2005) esses pressupostos alçaram notoriedade com o fim da Guerra Fria, quando a relação política/economia estava fortemente entrelaçada e a diversidade de atores no Sistema Internacional já fazia parte do contexto político e econômico mundial. É importante ponderar que a corrente mais contemporânea e mundialmente difundida dessa teoria – o neoliberalismo – pode ser evidenciada a partir da década de 1990 com aberturas das fronteiras nacionais para a expansão e a penetração do mercado internacional nos espaços regionais. Pois, o comércio sempre esteve presente no pensamento liberal e antes mesmo de adentrar no campo das Relações Internacionais, já havia se fortalecido no campo das ciências econômicas como uma doutrina que fora densamente debatida desde o século XVIII. Assim, “certos mecanismos que caracterizam o funcionamento das sociedades, como o mercado, fazem com que o bem-estar geral cresça”, atendendo aos preceitos do liberalismo que defendia a “construção de uma sociedade bem-ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade” (Nogueira e Messari, 2005, 59).

Todavia, entendem que o Estado é um mal necessário e este atua, principalmente no cenário internacional, em um ambiente ocupado por diversos atores, dentre os quais estão os Estados, mas, também as organizações internacionais, organizações transnacionais não-governamentais, empresas multinacionais e os indivíduos. Em função da multiplicidade de atores e das intrínsecas relações que se estabelecem entre eles, especialmente no campo comercial, os liberais imprimem um olhar otimista para as Relações Internacionais, de um cenário sem guerras. Pois, o comércio e as finanças necessitam de um ambiente pacífico e harmonioso para operarem. Um cenário conflituoso, em contrapartida, é sempre um empecilho para relações comerciais, desestabilizando o elo entre os múltiplos atores no ambiente internacional e afetando, também, a estabilidade econômica e financeira de todo o sistema cuja amalgama é o comércio global.

[...] a noção progressista e otimista sobre a natureza humana, a confiança no progresso humano, a partilha de responsabilidades comuns em prol da paz, da justiça e da cooperação, bem como a força normativa das instituições multilaterais, dos regimes internacionais e das regras pactuadas entre os povos são marcos do liberalismo” (Castro, 2012, 338).

O Liberalismo, embora faça parte das teorias que constituem o mainstream das RIs, ganhou mais notoriedade através da sua vertente neoliberal que invadiu o campo das ciências sociais a partir de 1970. Naquele momento, o sistema econômico mundial passava por um processo de reestruturação nos ciclos de acumulação do capital e, portanto, foi propício uma adequação dos ideais liberais ao campo econômico, sociológico e político do último quarto do século XX. Logo, o neoliberalismo e seu contributo para tais áreas, foi

também válido para as Relações Internacionais como embasamento teórico para as análises que se dariam a partir daquele momento, quando a globalização e o comércio mundial apontavam novas dimensões para a política e a economia internacional.

Contudo, à semelhança do Realismo, o Liberalismo também descreve um princípio que foi essencial na formação dos primeiros Estados nacionais. Pois, como já apontado no tópico anterior, a sobrevivência das unidades políticas soberanas no continente europeu sofria uma pressão competitiva entre as demais unidades políticas daquele cenário, demandando a consolidação da política e da economia com vistas ao fortalecimento do poder de cada Estado. Enquanto havia uma preocupação com a proteção do território, e mesmo com a expansão territorial e com áreas de influência para além do limite geográfico de cada Estado, havia também uma atenção especial para a consolidação da economia nacional que seria um componente essencial para a continuidade do acúmulo de poder. Ou seja, a estabilidade econômica de cada Estado garantiria a acumulação de capital e este seria revertido no desenvolvimento tecnológico e militar, dando proteção ao território ou mesmo expandindo os limites territoriais.

Logo, a preocupação com a economia, como sendo uma peça fundamental para a sobrevivência dos Estados, tem fundamentos resgatados do cenário em que se construíram e se consolidaram os primeiros estados nacionais. A diferença é que o liberalismo enxerga as relações econômicas e comerciais como determinantes para a paz entre as nações e naquele cenário de formação dos primeiros estados nacionais a economia era essencial para a sobrevivência de cada unidade política em um ambiente de constantes conflitos. De qualquer maneira, para ambas as teorias mainstream das Relações Internacionais, o ambiente internacional é anárquico e o Estado precisa existir. Para os liberais, “uma sociedade sem governo dá lugar a discórdias incessantes entre interesses divergentes” (Nogueira e Messari, 2005, 61).

No que concerne à natureza conflituosa da anarquia que caracteriza o sistema internacional, os liberais tendem a concordar com os realistas. Uma sociedade sem governo dá lugar a discórdias incessantes entre interesses divergentes” (Nogueira e Messari, 2005, 61).

Por isso, como ambas as teorias que formam o mainstream das Relações Internacionais sugerem paradigmas determinantes na formulação das interações políticas e econômicas que se apresentam no sistema internacional, bem como a anarquia desse ambiente como uma condição dada e inerente a estrutura do sistema, entendemos que as abordagens pós-positivistas, e mais especificamente a Teoria Crítica, nos permite desenvolver as análises necessárias para responder as perguntas que norteiam essa

investigação, tal como apresenta-se no próximo tópico.

3.2 As abordagens pós-positivistas nas relações internacionais

A proposta das abordagens pós-positivistas nas Relações Internacionais aponta para cenários socialmente construídos a partir de ideias, valores e crenças intersubjetivas que contrapõe a ideia da racionalidade do Estado e da construção de metarrativas que determinam a ação e o papel dos atores no sistema internacional. Pois, este está constantemente sujeito a mudanças, por forças das influências sociais, e, por isso, não pode ser compreendido de maneira reducionista e material. Ou seja, os Estados “não são estruturalmente determinados, mas são construídos pelas interações históricas contingenciais” (Wendt, 1994, 385).

Castro (2012, 386) sustenta que o Construtivismo, por exemplo, “associa a forma de mútuas ações com o processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o ethos das Relações Internacionais”. Sendo que os agentes – capacidade de ação – são os Estados e a estrutura o macroambiente – ou meio. Portanto, tanto os Estados quanto o cenário internacional “interagem de maneira constante e intensa, revelando as complexidades de cada uma das partes e denotando as limitações pontuais de suas esferas específicas” (Castro, 2012, 387). Tal condição nos leva, imediatamente, a questionar qual a esfera de atuação e influência de um sobre o outro. Ou seja, o cenário internacional (estrutura) é definido pelo Estado (agente)? Ou seria o contrário? Isto é, o Estado (agente) é constrangido a agir e a se comportar a partir das imposições e influências do cenário internacional (estrutura?)

Para responder à tais questionamentos seria necessário definir a antecedência ontológica. Ou seja, definir quem surgiu primeiro (os agentes ou a estrutura?), “para depois saber quem influencia, constrange e/ou limita as opções e a evolução do outro” (Nogueira e Messari, 2005, 160). Pois, a ideia de que um veio antes do que outro, sugere que um tem precedência sobre o outro e, portanto, pode implicar um efeito determinante (do agente sobre a estrutura, ou da estrutura sobre o agente). Logo, tal questão remete à crítica de que certas condições do Sistema Internacional são consideradas como dadas pelas teorias do mainstream das RIs. Entretanto, o pós-positivismo nas Relações Internacionais destaca que este mundo está em permanente construção e, por isso, não se trata de um mundo predeterminado e imposto às sociedades (Nogueira e Messari, 2005, 160). Mas, um mundo socialmente construído a partir de ideias, ações, relações e interações.

A Teoria Crítica se apresenta como crítica e pós-positivista, visto que rejeita a possibilidade de a razão instrumental ser a única forma de conhecimento.

A Teoria Crítica é uma das mais importantes, senão a mais importante,

contribuição alternativa surgida desde então, apresentando uma crítica contundente à concepção realista das relações internacionais como política de poder e questionando a pretensão científica das teorias internacionais, em particular seu compromisso com o positivismo. Da mesma forma, a Teoria Crítica ampliou o leque de temas que deveriam ser prioritários em nossas pesquisas, indo além das esferas tradicionais da segurança e da política externa e incluindo questões como o problema da mudança nas relações internacionais; os temas da hegemonia, da emancipação e da desigualdade; a centralidade do Estado como ator; o meio ambiente; as questões culturais; a integração das estruturas econômicas na reflexão sobre a política mundial; a ausência de uma dimensão ética na reflexão da área; o conceito de sociedade civil global, entre outras. (Nogueira e Messari, 2005, 132-133).

Robert Cox, tido como um dos principais autores da Teoria Crítica no campo das Relações Internacionais, enfatiza a influência tanto do discurso quanto da linguagem na produção do conhecimento e de ideias. Para o autor, estas influências não ficam apenas restritas a esfera doméstica, mas, apresentam impactos também na esfera internacional. Aliás, o próprio Cox (1998) é quem formulou a ideia de que toda teoria é formulada alguém para o benefício de alguém.

Cox defende a ideia de que toda teoria é relativa ao seu tempo e lugar e, portanto, não pode ser transformada em um modelo absoluto, aplicável universalmente, como se não estivesse associada a certo contexto histórico e político. As teorias têm sempre uma perspectiva, um olhar engajado com a realidade sobre a qual está refletindo, sendo influenciada e influenciando tal realidade. (Nogueira e Messari, 2005, 138).

E, portanto, toda teoria ao se materializar, na prática, atende os interesses de alguém e observa um determinado momento historicamente recortado. Tal como observamos anteriormente, quando apontamos que as teorias mainstream da RI remontam o contexto histórico de formação dos primeiros estados nacionais europeus, onde havia um cenário anárquico no qual as unidades políticas soberanas atuavam e onde o crescimento econômico-financeiro era necessário para o acúmulo de poder. Para Nogueira e Messari (2005,) o realismo “ busca compreender a realidade como realmente é, evitando a contaminação de crenças e valores em análises, levando a erros desastrosos como havia ocorrido com os liberais utópicos”.

As influências de outras áreas das ciências sociais nas relações internacionais, especialmente no último quarto do século XX, começou a questionar a realidade como uma

condição “dada”, que sempre existiu e que não teve influências sociais no seu processo de construção. Isto é, a realidade como algo passível apenas de ser observado. As premissas pós-positivistas, impulsionadas pela virada linguística nas Ciências Sociais, é que formularam ideias opostas e com base, especialmente, nas teorias oriundas da sociologia – mas, não só – esugeriram que o mundo é socialmente construído.

Em meio as diversas influências das ciências sociais nas RI, emergiu também a discussão acerca da importância da linguagem e do discurso na política internacional, sendo a linguagem não apenas um instrumento de explicação da realidade, mas, também como ferramenta capaz de construir a própria realidade. Dois principais autores do pós-positivismo nas Relações Internacionais, quais sejam, Friedrich Kratochwil e Nicholas Onuf consideram que o cenário em análise não pode ser compreendido por si só, de maneira isolada. Pois, ele resulta de práticas sociais historicamente construídas através das quais são atribuídos significados e linguagens próprias. Portanto, é a linguagem que permite atribuir significado à realidade, permitindo assim fazer descrições e análises de cada contexto.

É também através da linguagem e dos discursos desenvolvidos a partir dela que se constroem ideias de dominação e hegemonia. Foucault (1979), por exemplo, sustenta que o ideal de modernidade nada mais é que a formulação de discursos que buscam enfatizar o poder do conhecimento científico, elevando este ao status de verdade absoluta e, portanto, aqueles que produzem este conhecimento conseguem, na manutenção da hierarquia social, preservar sua posição de poder e de influência.

Na mesma linha de pensamento que Foucault, os autores pós-positivistas das RI destacam que também os Estados (e até mesmo outros atores do cenário internacional) criam discursos com o objetivo de disseminarem ideais como a falta de moralidade na política internacional e a anarquia do SI, a fim de conseguirem projetar-se como atores dominantes no plano internacional. Os discursos destes protagonistas acabam por tornarem-se discursos dominantes e estes discursos, potencializadores da ideia de superioridade de uns sobre os outros na ordem internacional, contribuem no estabelecimento de atores principais ou centrais que acabam por constituírem-se hegemônicos, tanto na propagação de seus interesses e na dominação sobre outros, quanto na propagação de valores, ideias e normas que sejam compatíveis com as suas ideologias e cultura.

É neste sentido que sugerimos as hipóteses inicialmente avançadas, a fim de verificar se os discursos dos atores enunciados (em particular a União Europeia e os escandinavos enquanto estados árticos e estados-membros da UE) sobre a governança do Ártico atendem aos interesses da ordem hegemônica global, consolidando interesses regionais com os internacionais, ou se pelo contrário produzem discursos anti-hegemônicos de maneira a

confrontar os interesses globais sobre o Ártico. E como são as abordagens pós-positivistas que confrontam as teorias clássicas das Relações Internacionais, especialmente quando sugere que o foco não são os aspectos metodológicos, mas, ontológicos, é a Teoria Crítica que guiará as análises apresentadas.

O sistema político e económico mundial se constitui, de maneira gradual, a partir de uma construção social oriunda de valores e ideais. Mas, os Estados não são necessariamente colocados em segundo plano ou menosprezados na lente pós-positivista. De facto, mesmo autores centrais do pós-positivismo, tal como Alexandre Wendt, asseveram que o Estado tem uma importância insubstituível nas RI, pois, “o Estado é o prumo, meio e fim das ações internacionais” (Castro, 2012, 389).

Tal afirmação pode ser evidenciada naquilo que escrevemos até aqui, onde a construção dos primeiros estados nacionais esteve diretamente relacionada com o papel e a atuação das unidades políticas soberanas no continente europeu. A evolução do sistema político-económico mundial foi condicionada por uma miríade de fatores (sociais, económicos, culturais e políticos) que levaram à definição de fronteiras nacionais, constituição de um sistema económico nacional, centralização do poder político nacional etc. E, depois, o seu próprio movimento expansionista universalizou este sistema em longo processo de tensões sociais que ora concordavam com o modelo – político e económico – das nações europeias, ora discordavam e protestavam contra ele.

A força vitoriosa dos poderes europeus sobreviria, principalmente, da articulação entre riqueza e poder no seio dos Estados nacionais. Além disso, a competição permanente e as guerras interestatais, marcantes na história do velho mundo, atuaram, simultaneamente, como força destrutiva e integradora, possibilitando a consolidação de um único sistema político na Europa a partir da Paz de Vestefália. O novo sistema político europeu obrigava os Estados a se expandirem constantemente até o limite do monopólio do poder global, monopolização esta que nunca se concretizou, pois, a competição pelo poder global se dava através do fortalecimento dos estados nacionais.

Esta condição, entretanto, não era originária de um sistema dado e pronto. Pelo contrário, foi um cenário socialmente construído e intensamente marcado por questões políticas e económicas que se desdobraram no decorrer da história da humana. A contínua competição intra-europeia promoveu a oligopolização do poder e da riqueza representada pelo nascimento das Grandes Potências. Mas, estas nasceram em um determinado contexto em que as condições históricas permitiram a emergência de atores com influência global. E ao alcançarem este patamar na política internacional, tais atores buscaram a consolidação da sua liderança a partir da criação de barreiras que dificultavam a entrada de novos players nesse sistema e manipulavam o crescimento de possíveis novas potências.

Portanto, evidencia-se que o atual sistema internacional é fruto de uma construção

histórica e social. E isso coaduna com um dos princípios basilares da Teoria Crítica (TC) no campo das Relações Internacionais. Isto é, a TC considera que toda teoria tem uma perspectiva que deriva da posição no tempo e no espaço em que ela foi formulada. E a perspectiva que constituiu as formulações das teorias decorrem da pressão social, da dimensão política e do contexto econômico que decorrem no cenário que influencia a formulação da teoria. Portanto, as questões e as problemáticas apresentadas por cada teoria estão diretamente associadas a uma perspectiva particular e restringida pelas influências e pelo momento histórico de uma realidade específica.

Sendo assim, as abordagens que fogem ao mainstream das RI se mostram válidas para olhar o nosso objeto de estudo, visto tratar-se de um cenário particular com características específicas e não passível de ser olhada de maneira universal e padronizada. Logo, é necessário olhar para o Ártico numa vertente que se preocupe em estabelecer análises não embasadas em recortes temporais ou contextos específicos, mas que os considere como universais. Dito de outro modo, é necessário olhar para cada realidade individualmente e olhar para as suas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas específicas, a fim de entender o que efetivamente decorre neste cenário e como protagonizam os atores que estão a atuar na região que está sendo investigada.

A Teoria Crítica (TC) que apresentamos como a lente teórica desta investigação, surge no campo das Relações Internacionais como uma alternativa às teorias positivistas (Realismo, Neorealismo, Liberalismo etc). A proposta dos seus principais autores sempre esteve relacionada com a necessidade de uma análise histórica do cenário internacional, apontando para a importância de conciliar teoria e prática, a fim de explicar os acontecimentos a partir das transformações vivenciadas pela ordem social vigente. Assim, a ontologia não deve mais ser vista como a priori, isto é, como sendo constitutiva e anterior à realidade, mas, em vez disso, como um produto social em andamento, em contínua transformação e transversal à história.

E ao invés de servir como uma teoria problem-solving (como um guia para a solução de problemas postos por uma determinada perspectiva), a Teoria Crítica se apresenta com uma teoria que analisa criticamente o contexto sob os seguintes pressupostos: a observação não deve ser feita fora do contexto, mas, analisada dentro de uma conjuntura que é responsável pela constituição do problema em questão; o contexto da ação muda conforme o tempo e o principal objetivo da TC é compreender essas mudanças e os seus efeitos sobre o problema; o contexto da estrutura, no qual as ações ganham forma, não é o fim da ação, mas, justamente o cenário a ser analisado. Por isso, a Teoria Crítica não considera a ordem da política internacional comodada. Pelo contrário, ela não toma nem as instituições, nem os atores, nem as relações sociais e nem a dinâmica de poder como dados, mas coloca-os em questão para investigar a sua origem e a construção das suas relações no

decorrer da história.

Dito isto, sugerimos a relevância da TC para analisar a cooperação em marcha no Ártico. E, a partir da TC questionamos a origem, o propósito e a construção da cooperação que tem se evidenciado há décadas nesta região. Por trás da cooperação, é possível sugerir que a influenciapolítica e econômica de um restrito grupo de atores no Ártico percorre duas hipóteses: pode ser um aparato hegemônico ou contra-hegemônico por parte destes protagonistas. E a reflexão sobre a hegemonia na ordem internacional, portanto, é também crucial para a TC, pois, a teoria crítica sustenta que a hegemonia se constitui através de instituições e de ações que visam ajustar a dinâmica do poder a partir de estruturas materiais e a partir da transmissão de imagens ou de ideias coletivas ao mundo, a fim de transmitir a importância universal das instituições que administram a ordem mundial.

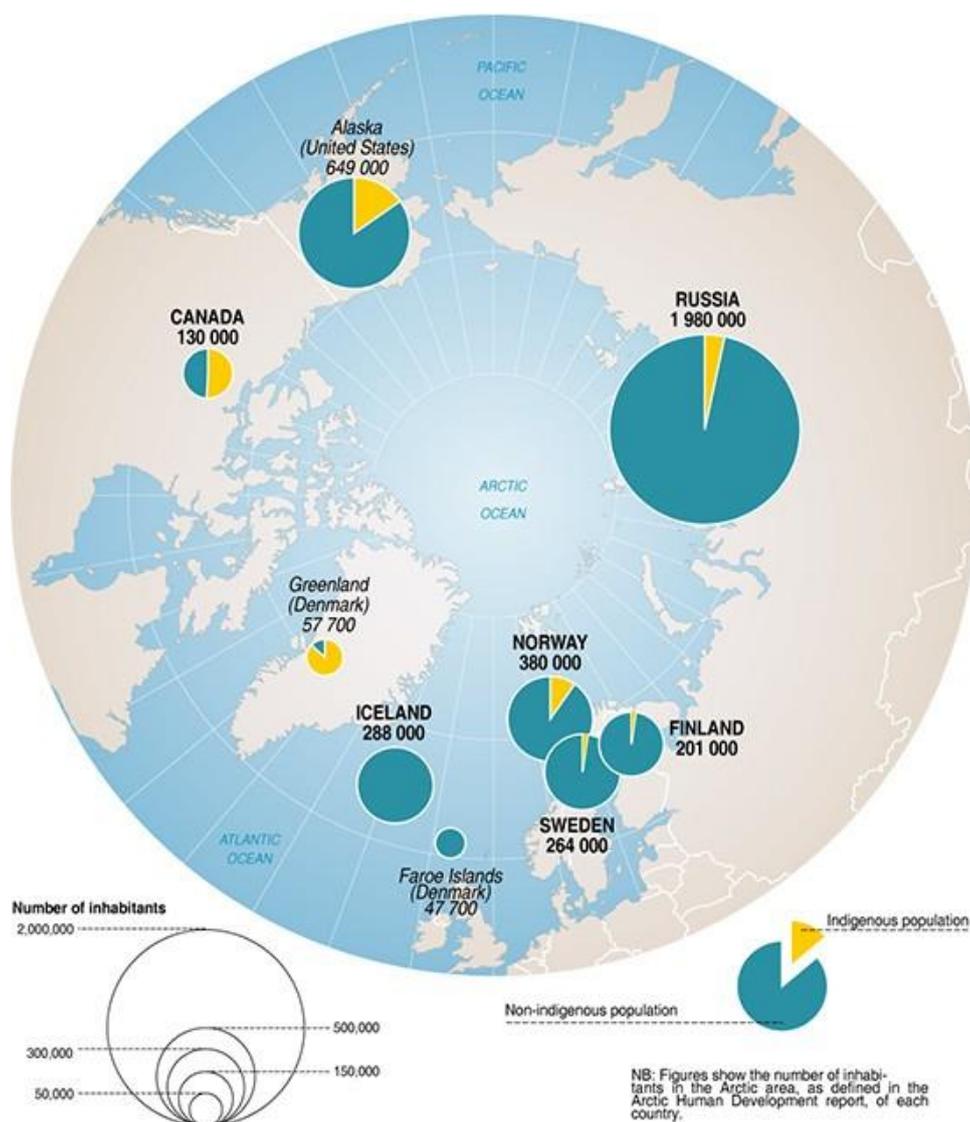
Ora, o Ártico tem sido apontado, pelos Estados que compõem o Conselho do Ártico (CA), como uma área cujas mudanças devem ser de preocupação de toda a humanidade. Isto é, tem ocorrido uma internacionalização dos problemas que lá ocorrem, onde aponta-se que as alterações ambientais na região são causadas por ações de todo o mundo e seus efeitos recairão sobre todo o planeta. Simultaneamente, tem-se sustentado que os atores mais aptos a lidar com as questões atinentes ao Ártico são os Estados-membros do CA. Sustenta-se ainda que a capacidade destes atores em lidar com os problemas da região é evidenciada pela cooperação de longo prazo que eles têm articulado no Ártico. Neste contexto, muitos atores começaram a evidenciar seus interesses nesta zona geopolítica. Estados não-árticos, grandes corporações do mercado global, empresas multinacionais e organizações sem fins lucrativos têm apontado não só a importância da região para a sustentabilidade do planeta e da vida humana, como têm também expressado suas preocupações com a mudanças que têm ocorrido no Círculo Polar Norte.

A expressão destas preocupações tem, muitas vezes, extrapolado o plano discursivo e sematerializado em políticas para a região, incluindo a União Europeia cuja estratégia para o Ártico ganhou notoriedade a partir do comunicado da Comissão Europeia, em novembro de 2008, que delineou os primeiros pontos a serem considerados no desenvolvimento de uma política da UE para o Ártico. Agora, interessa analisar como se dão os interesses da União para esta região e com ela se projeta internacionalmente na sua relação com o Ártico. Seria o seu papel de um ator hegemônico que alarga até o Ártico os seus interesses? Ou seria uma atuação contra-hegemônica que visa proteger o Ártico da influência externa e de interesses hegemônicos que tendem a dominar as regiões sob a sua influência, com pouco – ou nenhum – respeito para com as populações locais e para com o meio ambiente?

CAPÍTULO IV - O ÁRTICO

O Ártico é uma região situado no extremo norte do globo terrestre. Não é um continente e tão pouco uma porção de terra pertencente a qualquer país. Antes trata-se de uma extensão territorial localizada entre os continentes europeu, norte-americano e asiático, no extremo nortedo globo e caracterizada como Círculo Polar Ártico ou Círculo Polar Norte. A região é composta por áreas terrestres, mares e rios, sendo que, aproximadamente 12,5 milhões km² correspondem a terras e 14 milhões km² a águas. Totalizando, o Ártico corresponde a uma extensão 26,5 milhões de km² que perpassam por territórios pertencentes à Rússia, Canadá, Estados Unidos, Islândia, Dinamarca e Noruega. Por esta área espalham-se igualmente cerca de quatro milhões de habitantes, pertencentes a populações indígenas (Inuit, Yupik, Saami, etc) e não-indígenas (indo-europeus e caucasianos).

Figura 2: Número de habitantes, por país, dentro do Círculo Polar Ártico, considerando os oito países que fazem parte do Conselho do Ártico e cujos territórios estão dentro Círculo Polar



Fonte: GRID-Arendal¹⁶

A região tem um ecossistema frágil e tem sofrido, em especial nas últimas décadas, com o impacto das atividades humanas que ocorrem em outras partes do globo e que são prejudiciais ao meio ambiente. Emissão de gases poluentes (provenientes tanto de meios industriais e de mineração, como das atividades agropecuárias intensivas, como da própria vida urbana, como ainda das queimas), degradação ambiental (por infiltração de tóxicos nos solos e lençóis freáticos, excesso de plásticos, de medicamentos e de metais pesados nas águas), desmatamento e deflorestação, são todas elas atividades em crescendo na Terra e cujos reflexos são sentidos no Ártico, seja indiretamente através do aquecimento da temperatura do planeta, seja através da poluição que chega à região ártica por correntes de ar (Moritz, Bitz e Steig, 2002; Ford, Smith e Wandel, 2006; Delworth, Zeng e Vecchi, 2016).

Em um processo cada vez maior de integração do Ártico no mundo, o que inclui as esferas políticas, econômicas, sociais e ambientais, é possível observar que, atualmente,

¹⁶ Disponível em: <http://www.grida.no/resources/6997>

depois de sofrer durante anos os impactos das atividades humanas de outras partes do planeta, agora é o Ártico quem está afetando o mundo com as alterações naturais pelas quais a região está passando. O derretimento acelerado do gelo, por exemplo, afeta o nível dos oceanos em regiões litorâneas, altera a temperatura das correntes marítimas que percorrem outros mares, e impacta na reprodução de espécies marítimas e aves que, através da interação sistêmica do meio ambiente, se relacionam com espécies animais de outros ecossistemas.

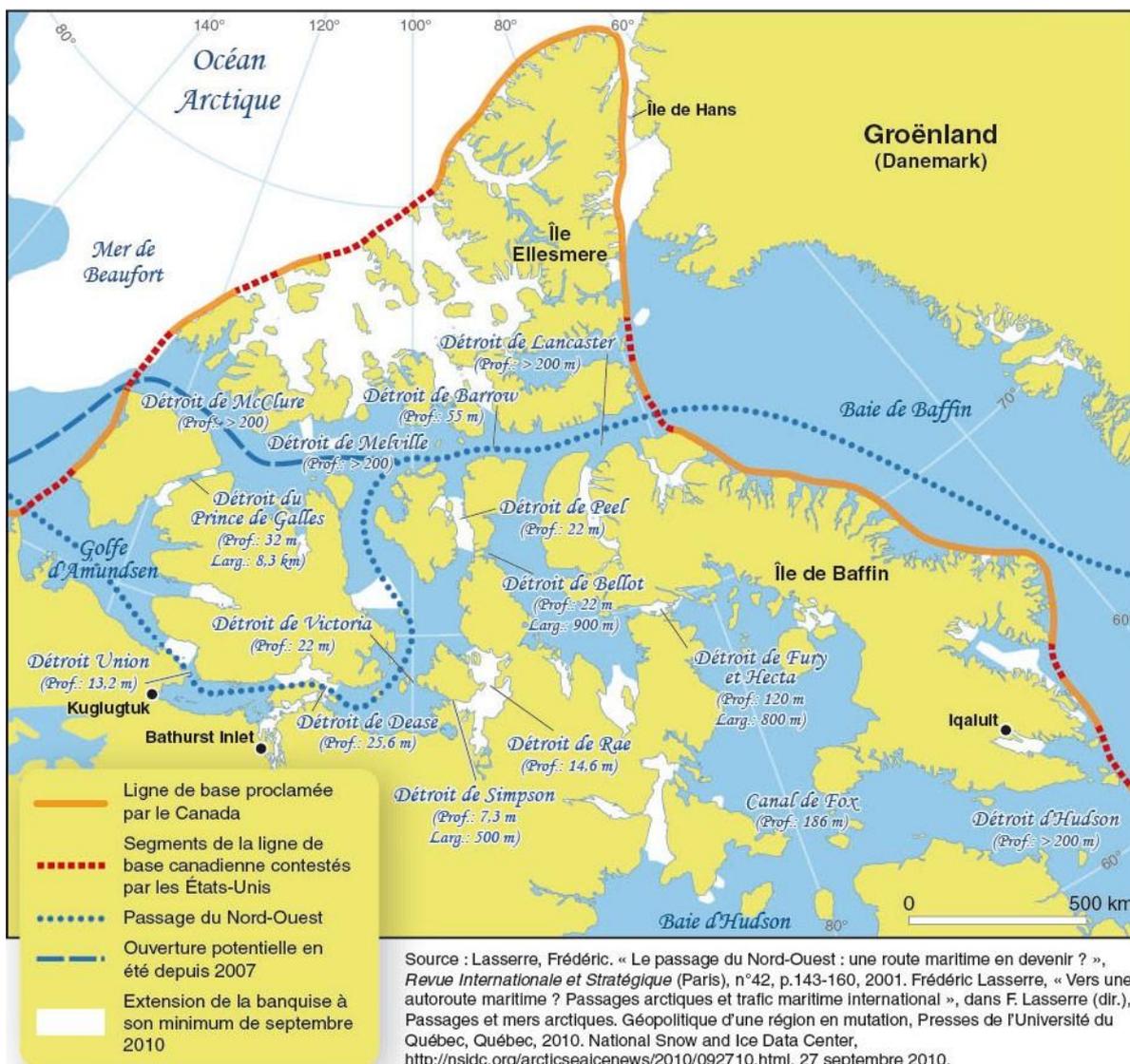
Simultaneamente às alterações climáticas, as relações econômicas e políticas entre os Estados de SI também sofrem impactos que decorrem de tais mudanças. Por exemplo, o derretimento do gelo no Ártico – uma clara evidência de alteração climáticas – tem facilitado a navegação marítima em águas que antes ficavam congeladas e que impediam o fluxo de navios, tanto comerciais quanto militares. O Oceano Glacial Ártico caracteriza-se, usualmente, por ter camadas de gelo espessas que chegam, nos meses de inverno, até as regiões costeiras dos países do Ártico. E, portanto, neste período do ano a navegação torna-se onerosa e demorada, exigindo navios com capacidades específicas para navegar neste tipo de ambiente.

O derretimento do gelo tem provocado encurtamento na extensão da camada de gelo do Oceano Ártico, deixando livre as áreas marítimas mais próximas ao litoral dos países que constituem o Artic Five, tal como demonstra as figuras abaixo. E tal condição tem contribuído também para novos debates geopolíticos na região. Por exemplo, o Canadá tem contestando os Estados Unidos e a União Europeia na tentativa de proibir a navegação marítima por águas que permeiam o arquipélago de ilhas canadenses no extremo norte do país.

A Passagem Noroeste, a rota marítima que atravessa as muitas ilhas do arquipélago do Ártico canadense, há muito tempo é reivindicada pelo Canadá como águas interiores sob sua jurisdição. No entanto, essa posição é contestada pelos EUA (e vários países europeus) que argumentam que a Passagem é um estreito internacional que une "uma área de alto mar a outra", ou seja, o Estreito de Davis no Leste e o Mar de Beaufort no Oeste. Portanto, da perspectiva da administração dos EUA, ele não se enquadra na jurisdição legal do Canadá e não exige permissão do governo canadense para navegar. À medida que o gelo do Ártico derrete e abre caminho para o transporte transoceânico, comercial e militar, espera-se que esse problema esquente. (Ewart, 2019, online)

Figura 3: As possíveis rotas de navegação marítima, por território canadense, através

da Passagem Noroeste



Fonte: Lassere (2011)¹⁷

As questões ambientais que estão emergindo no Círculo Polar Norte também evidenciam certas características peculiares no cenário geopolítico da região, pois a ação dos atores estatais nesta zona tem sido decorrente das mudanças climáticas que, embora observadas em todo o mundo a partir da segunda metade do século XX, têm agora promovido efeitos intensos na região ártica. Segundo a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)¹⁸, entre 1987 e 2014 foram registados índices crescentes de degelo do Ártico, sendo que em 2012 atingiu-se o recorde de derretimento quando a extensão da

¹⁷ Disponível em: <https://journals.openedition.org/cybergeog/docannexe/image/23751/img-1.jpg>

¹⁸ Informação disponível em:

<<https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/2012-state-climate-arctic-sea-ice>>

<<https://earthsky.org/earth/noaa-releases-the-2012-arctic-report-card>>

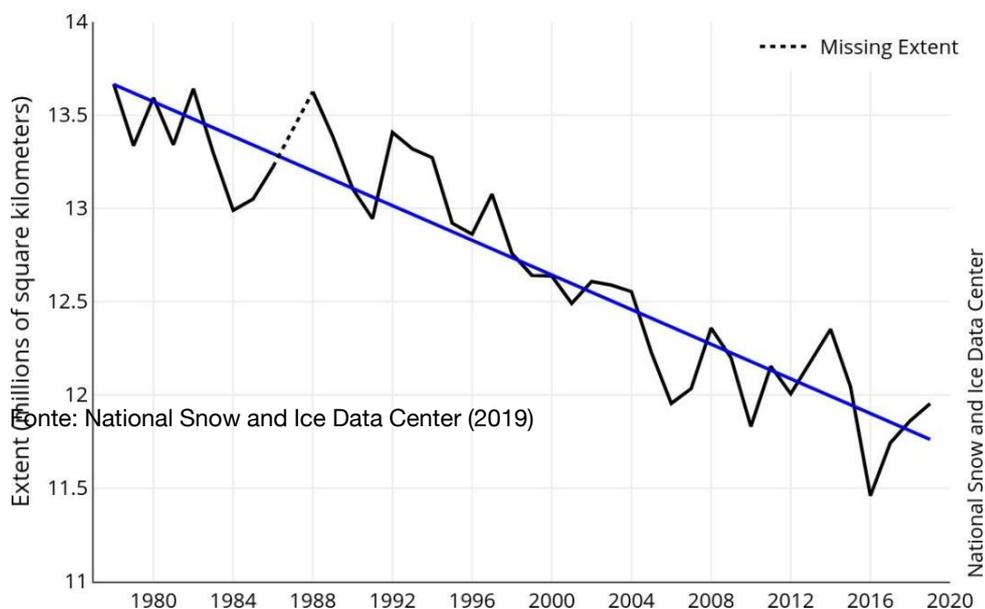
camada de gelo no oceano ficou reduzida a 3,41 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, reduziu 18% em relação à última medição feita em 2007. Tais mudanças afetam, obviamente, toda a fauna e flora da região, alterando os ciclos da natureza no Círculo Polar Norte, mas também provocando reflexos em outros ecossistemas que recebem influências do Ártico. Para além das mudanças biológicas e ambientais, destacam-se mudanças nas relações políticas e econômicas que contribuem para a emergência de novas análises das relações internacionais no Ártico.

A partir do degelo no Ártico, as duas grandes constatações emergiram, a saber: (i) que com o derretimento do gelo as áreas de navegação no Ártico passaram a ser utilizáveis por mais tempo no decorrer do ano; (ii) que a diminuição da espessura da camada de gelo facilitou o uso de maquinaria especializada para a extração de petróleo e gás natural do fundo do Oceano Ártico.

Em relação ao primeiro ponto, ao invés de certas regiões ficarem navegáveis apenas durante dois meses, no verão, o degelo possibilitou a circulação de navios por um maior período ao longo do ano, nessa região. Tal condição tem implicações diretas em assuntos econômicos e comerciais, uma vez que a navegação pelo Círculo Polar Norte permite o transporte de cargas diversas entre a Europa Ocidental, especialmente a região noroeste do continente europeu, e a costa leste asiática. Além disso, as conexões, através de navio, entre as costas leste e oeste do Canadá e entre as costas noroeste e oeste dos Estados Unidos, que utilizam hoje, essencialmente, o Canal do Panamá, poderão ser realizadas através do extremo norte, navegando por zonas que anteriormente permaneciam inacessíveis, ou acessíveis por um curto espaço de tempo no decorrer do ano. O encurtamento das rotas de navegação, bem como o surgimento de novas rotas tem incrementos significativos nas relações comerciais entre os países do Ártico, mas, também entre países de outras partes do globo e que podem se valer das novas oportunidades provocadas pelas mudanças climáticas.

O segundo ponto é igualmente decorrente do degelo. No entanto, ao invés de ter relação com a extensão da camada de gelo, sua importância está na diminuição da espessura. Ao tornar-se mais fina, fica também mais fácil a perfuração do gelo e a consequente extração dos recursos naturais, especialmente, gás natural e petróleo. Portanto, as mudanças climáticas provocam efeitos que incidem tanto no equilíbrio ambiental da região quanto em interesses políticos e econômicos.

Figura 4: Média anual da extensão da camada de gelo no Ártico (dezembro de 1978 à 2019)



A extensão de gelo vem diminuindo de maneira constante desde que começou a ser analisada, no fim da década de 1970. A continuidade deste fenômeno tende a transformar o Ártico num oceano navegável, especialmente nos meses de verão. E nos meses de inverno, mesmo que haja formação de gelo, a tendência é que não se forme o gelo potencialmente perigoso para a navegação marítima, mas camadas mais finas. Segundo Byers (2009) esta condição já fez, no século XXI, com que a possibilidade de navegação na região fosse alterada de algumas semanas no ano para, mais ou menos, quatro à seis meses, ou seja, navegável quase a metade do ano.

Para Perry e Andersen (2012, p. 8), as novas rotas marítimas que estão se abrindo no Ártico “ poderiam economizar bilhões de dólares por ano no setor de transporte (especialmente com relação aos superpetroleiros e outros grandes navios que não podem passar pelo canal de Suez ou Panamá) ”. Além disso, os autores apontam que a possibilidade de livre navegação pelo Círculo Polar Ártico reduziria em 40% a distância de navegação de Yokohama, no Japão, a Roterdão, na Holanda (em comparação com a rota habitual através do Suez). E de Seattle, nos Estados Unidos a Roterdã, se o trajeto for a Passagem Noroeste, consegue-se uma redução de 25% em relação ao uso habitual pelo Canal do Panamá.

E uma vez que as alterações no Ártico demonstram efeitos em todo o globo e mudam os padrões climáticos em uma escala global, é evidente, então, que a região começa a atrair, cada vez mais, as atenções à nível global. Colocando assim desafios aos países da região, pois para além do diálogo entre eles, será também preciso dialogar com atores não-árticos, mas mundialmente reconhecidos ou pela sua capacidade econômica/produtiva, tal como a China, pela sua capacidade de inovação tecnológica, como

a Alemanha e o Japão, ou pela sua influência normativa, tal como União Europeia. A UE, além de ter dois Estado membros que fazem parte do Arctic Consul, está geograficamente perto do Círculo Polar Norte. E tal preocupação pode serevidenciada no discurso do comissário anterior da Comissão para Assuntos Marítimos e das Pescas, Karmenu Vella¹⁹. O comissário apontou que as alterações no meio ambiente da região ártica têm provocado, na Europa, verões mais secos, invernos mais curtos, e tempestades e inundações mais frequentes, sendo isso tudo consequência do intenso processo de descongelamento do Ártico. No entanto, tal como defendeu Vella, a preocupação da União Europeia com o Ártico está relacionada, para além das questões ambientais, também com assuntos sociais, securitários e económicos.

Mas nossa preocupação com o Ártico não é apenas ambiental. Nossa própria segurança e prosperidade estão em risco: é mais do que tempo de uma política europeia integrada para o Ártico. Precisamos de uma política que defenda o desenvolvimento social e económico de toda a região acima do círculo polar. Uma política responsável pelo ecossistema do Ártico. Mas também uma política que reconheça o valor estratégico do Ártico para a segurança regional e global e seu lugar crucial em nossa política externa (Vella e Mogherini, 2016).

Anteriormente, já Brigham (2007: p. 27), sublinhava que a combinação dos dois grandes fenômenos que estão a ocorrer no Ártico (mudança climática e aumento na exploração de recursos naturais) “ pode transformar esta outrora remota área numa nova região de importânciapara a economia global”. Ou seja, o Ártico transpõe já a condição de uma área geograficamente limitada pelo Círculo Polar Norte, politicamente limitada pelos Estados do Ártico, economicamente limitada pelo Conselho do Ártico e culturalmente limitada pelos povos da região. Balão (2012) argumenta que:

Apesar de não ser, em si mesmo, um assunto “ novo ”, o Ártico é hoje um assunto de interesse global. Ali existem grandes jazidas de petróleo e gás natural, sobretudo dentro do domínio russo. Novas e mais curtas rotas de navegação nas águas polares abrir-se-ão para o transporte marítimo entre a Ásia e a Europa/América do Norte devido às alterações climáticas. As rápidas transformações colocam-nos diante de muitos desafios e possibilidades na gestão dos assuntos de interesse global.

O Ártico é, portanto, no século XXI, uma região global cuja relevância

¹⁹ Karmenu Vella foi Comissário Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas de 2014 a 2019. A nova comissão é presidida por Virginijus Sinkevičius e assumiu também uma a designação, sendo agora chamada de Comissão para o Ambiente, Oceanos e Pescas.

pluridimensional (económica, política, ambiental e até cultural) atrai as atenções de atores Árticos e não-Árticos, bem como de investigadores de diversas áreas do conhecimento, fazendo convergir sobre ele uma verdadeira plêiade de saberes e de abordagens transdisciplinares. E, ao mesmo, as questões ambientais que estão emergindo no Círculo Polar Norte evidenciam que, em termos geopolíticos, o Ártico é uma região que apresenta características muito peculiares no que diz respeito ao crescente interesse das Relações Internacionais, em torno deste espaço geográfico.

Pois, não foi a ação de Estados ou de atores transnacionais no extremo norte do globo, ou a busca desenfreada por recursos naturais que promoveram a atenção mundial sobre o que se passa nessa região. Tais aspetos foram secundários e decorrentes, primeiramente, das mudanças climáticas observadas em todo o mundo, a partir da segunda metade do século XX. Ou seja, somente a partir de efeitos ambientais (especialmente, tal como já mencionamos, o crescente degelo registado no Círculo Polar Norte) é que se evidenciou o surgimento de novas condições políticas e económicas em torno de uma região até então pouca referenciada na geopolítica global do pós-Guerra Fria.

Ademais, os problemas ambientais são tão relevantes, não apenas na emergência dos problemas do Ártico, como nas relações sociopolíticas em todo o globo. Segundo a Organização das Nações Unidas, 40% dos conflitos armados internos registados nas últimas seis décadas, em todo o mundo, são decorrentes de disputas pelo controle de recursos naturais²⁰. E a ótica realista das Relações Internacionais endossa essa possibilidade para o Ártico, sugerindo que existe, sim, uma tendência para conflitos armados na região. Conflitos que podem tanto se desenrolarem por causa de disputas pelo controle de rotas marítimas quanto pelo acesso aos recursos naturais. Contudo, o Ártico tem apresentado um cenário diferenciado, onde o conhecimento por recursos naturais sob a superfície gelo e o desejo de exploração desses recursos por parte de atores transnacionais e Estados nacionais, não tem provocado conflitos militares e armados. Pelo contrário, eventos ocorridos na primeira metade do século XXI tem evidenciado existe cooperação entre os Estados do Ártico. E, historicamente, não se registaram conflitos armados nesse espaço geopolítico, nem antes e nem depois das evidências sobre as alterações climáticas; nem durante e nem após a Guerra Fria; nem durante as crises do sistema financeiro mundial, como na década de 1970 ou em 2008, e nem após a reversão das crises. Ou seja, não há conflitos armados no Ártico e, além disso, tal como mencionamos, há, na verdade, sinais de cooperação entre os Estados da região.

De acordo com o ministro das Relações Exteriores da Noruega em 2016 (Borge

²⁰ Informações disponível no portal ONU News (<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693501>) e no website da Nações Unidas – Brasil (<https://nacoesunidas.org/onu-40-dos-conflitos-armados-estao-relacionados-a-recursos-naturais/>)

Brende na conferência Arctic Frontiers 2016²¹) - o desenvolvimento político e econômico do Ártico se dá através de relações pacíficas entre os atores da região, com foco na preservação do meio ambiente, segurança e paz. Assim, os Estados do Ártico “trabalhando no Conselho do Ártico [...] demonstraram que podem responder a novos desafios e estabelecer vínculos de cooperação” (Brende, 2016). Segundo o ministro, a região ártica desfruta de prosperidade e estabilidade que decorrem de muitos fatores, dentre eles dos acordos estabelecidos e cumpridos entre os Estados do Ártico e isso tem construído uma longa tradição de cooperação e não de confrontação entre os atores da região.

Internacionalmente, o Ártico tem sido um refúgio de cooperação internacional e respeito ao direito internacional. O resto do mundo está passando por tempos turbulentos, mas o Ártico continua sendo um oásis de tranquilidade. O caminho perigoso de confronto e conflito tem sido evitado. Os principais atores viram os benefícios do ganha-ganha.

Além disso, Brende (2016) destaca também que os oceanos do Ártico são os mais bem administrados em todo o globo, sendo que no mar de Barents²², a gestão baseada na ciência e na cooperação com a Rússia garantiram a possibilidade de obtenção de ganhos anuais altos e sustentáveis. Um exemplo, na prática, da fala do ministro norueguês foi a ocorrência registada pela marinha russa, em dezembro de 2014, quando um navio de pesca sul coreano começou a afundar perto da costa russa, no Mar de Bering²³. A marinha russa, por sua vez, contactou a Guarda Costeira norte-americana e a sequência dos factos foi marcada pela presença de três navios da guarda costeira norte americana, em águas russas, a resgatar o navio sul coreano. Tal ocorrência merece destaque, pois, nesse mesmo período se desenrolava e crise ucraniana. Enquanto as ações da Rússia, no leste europeu, provocaram oposição por parte dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, no Ártico esses mesmos atores atuaram conjuntamente com seus oponentes de outro cenário para a resolução da situação. Ou seja, enquanto no leste europeu os Estados Unidos e UE ameaçavam a Rússia com sanções, por causa de suas ações políticas, no Ártico a Rússia recorria à uma das grandes potências que lhe resistia em outro contexto para resolver a situação que se dava com um terceiro Estado – a Noruega (e cujo alinhamento político e econômico é justamente voltado para o ocidente). Este facto só foi possível por causa de

²¹ Website oficial da Conferência: <http://www.arcticfrontiers.com/>. O discurso do ministro, transcrito na íntegra, está disponível no website oficial do Governo da Noruega em <https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/speech-arctic-frontiers/id2472163/>.

²² Assim chamado em homenagem ao navegador holandês Willem Barentsz, situa-se a norte da Noruega e da Rússia, correspondendo à parte do Oceano Glacial Ártico.

²³ O Mar de Bering está localizado no Oceano Pacífico, no extremo norte do globo, entre os territórios norte-americanos (Alasca) e russos (noroeste da Sibéria). Separa o continente asiático do americano e possui uma área aproximada de 2300 milhões de Km².

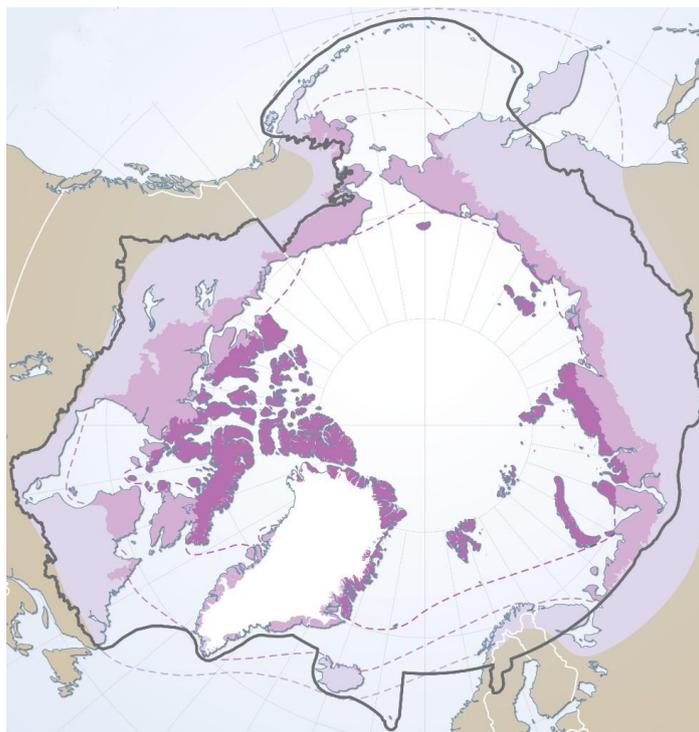
acordos de cooperação multilateral entre os Estados do Ártico que naquela região caminham, historicamente, em direção à cooperação e não ao conflito.

Este cenário de cooperação, em andamento no Ártico, não deve ser unicamente decorrente dos desafios naturais e geográficos que a própria região impõe aos seus atores. Pois, seria viável pensar que as dificuldades de transpor as limitações impostas pela própria natureza, levaria os atores da região a cooperarem para juntos conseguirem superar essas condições e assim atuar, tanto comercialmente quanto militarmente, no Ártico. No entanto, apontamos que a cooperação entre os Estados do Ártico é decorrente de uma conjuntura política e econômica que vem sendo construída no decorrer dos anos e que conseguiu estabelecer, com sucesso, a cooperação entre os países do Ártico. E tal condição não contraria a perspectiva de influências hegemônicas na região, pois o interesse hegemônico não é necessariamente conflituoso. Seu objetivo maior, tal como expresso anteriormente, é a influência em questões políticas e econômicas, visando garantir o cumprimento de seus interesses. E, portanto, não implica sempre no confronto (seja militar, seja ideológico, seja econômico). Podendo, conseqüentemente, apenas reclamar para si uma certa superioridade moral e civilizacional sobre o resto do mundo. Portanto, é evidente que dentro da atuação hegemônica também há espaço para a cooperação.

É importante mencionar ainda que esta condição de cooperação no Ártico merece destaque, pois, como já explicado anteriormente, trata-se de um contexto sócio-político-econômico muito complexo, visto que o Ártico não é um continente ou uma porção territorial que pertence à algum país, ou mesmo uma porção territorial em disputa por certos países. Trata-se antes de uma região que apresenta diferentes limitações e fronteiras, tanto geográficas quanto climáticas e que apresenta uma configuração geopolítica e geoeconômica muito particular. E nenhum Estado ou Organização Internacional possui soberania sobre o Ártico, e a ausência de soberania poderia ocasionar conflitos indiferente das condições naturais que os atores do Ártico encontram em atuarem na região.

Na imagem abaixo, a linha contínua apresenta os limites do Ártico segundo a avaliação feita pelo AMAP (Arctic Monitoring and Assessment Programme) que se preocupa em definir os limites do Ártico a partir de questões geográficas e climáticas. As linhas pontilhadas representam limites sugeridos pelo ADHR (Arctic Human Development Report) cujos resultados são oriundos de grupo de trabalho do SDWG (Sustainable Development Working Group) vinculado ao Conselho do Ártico.

Figura 5: Fronteiras geográficas: limites do Ártico



Fonte: The Arctic Biodiversity Data Service (ABDS)²⁴

Além de suas potencialidades econômicas ficarem disponíveis por causa das alterações climáticas e ambientais, politicamente o Ártico é o único território cercado por duas grandes potências e por países com características bem específicas na sua relação com a política internacional, tal como o Canadá e os países Escandinavos. Ambos representam ideais de democracia, multiculturalismo e propagação de valores que são apreciadas valorizadas pela comunidade internacional. Para Scott, Vom Hau e Hulme (2010: p. 3) a importância destes países é que eles “começaram a desempenhar um papel importante como potências regionais e como atores independentes em várias áreas da governança global”.

Outra particularidade é que, além de ser uma região cercada por Estados com estas características, as duas únicas grandes potências da região apresentam uma relação histórica de rivalidades em questões políticas e econômicas. E o Ártico, contudo, é a única região da Terra em que estas potências se aproximam geograficamente, mas, também é uma região em que, apesar da proximidade territorial entre Estados Unidos e Rússia, não registou conflitos entre as duas nações. Por mais que Rússia e Estados Unidos, durante a Guerra Fria, tenham disputado as suas respectivas zonas de influência ideológica e econômica, o acirramento das relações deu-se em territórios que ficavam ora perto dos

²⁴ Disponível em: <http://geo.abds.is/geonetwork/srv/eng/cata-log.search#/metadata/f0eb86a7-e408-4138-9432-dedb991f13d1>

Estados Unidos, como, por exemplo, a América Central, ora perto da Rússia como a Ásia Central, e, ainda, ora em territórios distantes de ambos como os países africanos. No entanto, apesar da proximidade entre elas no Estreito de Bering²⁵, com uma distância de 85 quilômetros entre o Alasca e o Extremo Oriente russo, não houve desdobramentos mais intensos entre esses países no Ártico.

O Ártico, portanto, apresenta condições únicas e até ao momento não evidenciadas em outros espaços geopolíticos do globo. É o único espaço cuja atividade econômica aflorou com intensidade por causa das mudanças climáticas e o único delimitado geograficamente pelas duas principais e grandes potências com projeção histórica na política internacional. É também o único espaço em que essas duas grandes potências se aproximam territorialmente, sendo ainda cercado por um grupo de países com poder de influência normativa e ideológica na comunidade internacional. Ademais, a partir destes Estados há influências da União Europeia na região. E a UE é um ator largamente conhecido pelo seu poder de influenciar o mundo com normas e valores, de defender o uso do poder econômico e comercial ao invés do militar e que dispõe de uma profunda capacidade de projetar o desenvolvimento global através da cooperação. A imagem abaixo apresenta estrutura a dinâmica de atores que se relacionam com o Ártico, no século XXI, evidenciando a diversidade dos Estados que interagem nesta região (sendo também possível perceber que são atores assimétricos). Visto que o interesse aqui é a dinâmica entre o Ártico e a União Europeia, tal como será abordado mais à frente, destacamos em cor amarela os Estados que estão presentes em mais de um órgão ou conselho e que também fazem parte da UE. Por exemplo, a Noruega faz parte do Arctic Five e também do Conselho do Ártico, mas, não é membro da União Europeia. Logo, não tem o nome destacado. A Áustria é membro da UE, no entanto, não faz parte do Conselho do Ártico e nem é membro observador. Portanto, não tem o nome destacado. Já a Dinamarca é membro do Arctic Five, é membro do Conselho do Ártico e membro da União Europeia. E a Itália, apesar de não ser membro nem do Conselho do Ártico e nem do Arctic Five, é membro observador do Conselho do Ártico e membro da União Europeia. E, por estarem estes dois últimos países ligados à UE, ambos estão assinalados em cor amarela no esquema apresentado abaixo (Figura 6).

Figura 6: Relações dos Estados e dos Estados-membros da UE com o Ártico

²⁵ A largura do canal que separa América do Norte da Ásia, ou seja, o Estreito de Bering, é de 85 km. No entanto, no meio do canal existem duas ilhas - Diomedes Maior e Diomedes Menor - que pertencem, respectivamente, à Rússia e aos Estados Unidos. A distância entre as duas ilhas é de apenas 4 km. Logo, o território soberano russo e o território soberano norte-americano ficam separados por apenas quatro quilômetros, quando considera a distância entre as duas ilhas.



Fonte: Produzido pelo autor

A organização política entorno do Ártico aproxima a União Europeia da região. Pois, além dos três Estados membros da UE que são também membros efetivos do Arctic Council (Suécia, Finlândia, Dinamarca), há outros seis outros Estados observadores do AC que são igualmente membros da União Europeia e nenhum deles é um estado particularmente próximo da região do Ártico, quais sejam Itália, Espanha, Polônia, Alemanha, França e Holanda. E, portanto, havendo uma clara aproximação da União Europeia no Ártico, faz-se relevante analisar o papel da UE no Ártico. E, assim, identificar se a União se projeta

como um ator hegemónico nesta sensível e importante região do globo que é a região ártica; ou se União, contribui na proteção do Ártico tendo um papel contra-hegemónico em relação às ordens hegemónicas globais.

E na figura 7 é possível visualizar os respetivos territórios dos Estados do Ártico. Como se pode observar os territórios dos países europeus na região ártica não são os mais proeminentes. Embora, à nível territorial, a Groenlândia²⁶ pertença ao reino da Dinamarca, ainda assim esta ilha é um território autónomo e já tem a influência direta de Estados não europeus, como os Estados Unidos, Rússia e Canadá.

Figura 7: A divisão administrativa dos territórios dos Estados membros do Conselho do Ártico, com destaque para os respetivos territórios que estão dentro do Círculo Polar Norte

²⁶ A Groenlândia é a maior ilha do mundo, com uma extensão de 2 166 000 km². Entretanto, além de ser um território autónomo em relação a Dinamarca e com liberdade para certas negociações e acordos internacionais, a ilha tem estado sob forte influência norte-americana. Os Estados Unidos têm na ilha uma base militar com avançado sistema de rastreamento espacial e alta tecnologia capaz de detetar lançamento de mísseis. Ademais, há, aproximadamente, somente 57 mil habitantes na Groenlândia, enquanto nos Alasca há em torno de 730 mil. Isto é, a território groenlandês é vasto e pouco povoado com consequente subaproveitamento do seu potencial. O quê contribui para a influência de forças externas na ilha.

Arctic administrative areas

compiled by
Winfried K. Dallmann,
Norwegian Polar Institute



Fonte: International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA)²⁷

4.1 O Ártico na Política Internacional

A condição do Ártico na política internacional, até meados do século XX, esteve relacionada como cenário geopolítico especialmente pela perspectiva realista das Relações Internacionais, através da qual se desenvolviam análises sobre as relações entre os países localizados no extremo nortedo globo. Ainda assim, a maior atenção dada ao Ártico, mesmo nos debates geopolíticos, iniciou-se somente na segunda metade do século passado. Entre o último quarto do século XIX e a segunda metade do século XX, quatro autores principais se destacaram no pensamento geopolítico e até hoje são mundialmente reconhecidos, nos estudos de geopolítica, da geoeconomia e das ciências políticas, por terem construído as teorias que fundamentam a Geopolítica clássica: Alfred Mahan; Halford Mackinder; Alexander Seversky; e Nicholas Spykman.

²⁷ Mapa disponível: https://ar17.iiasa.ac.at/arctic-populations/?doing_wp_cron=1579823987.7120571136474609375000

Alfred Mahan (1840-1914), responsável pela proposta do controlo dos mares, inspirado no poder marítimo britânico, sugeriu que quem dominasse os mares dominaria o mundo. O pensamento desse autor foi um forte condicionante nas ações estratégicas dos Estados Unidos que cuidou de fixar bases militares ou zonas de influência em diferentes regiões do globo cujo acesso ao mar e cuja capacidade de deslocamento pelos oceanos fosse privilegiada. No entanto, Mahan não deu atenção aos mares localizados na região Ártica. Mesmo ao referir-se à Rússia, Mahan apontava que o império russo estava geopoliticamente em desvantagem aos Estados Unidos, principalmente, pois dispunha de limitado acesso ao mar. Contudo, o território russo contava com uma vasta costa marítima no seu litoral norte e ao não prestar atenção ao Ártico, Mahan também não destacou a importância daquela saída para o mar que a Rússia dispunha.

É verdade que esta falta de atenção para com o Ártico possa ter uma relação com o momento histórico em que Mahan propõe sua teoria. No período de formulação de sua teoria o desenvolvimento tecnológico não desfrutava dos avanços atuais. E os recursos militares não dispunham de tecnologia capaz de transpor o gelo que dificultava a navegação no ártico. No entanto, o facto de não ter olhado para o Ártico, pode ter sido um fator dificultador para que a sua teoria propusesse até mesmo condições futuras favoráveis para o protagonismo do Estados naquela região.

Halford Mackinder (1861-1947) foi outro teórico da Geopolítica clássica e que sugeria em sua teoria que quem dominasse a região denominada de heartland dominaria o contexto geopolítico mundial. Para o autor a região a ser dominada compreendia o centro da Eurásia e que, por compor o interior do maior continente do globo, não poderia nunca ser dominado por uma força marítima. Justamente por isso, Mackinder sugeria que o Estado que desejasse ter a supremacia geopolítica mundial deveria dispor de forças terrestres e marítimas. Na teoria de Mackinder, o heartland seria limitado ao norte pelo Ártico, mas, esta região não era vista como estratégica para a ocupação dos estados ocidentais, mais especificamente a Inglaterra. Pelo contrário, o autor entendia que o Ártico era na verdade uma proteção para a fronteira norte da Eurásia, pois, a Rússia ficaria com seu litoral norte congelado impedindo movimentações militares na região.

Nicholas Spykman (1893 - 1943), outro autor da Geopolítica clássica, endossou a ideia do heartland. No entanto, Spykman foi além e sugeriu que, para além da região identificada por Mackinder, deveria haver uma preocupação com a região que fica no entorno do heartland. Segundo Spykman essa região seria o Rimland e para ele “quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o ‘coração do mundo’, mas quem é capaz de cercá-lo” (FIORI, 2007:online). Spykman defendeu uma coligação de poder terrestre e poder marítimo para controle do Rimland e destacou que o Estado que quisesse manter uma influência política global deveria controlar essa região. No entanto, Spykman não traz

destaque nenhum ao Ártico ou ao extremo norte do globo.

Alexander de Seversky (1894 - 1974) por seu turno foi o único formulador das teorias da Geopolítica clássica que considerou a importância do Ártico em suas análises. Para Leal (2012:p.58) esse autor “foi o primeiro grande teorizador geopolítico a relevar a importância do Ártico”. No entanto, Seversky apontou que o Ártico era estratégico unicamente na perspectiva dos conflitos bélicos ao colocar essa região “no centro de gravidade da sua concessão global, graças às possibilidades agora que o avião proporcionava” (Leal, 2012: p.58). Ou seja, Seversky destacou que o Ártico deveria ser olhado com atenção por causa da capacidade aérea dos aviões de combate - que vinham melhorando sua autonomia de voo e seu poder de fogo - representando, assim, um perigo para os Estados Unidos, visto que ele poderia ser atacado a partir de aeronaves deslocadas pelo Norte, mais especificamente, pelo Ártico.

Portanto, é evidente que, além do Ártico ser considerado na Geopolítica clássica apenas em momento posterior à construção das primeiras teorias, ele só o era a partir de uma perspectiva de ameaça militar. Naquele momento, os teóricos da Geopolítica não apontaram para o Ártico como um espaço geoestratégico global, nem para os impactos ambientais mundiais a partir do Círculo Polar Norte, nem para as oportunidades de recursos naturais ou para o potencial econômico da navegação através de potenciais rotas marítimas no norte do globo. Inicialmente, a importância do Ártico em termos políticos se restringia a analisar a região como uma área através da qual ameaças militares poderiam percorrer para atacar - com poder aéreo - outros estados. Ou seja, sob essa perspectiva o Ártico entraria na mesma lógica de um território de movimento, por onde circulariam conflitos, especialmente do ponto de vista bélico, reforçando a ideia de um cenário conflituoso entre os estados na região e deixando de lado a relevância do Ártico em si mesmo, quer de um ponto de vista econômico, quer de um ponto de vista macro-ecológico.

Palosaari e Tynkkynen (2015) apontam que a própria dinâmica da região recebeu uma atenção mais relevante durante a Guerra Fria, em vista dos antagonismos emergidos entre as duas superpotências mundiais (EUA e URSS) que enxergavam o Ártico como um possível palco de demonstração de força e projeção de poder. Mas, os autores também destacam que as atenções para o Ártico, em termos geopolíticos tendem a ficar muitas vezes restritas a estas esferas. Leal (2012) sugere que existe a possibilidade de conflitos futuros no Ártico e que “os Estados sabem que a dimensão militar do poder é vital para a defesa dos seus interesses e, se esta não for significativa, então dificilmente podem prosseguir políticas externas credíveis” (Leal, 2012, p. 23). Também Pereira (2012) e Baptista (2015) consideram que os desdobramentos políticos e econômicos no Ártico são condições propícias para o acirramento de conflitos que podem culminar em ações agressivas entre os Estados que atuam na região.

De certa forma, as forças das lentes positivistas e do mainstream das Relações Internacionais ainda imperam nos olhares sobre a região. O que pode fomentar a ideia de que outras perspectivas não militares sobre o Ártico possam ser tornar (ou continuar a ser) assuntos periféricos e marginalizados em relação a região. Tamnes e Offerdal (2014) concordam com esta percepção e sugerem que existe, nos estudos acerca do Ártico, uma marginalização de análises que não seguem a geopolítica clássica. E estes mesmos autores afirmam que, embora o foco na militarização do Ártico tenha mudado dramaticamente no início dos anos 90 – quando a região foi marcada não pela rivalidade, mas pela cooperação fundada em interesses comuns e em propósitos compartilhados – logo depois a região ficou marginalizado na geopolítica global. Pois, neste mesmo período eclodiram outros eventos que ganharam notoriedade global, tais como as guerras nos Balcãs, a Guerra do Golfo e a luta contra o terrorismo internacional.

Isso não significa, contudo, que as investigações sobre o Ártico não avançaram nos últimos anos. Pelo contrário, entre a última década do século XX e o início do século XXI, houve não só crescimento no interesse pelo Ártico como também aumento na diversidade de temáticas envolvendo a região. Para além do plano geopolítico – temática clássica nos olhares da política internacional para o Ártico – diversos outros assuntos passaram a fazer parte das discussões acerca desta zona. E também várias áreas do conhecimento se debruçaram sobre o Ártico destacando o Círculo Polar Norte como um pivô em questões relacionadas com mudanças climáticas, navegação e rotas comerciais, exploração de recursos naturais, atividade turística, manuseio de resíduos, urbanismo e infraestrutura etc.

Em meio a emergência da transdisciplinaridade do Ártico, estudos acerca da Governança do Ártico se avolumaram, bem como investigações que buscam explicar a contínua cooperação na região. Por exemplo, Heininen (2010) destaca que os estados do Ártico desfrutam de uma relação de alta estabilidade e cooperação, e compartilham os mesmos interesses económicos e comerciais. E que a região é mais propensa para um cenário pacífico do que conflituoso entre os Estados, pois, quando surge alguma tensão entre os atores as reações não são nem exageradas e nem demasiadamente intensas (Heininen, 2010). São apenas decorrentes das mudanças constantes pelas quais a região passa, especialmente pelo dualismo que se expressa na lógica ‘regionalismo x globalização’. E as questões sempre são resolvidas pacificamente por causa do alto nível de cooperação alcançado entre os atores do Ártico a partir dos regimes de governança. Entretanto, vale destacar que embora esta governança, ainda que tenha características mais regionais, nos últimos anos tem sido muito influenciada por uma dimensão global, pois a inserção da região ártica na dimensão económica globalizada do século XXI tem atraído, tal como já mencionamos diversas vezes nesta tese, a atenção de atores não-árticos. Estes, além de buscarem a obtenção de recursos naturais e energéticos no Ártico, se preocupam

incessantemente com os benefícios das novas rotas de navegação e demandam que os Estados Árticos e os organismos de governação na região, ponderam lidar com a presença de novos atores – externos à região – ao mesmo tempo que precisam estabelecer relações que sejam bem avaliadas por todo o mundo, uma vez que os estados não-árticos atraem para a região olhares de atores de todo o globo.

Para Depledge e Dodds (2017, 146) embora existam conflitos no Ártico, há uma governança na região, ainda que muito complexa e cuja análise demanda olhar para um mosaico de atores e instituições.

[...] a literatura recente sobre a governança do Ártico e mostra que a interpretação dominante do regime atual é que o Ártico é uma região governada por uma 'colcha de retalhos' ou 'mosaico' de instituições e instrumentos legais que operam em vários níveis, mantendo ao mesmo tempo alguma aparência de propósito comum

- ou seja, promover a paz e a cooperação no Ártico.

Ainda para Dodds, a própria geopolítica do Ártico apresenta uma dinâmica única e característica da região:

A geopolítica do Ártico pode ser definida como alguém atento às qualidades discursivas e representacionais de seu objeto, mas também alguém que assume uma compreensão relacional com o mundo, e que por sua vez é atenta às conexões entre elementos humanos e não humanos. Portanto, defendemos uma visão do Ártico como um espaço animado, caracterizado por ação, mudança e vitalidade. (Dodds e Nuttal, 2017: p. 142).

Para Young (2005, 9) a Governança do Ártico apresenta um “mosaico de acordos de cooperação emergentes no Ártico difere das principais representações que caracterizam os regimes internacionais e evidencia a importância das respostas regionais aos problemas globais”. O autor considera que o regime de governança no Ártico ainda está em construção. Mas, é um cenário diversificado em termos de protagonistas e com desafios naturais inerentes à sua condição geográfica.

Embora a área geralmente incluída dentro dos limites do Ártico seja vasta, cobrindo cerca de 40 milhões de quilômetros quadrados, ou 8% da superfície da Terra, a população humana da região inclui apenas cerca de 4 milhões de pessoas. Como a região é grande e relativamente remota, questões políticas relacionadas ao Ártico tradicionalmente envolvem

interações entre as periferias do Norte e as metrópoles de estados localizados ao Sul. Por um lado, o padrão de interação subjacente a este eixo norte / sul aparece como uma barreira a ser superada para aqueles que buscam promover uma identidade distinta para o Ártico como região internacional. Por outro lado, as experiências compartilhadas que acompanham o status periférico constituem um dos pontos de partida para a cooperação entre aqueles preocupados com questões de importância para o Ártico e seus povos. (Young, 2005: p. 10)

Young (2011) também considera que os próprios atores da região – os Arctic Five – já apresentam assimetrias diversas entre si. Mas, ainda, soma-se a isso o facto de os efeitos das mudanças climáticas e o crescimento exponencial e contínuo da globalização fazem do circumpolar um sistema não apenas grande e heterogêneo, mas, holístico e complexo (Young, 2012). Contudo, apesar de estar em marcha há algumas décadas e apresentar claros sinais de sucesso na cooperação da região, a governança do Ártico não é um regime pronto. Pelo contrário, ainda apresenta instabilidade e irregularidades. E as constantes alterações em aspectos sociais, políticos e ambientais faz com que a governança na região enfrente dificuldades em responder às mudanças constantes.

4.2 Dois principais organismos políticos do Ártico

O cenário geopolítico do Ártico está, atualmente, centrado em duas principais estruturas: o Arctic Five e o Arctic Council. O primeiro é composto por cinco Estados que estão dentro do Círculo Polar Norte (ver mapa abaixo com a linha divisória do paralelo no hemisfério norte) e que tem zonas litorâneas no Oceano Ártico. Quais sejam: Canadá, Noruega, Dinamarca (Gronelândia), Estados Unidos da América (Alasca) e Rússia. O segundo reúne, além dos Arctic Five, três outros Estados que estão na região ártica, mas, sem zona litorânea no Círculo Polar Ártico. Isto é, Suécia, Islândia e Finlândia.

O Arctic Five é uma associação que não dispõe de uma estrutura administrativa formal e permanente, sendo apenas uma alcunha usada pelos seus membros para referenciar a maneira pela qual aqueles escolhem interagir e se organizar em instâncias específicas ao Ártico (Kuersten, 2016). Isso, no entanto, não diminui a importância da associação para a cooperação na região, uma vez que a partir dela decorrem ações acordadas que têm implicações significativas para a região.

Embora as interações entre os Cinco Países do Ártico envolvam comunicações bilaterais e multilaterais discretas através de canais diplomáticos tradicionais, o sindicato se manifesta com maior destaque

quando os países se reúnem em cúpulas para discutir assuntos árticos. Quando surgem os problemas do Ártico, que esses países acreditam que devem ser abordados em uníssono, os Cinco do Ártico se reúnem. Até agora, os três encontros formais mais notáveis do grupo estavam em: Ilulissat, Gronelândia (2008); Chelsea, Canadá (2010); e Oslo, Noruega (2015). (Kuersten, 2016, 390).

Já o Arctic Council é um órgão administrativamente organizado e que, embora não seja uma organização internacional de caráter legal e independente, mas, antes espaço de discussão para a ação dos Estados, se auto-define como um “fórum intergovernamental de alto nível” (Kuersten, 2016).

O Conselho é certamente um fórum, pois reúne numerosos atores em uma organização hierárquica para considerar as questões do Ártico. Os atores principais são os oito Estados-Membros (os Cinco do Ártico, além da Islândia, Suécia e Finlândia), que tomam todas as decisões para o Conselho do Ártico por consenso. Os seguintes são os Participantes Permanentes: seis organizações de povos indígenas representando os nativos do Ártico que têm plenos direitos de consulta em todas as negociações e decisões do Conselho. Abaixo dos Participantes Permanentes estão os Observadores: Estados não árticos, organizações internacionais e organizações não governamentais que são aprovados pelos Estados Membros para observar as operações do Conselho, e que podem participar em graus limitados, a critério dos Membros. Esses atores se reúnem e interagem através de várias unidades permanentes e reuniões regulares do Conselho do Ártico. (Kuersten, 2016, 390).

Ademais, o Arctic Council apresenta também o importante papel de promotor do conhecimento acerca do Ártico, contando com seis grupos de trabalho que investigam questões ambientais e de desenvolvimento do Ártico e com equipas que são regularmente estabelecidas para analisar assuntos específicos que geram relatórios e cujas informações são utilizadas tanto pelos Estados Membros quanto por outros países para conduzir as discussões sobre questões do Ártico e formular políticas para a região (Kuersten, 2016).

4.3 Os Estados do Ártico

Tal como explicado no tópico anterior, a respeito dos principais Estados que atuam no Ártico e que geograficamente se localizam na região, apresenta-se agora uma breve

descrição das relações de cada um destes Estados com a região ártica.

4.3.1 Rússia

Segundo Pereira (2014), a política do estado russo para o Ártico está diretamente relacionada com os interesses deste Estado nos recursos energéticos da região, o que justifica os altos investimentos em infraestrutura para extração de minérios e petróleo através de empresas russas que se instalaram na região com apoio do seu Estado. Além disso o documento intitulado 'Estratégia Nacional de Segurança da Rússia' faz referência à questão do Ártico. O foco do documento é dado ao desenvolvimento das infra-estruturas no Ártico, tendo em vista a redução de disparidades do nível de qualidade de vida entre russos, assim como à questão dos recursos energéticos e à exploração no Mar de Barents e de outras zonas do Ártico (ver Pereira, 2014, 67).

No entanto, a Rússia está presente na região não apenas através da presença de recursos industriais e tecnológicos. Pelo contrário, o estado russo "tem feito um forte investimento na militarização da região, querendo ali assumir uma posição de força" (Pereira, 2014, 67). Embora o investimento militar russo e a presença das suas forças armadas na região possam ser vistos como "uma aposta do Kremlin para reforçar o estatuto da Rússia como grande poder internacional", a verdade é que a Rússia tem contribuído na manutenção da paz no Ártico e compõe a estrutura de governança da região.

Entretanto, percebe-se nitidamente um comportamento hegemónico da Rússia no Ártico. Pois, por um lado o governo russo insiste em discursar sobre a importância da cooperação na região ártica, sendo, inclusive, a cooperação um elemento da política externa russa para o Ártico. Mas, ao mesmo tempo o governo russo também expressa a possibilidade de ações que atendam unilateralmente os seus interesses no Ártico. Isto é muito similar às ações norte americanas e canadianas no Ártico, sendo, portanto, uma característica do comportamento hegemónico.

Segundo Laruelle (2020), a Rússia está preocupada em garantir da sua soberania na região ártica e usar os recursos energéticos e naturais do Ártico para o suprimento económico de sua população nesta região, bem como usar a rota do mar do norte para fluxos de transporte marítimo russo. Embora isto seja verdade, e seja também um comportamento típico das forças hegemónicas, que se utilizam de discursos políticos para transmitirem ideias socialmente aceitas, mas depois atuam de maneira egoísta e unilateral, não é, contudo, um comportamento que tem afetado a paz ártica.

As duas grandes potências do Sistema Internacional que estão geograficamente dentro do Círculo Polar Norte – Estados Unidos e Rússia – embora sejam forças hegemónicas, no Ártico, até a construção desta tese, elas têm acompanhado as decisões coletivas da governação na região. Mas, sabemos que não há plena garantia de

continuidade perpétua da concordância com as políticas no Ártico. Hoje, apesar do interesse em fontes energéticas e recursos naturais – que seriam importantes tanto para a economia russa, quanto para a manutenção das necessidades da sua sociedade - o estado russo busca garantir um posicionamento geoestratégico que parece ter sido herdado dos sentimentos de disputas que datam da Guerra Fria. Pois, embora a Rússia distribua armamento e tropas por toda a sua região costeira no extremo norte do globo, ela atua sempre dentro dos parâmetros legais consoante a boa governação na região. Algumas ações que são características do comportamento hegemônico e vistos pelo ocidente como provação, nunca desponta em atrito bélico.

4.3.2 Noruega

As decisões políticas do estado norueguês são expressas pelo Ministério de Relações Exteriores no documento *The Norwegian Government's High North Strategy*. Através dele o país nórdico destaca que seu objetivo é trabalhar em prol da estabilidade política na região, da baixa tensão entre os estados envolvidos no Ártico e da cooperação com outros atores na região. Além disso, há preocupação na extração dos recursos renováveis e também não-renováveis, mas, de maneira sustentável.

Pereira (2014) destaca que a Noruega é o Estado da Europa Ocidental com as maiores reservas de petróleo e gás natural. E grande parte desses recursos provém de regiões ao norte do território norueguês e que se localiza exatamente na zona econômica do Ártico. E, apesar do estado norueguês depender imenso dos recursos naturais do ártico para o fortalecimento de sua economia, a Noruega mantém uma política voltada para a cooperação na região.

Política externa e política interna convergem no Ártico. Nossos esforços para promover inovação e sustentabilidade no norte da Noruega dependem da paz, estabilidade e bom funcionamento da cooperação com nossos vizinhos árticos. A estreita cooperação internacional tem desempenhado um papel significativo na salvaguarda dos interesses noruegueses relacionados com a segurança, proteção ambiental e recursos no Ártico. A política externa é fundamental no Ártico, e nos basearemos em nossa política existente e nos mecanismos de cooperação internacional eficazes, como o Conselho Ártico (Norway's Arctic Strategy, 2017, 2).

Entretanto, a Noruega, assim como a União Europeia demonstra alguma preocupação com o crescimento da militarização russa no Ártico pelo que considera necessário o estabelecimento de estruturas militares na região, bem como a realização frequente de

treinamentos simulações de suas forças armadas na região ártica.

4.3.3 Dinamarca

O estado dinamarquês tem uma característica peculiar na sua influência no Ártico. Apesar da Dinamarca não estar geograficamente localizada na zona economia do ártico e nem ser banhada pelo oceano ártico, há uma região geográfica – a Groenlândia – que, ao mesmo tempo em que representa a Dinamarca na região, goza também de certa autonomia em suas decisões políticas. O estado dinamarquês apoia que a grande ilha no ártico encontre recursos naturais que lhe deem sustentação econômica, reduzindo a dependente da Dinamarca.

Tal como o outro estado escandinavo (a Noruega), o estado dinamarquês tem uma política voltada para a cooperação no Ártico. Esse Estado expressa através do documento Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011-2020 que ele a paz na região e trabalha pela ausência de conflitos. A Dinamarca, até mais que os outros Estados árticos, coloca ênfase na sua estratégia para a região, considerando os interesses da população local:

Uma estratégia para a região do Ártico é, antes de mais nada, uma estratégia de desenvolvimento e que beneficie os habitantes do Ártico - envolvendo interesses comuns relacionados, por exemplo, a acordos internacionais e questões regionais e globais. Tal desenvolvimento incorpora um respeito fundamental pelos direitos dos povos do Ártico de utilizar e desenvolver seus próprios recursos, bem como o respeito pela cultura, tradições e estilos de vida indígenas do Ártico e a promoção de seus direitos (Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011– 2020, 2015,10).

No entanto, não omite a necessidade de vigilância constante na região para preservar a soberania do Reino da Dinamarca e também para garantir a segurança do povo da Groenlândia que dispõe de escassos recursos militares.

O Ártico é e deve ser uma região caracterizada pela paz e cooperação. Mesmo que a relação de trabalho dos Estados costeiros do Oceano Ártico seja próxima, haverá uma necessidade contínua de fazer cumprir a soberania do Reino da Dinamarca, especialmente à luz do aumento previsto da atividade na região. Embora a área do Reino da Dinamarca no Ártico seja coberta pelo artigo 5 do tratado da NATO sobre defesa coletiva, a aplicação da soberania é fundamentalmente uma responsabilidade das autoridades centrais do Reino da Dinamarca. A aplicação da soberania é exercida pelas forças armadas por meio de uma presença visível na região onde a vigilância

é central para a tarefa (Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011–2020, 2015,20).

No documento o governo dinamarquês menciona ainda a importância de envolver todo o Reino da Dinamarca na defesa de seu território ártico, incluindo Groenlândia e Ilha Faroe, a fim de que os cidadãos do Reino “possam estar cada vez mais envolvidos nas tarefas das forças armadas e, com isso, participem de uma ampla gama de oportunidades de treinamento, sejam elas de treinamento básico, civis / militares especiais” (Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011–2020, 2015,21).

4.3.4 Estados Unidos

Dentre os países árticos, os Estados Unidos é o país que mais resiste a aceder a acordos e convenções internacionais relativos ao Ártico ou mesmo a ratificar acordos anteriormente assinados. Na maioria dos casos o argumento dos estados norte-americanos para não atender às demandas das convenções e tratados é que tais restringem a sua autonomia na região. Por trás desse discurso político está uma condição que intensifica a relação conflituosa entre os estados. Pois, a cooperação exige, obrigatoriamente, a restrição de determinados interesses ou a sujeição parcial de alguns objetivos a uma condição maior que é a de cooperação internacional entre os estados e que, por sua vez, visa trazer equilíbrio e alcance a interesses mais amplos cujo propósito é uma relação ganha-ganha entre os envolvidos.

Os Estados Unidos, contudo, parece não estar preocupado com essa condição, resistindo inúmeras vezes aos acordos propostos por outros estados do Ártico. Tal condição, além de não contribuir para a cooperação na região, eleva o nível de tensão e pode retomar, em pleno século XXI, certas características comportamentais adotadas pelos dois grandes rivais da Guerra Fria, visto que a Rússia também apresenta uma política agressiva para a região. Entretanto, a mesma retórica que se desenvolveu entre Estados Unidos e Rússia no pós-guerra tem sido novamente utilizada pelo governo americano. Segundo Weitz (2019) os Estados Unidos têm interesses estratégicos na região ártica, principalmente por causa da crescente presença russa e chinesa. E Stępień e Raspotnik (2019) afirmam que em Maio de 2019, em Rovaniemi, na Finlândia, o secretário de Estado norte-americano proferiu um discurso agressivo contra as atividades chinesas no Ártico e contra as tentativas russas de obter maior controle sobre o tráfego marítimo na região. Para os autores, os discursos sobre questões políticas e econômicas da região ártica tendem a ser mais cordiais e orientados para a cooperação, e esta situação com os Estados Unidos pode afetar negativamente o funcionamento do Conselho do Ártico.

Embora, o documento do Departamento de Estado norte-americano que aborda as

políticas do estado para o ártico (National Security Presidential Directive 66, publicado em 2009) aponta que os Estados Unidos tem intenção de cooperar com pesquisas na área, com circulação econômica e comercial, com desenvolvimento sustentável, ele também reforça a intenção de ampliar a presença militar no Ártico com o argumento de que é necessário proteger suas fronteiras marítimas e terrestres, bem como seu espaço aéreo. Tal condição pode gerar o que John Herz sugeriu nos anos de 1950, o “security dilema”. Se assim ocorrer, evidencia-se que mesmo numa região pacificada desde sempre e sem registos de confrontos militares direto pode incorrer em comportamentos e ações conflituosas entre as forças hegemônicas do Sistema Internacional.

4.3.5 Canadá

O Canadá, país com maior espaço terrestre dentro do Ártico, declara que seu interesse é exercera sua soberania sobre o ártico e promover o desenvolvimento social e econômico na região. Para o primeiro objetivo o estado canadiano aponta que é necessário fortalecer a presença do Canadá no ártico, definir seus domínios e seus conhecimentos sobre a região e qualificar sua administração para esse assunto. Para o segundo objetivo o Canadá destaca que é necessário dar suporte a exploração e ao desenvolvimento na região e atender as necessidades de infraestrutura crítica para os interesses econômicos.

O documento enfatiza claramente a preocupação no âmbito econômico do Estado canadiano com o ártico e com a sua exploração:

O interesse internacional no Norte se intensificou devido ao potencial de desenvolvimento de recursos, à abertura de novas rotas de transporte e aos crescentes impactos das mudanças climáticas (Canada’s Northern Strategy, 2009, 5)

O Estado do Canadá é aquele que apresenta o discurso mais agressivo em termos de exploração de recursos naturais com fins econômico da matéria prima encontrada na região. Além disso, a preocupação com o desenvolvimento e pesquisas no Ártico são presentes no documento, mas, estabelecendo um viés de extração dos recursos naturais descobertos. No documento emitido pelo governo canadiano, intitulado “Canada’s Northern Strategy: our north, our heritage, our future”, o Canadá esclarece o interesse primaz de exercer soberania no Ártico:

A Estratégia do Norte do Canadá se concentra em quatro áreas prioritárias: exercer nossa soberania do Ártico; promoção do desenvolvimento social e econômico; proteger o patrimônio ambiental do Norte; e melhorar e devolver a governança do norte, de modo que os nortistas tenham mais voz em seu

próprio destino. Estamos tomando medidas concretas para cumprir nossa visão para o Norte e cumprir nossas promessas (Canada's Northern Strategy, 2009, 4).

A abordagem militar do Canadá para o Ártico tem sido orientada para preservação de seus interesses econômicos e não para promover conflito na região. Ou seja, reforçar sua soberania e se fazer presente em pesquisas e em estruturas militares tem como fim garantir a aquisição de riquezas naturais. Logo, pode-se perceber que a mesma condição que mencionamos no tópico dois deste trabalho aparece na política do estado canadiano para o ártico, ou seja, usar os meios e os recursos militares para impedir qualquer tipo de bloqueio aos interesses do capital.

4.4 A União Europeia e o Ártico – olhares e perspectivas

A União Europeia é um ator que merece ser analisado no que diz respeito à sua relação com o Ártico. Além de ter influência global e evidenciar fortes inferências nas ações de outros atores – estatais e não-estatais – a União está localizada geograficamente próxima da região. Para além disso, a UE é um caso único na política internacional, tendo uma dinâmica muito particular, não replicada em outras partes do mundo e percorrendo um caminho de sucesso em discutir questões que são bens comuns globais. Segundo Diez (2006, 614) a UE apresenta-se como “um tipo diferente de ator internacional, e representa um novo tipo de poder na política internacional”.

A União é, pois, aquilo que Manners (2002) designa como um ator internacional que tem influência global por conta do seu poder normativo sendo que este, por sua vez, vai muito além da promoção de suas próprias normas (que seria uma característica dos impérios históricos e das potências globais contemporâneas). Pelo contrário, está intimamente relacionado com o seu contexto sócio-histórico e ultrapassa até mesmo os limites do poder “civilizante” e do poder militar. A UE dispõe, portanto, de uma capacidade normativa hábil para transitar entre modelos de governança supranacionais e internacionais que transcendem o modelo westfaliano de estados nacionais.

Ademais, o Ártico tem recursos naturais e ambientais que se forem alterados, seja por condições climáticas seja pela ação humana direta na região, podem ocasionar problemas imediatos em outras partes do globo. Tais condições tornam o Ártico um espaço propício para a atenção e linguagem normativa e geopolítica da União Europeia, pois as mudanças climáticas do Ártico influenciam o meio ambiente em diversas áreas do globo. Segundo Overland, Wood e Wang(2011) a diferença de temperatura entre o frio do Ártico e o clima quente das regiões do Sul, durante o outono e o inverno, provocam o impulso de correntes de ar de um extremo ao outro, influenciando os sistemas meteorológicos do

hemisfério norte. Logo, se ocorre diferença de temperatura entre o frio do Ártico e as regiões do Sul, tal mudança afeta a velocidade das correntes de ar, o que pode provocar intensificação de secas ou de ondas de calor (Overland, Wood e Wang, 2011).

De acordo com Blunden (2009, 136), a União apresenta plenas condições de ter um protagonismo na região ártica, pois:

A UE, embora não seja um ator unificado nas questões do Ártico, é líder mundial em ações de combate às mudanças climáticas, um dos principais contribuintes para a pesquisa sobre o Ártico e para tecnologias relevantes, como captura e armazenamento de carbono, e um participante importante nas associações regionais do Ártico, como a Dimensão Setentrional e a Organização do Mar de Barents. Deve ser uma voz importante do Ártico.

O autor também reforça que a presença da União no Ártico:

[...] aumentaria o conjunto de conhecimentos disponíveis e o senso de propriedade dos problemas do Ártico. Ajudaria a dissipar os temores de que os estados do Ártico estejam buscando interesses nacionais, definidos de maneira restrita, à custa de considerações globais mais amplas e de longo prazo.(Blunden, 2009, 136).

Ao identificar as potencialidades e os interesses de atuação UE no Círculo Polar Norte, Stępień(2015, 252) sugere que:

A UE tem muitas competências, que também se estendem ao Ártico. A maioria das políticas da UE - de uma maneira ou de outra - influencia todas as regiões em que a UE está presente como ator econômico, ambiental, político ou de financiamento. Isso vale também para o Ártico, que passou a ser uma das regiões para as quais a União decidiu desenvolver uma política voltada para a região.

E Østhagen (2013, 12) considera que devido à sua geografia e ligações políticas com o Ártico a União Europeia:

[...] possui um interesse primordial em participar no debate internacional sobre a região. Além disso, interesses sistêmicos internos e aspirações de política externa levam a UE a desenvolver sua própria política para o Ártico. Desde 2008, a própria formulação de políticas da UE também avançou para uma abordagem mais matizada e moderada, culminando na comunicação da Comissão de junho de 2012.

Ademais, a Comissão Europeia, que, segundo Blunden (2009) destaca o Ártico como crucial para sua estratégia em matéria de segurança energética, considera também que as regras para o transporte marítimo, a extração de recursos e a pesca no Ártico devem ser estabelecidas por agências internacionais e não apenas pelos estados costeiros. Assim se dissemina, portanto, a perspectiva de atuação de atores globais no Ártico e, simultaneamente, se evidencia a dimensão dos interesses e dos atores capazes de articular questões políticas e econômicas no Círculo Polar Norte. Alguns destes atores têm forte capacidades de projeção hegemônica, tal como a China que, cada vez mais, tem expressado seu interesse na região. Outros atores, não tão marcados pela sua capacidade hegemônica, mas igualmente influentes nas suas respectivas zonas geopolíticas, tais como Japão ou Índia, também chegam ao Ártico com poder econômico e capazes de estabelecer acordos que vão ao encontro dos seus interesses.

Paralelamente, os Estados europeus não-árticos podem contribuir com conhecimento científico e técnico, experiência, recursos e competências que ajudam a manter a cooperação na região e fortalecer a organização política e econômica do Ártico. Heininen (2012, 7) afirma que os ricos recursos energéticos do Ártico atraem as principais potências globais, de fora da região, tais como China e Coreia do Sul, na Ásia, França e Alemanha na Europa, mas também a “ União Europeia como um todo, que já explora ativamente suas opções políticas para o Ártico”. E Blunden (2009, 136) também sugere que os estados europeus não-árticos têm fortes interesses comerciais – e legítimos – na região, notadamente como as oportunidades que surgem a partir das novas vias de comunicação marítimas (que se abrem a partir do degelo na região).

Segundo Silva (2014, 101) a Passagem do Noroeste:

[...] consiste em pelo menos quatro rotas possíveis através do chamado “arquipélagoártico canadense” – um conjunto que pode somar 19.000 ilhas e rochedos – que liga o norte do Oceano Pacífico, pelo estreito de Bering com suas 52 milhas marítimas (menos de 100 quilômetros) de abertura máxima e calado entre 30 e 50 metros de profundidade, ao longo de 1.500 quilômetros, até desembocar na baía de Baffin e no estreito de Davis, localizado entre o Canadá e a Groenlândia. A Passagem do Noroeste pode encurtar o caminho entre o leste da Ásia e o nortado Atlântico em cerca de 7.000 quilômetros.

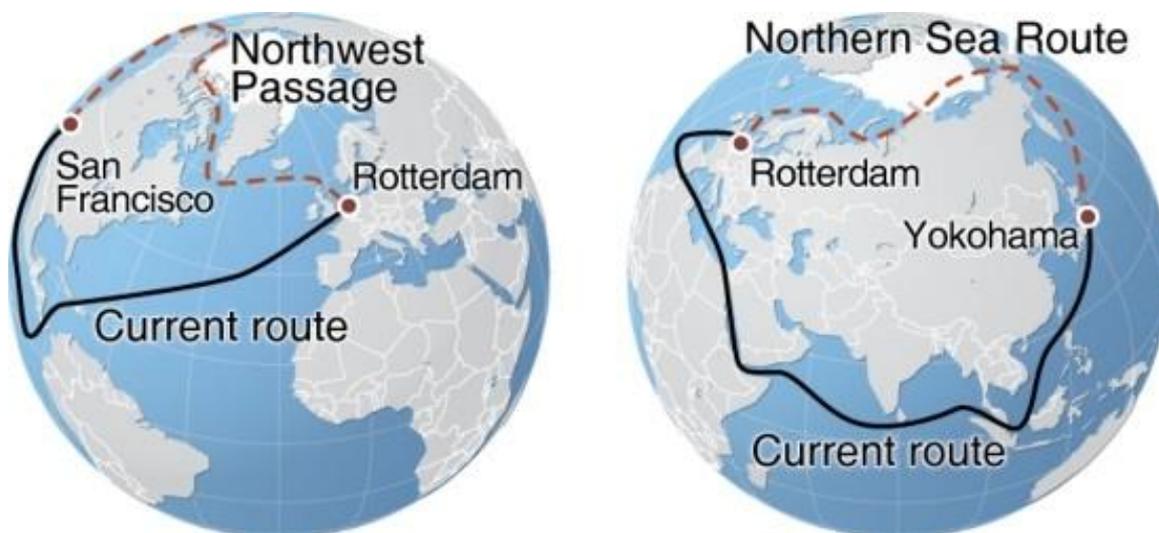
Existe também uma outra rota – a Rota Marítima do Norte – que atravessa os mares árticos russos no sentido oeste/leste e que está tornando-se um percurso viável com a retração do gelo no oceano:

As rotas mais afastadas da costa ártica russa são teoricamente mais

apropriadas para o trânsito de navios por encurtarem ainda mais o caminho, no entanto, as condições do gelo são mais severas e ficam a maior parte do tempo bloqueadas. Conseqüentemente, os navios precisariam ser escoltados por quebra-gelos, o que diminuiria acentuadamente a velocidade dos navios e, portanto, poderia não ser economicamente viável. Com a acentuada retração do gelo ártico, o uso potencial desta rota torna-se real. Dessa forma, uma viagem de Xangai para Hamburgo por essa via é cerca de 6.400 quilômetros mais curta do que pelo estreito de Malaca e o canal de Suez (Silva 2014, 101).

A imagem abaixo revela as possibilidades de tráfego marítimo pelas Passagens Noroeste e Nordeste no extremo norte do globo terrestre. Um navio que vá de Roterdão à Tóquio pelo Canal de Suez percorre um total de 21.100 km e se for pelo Canal do Panamá percorre 23.300 km. Entretanto, se um navio fizer esta conexão – Roterdão/Tóquio – pela Passagem do Nordeste ele percorre 14.100 km e pela Passagem Noroeste 15.900 km. Isto é, as rotas pelo Ártico garantem uma redução de, pelo menos, 25% na distância percorrida entre a Europa e o Oriente por vias marítimas.

Figura 8: Rotas de navegação que ficam disponíveis no extremo norte do globo por causa do degelo no Ártico



Fonte: GRID-Arendal / United Nations Environment Programme (UNEP)²⁸.

Silva (2014, 103) também aponta que a abertura das novas rotas comerciais marítimas apresenta vantagens adicionais, além da evidente redução na distância e na conseqüente economia de tempo e de combustível:

Primeiro, a possibilidade de navegação pelos navios Post-Panamax, aquelas

²⁸ Disponível em: http://www.grida.no/graphicslib/detail/northern-sea-route-and-the-northwest-passage-compared-with-currently-used-shipping-routes_1336#

embarcações que pelo seu tamanho não podem utilizar-se do canal do Panamá. O segundo fator adicional, a diminuição considerável no custo do seguro. Em razão da pirataria no chifre da África, o custo do seguro para os navios que se utilizam da via pelo golfo de Áden em direção ao canal de Suez aumentou em dezvezes entre setembro de 2008 e março de 2009.

Para além destas duas evidentes rotas de navegação marítima que, cada vez mais, tornam-se exequíveis para os interesses económicos de muitos atores, há ainda a previsão do surgimento de uma Rota Transpolar que seria, essencialmente, a possibilidade de navegar de maneira plenapelo Oceano Ártico sem precisar seguir trajetos costeiros e próximos dos territórios dos Estados do Ártico (Humpert e Raspotnik, 2012). Embora não haja ainda um sinal claro de que isto vá ocorrer no curto prazo, não é, contudo, uma ideia irreal, uma vez que a redução acelerada do gelo na região pode contribuir para a concretização desta hipótese. E, se isto de facto ocorrer, ter-se-á uma nova dinâmica no Ártico, pois a navegação em alto mar não colocaria os navios sob jurisdição dos Estado da região. Segundo Silva (2014, 102), embora não tenha havido motivações imediatas para o uso comercial da Rota Transpolar, visto que a ausência de sal nesta zona oceânica torna o gelo mais duro e, portanto, intransponível para os navios comerciais e também para os quebra-gelos, ainda assim as empresas de navegação comercial não desconsideram as possibilidades futuras de navegação por esta rota.

Consequentemente, é natural que a União Europeia mantenha atenção reforçada nesta zona geográfica, buscando identificar tanto oportunidades quanto ameaças decorrentes das mudanças ambientais, pois tal como mencionado anteriormente, devido à proximidade geográfica entre o continente europeu e a região ártica, o degelo, para além dos desafios ambientais, exige também atenção em questões económicas e securitárias. Apesar de a União Europeia não ter um território costeiro no Ártico, ela está ligada à região quer por via dos estados árticos como a Finlândia, Suécia e Dinamarca (Gronelândia), quer por via da sua já comprovada capacidade em contribuirna resolução de problemas globais²⁹.

²⁹ Há diversos casos e exemplos da capacidade da União na resolução de problemas globais. Embora o Ártico não seja propriamente uma área fora da influência da UE, uma vez que três de seus Estados-membros estão dentro do Círculo Polar Ártico, ainda assim a União não tem uma influência geográfica direta no Ártico, tendo em vista que estes países – com exceção da Groelândia sob influência dinamarquesa – não tem litoral banhado pelo Oceano Ártico. Mas, ainda assim, é relevante destacar a capacidade de atuação global da União, a fim de fortalecer o argumento de sua boa influência em regiões para além do território europeu. Por exemplo, o Nobel da Paz entregue à União Europeia, em 2012, pela sua contribuição no avanço da paz, da democracia e dos direitos humanos na Europa, foi um reconhecimento público e mundial de sua capacidade de lidar com questões que ameaçam a paz internacional. O 7º Programa de Ação para o Ambiente da União Europeia para 2020 é outro elemento que revela a liderança da UE na governança ambiental global, através do qual a União reconhece que os objetivos estratégicos para lidar com as mudanças climáticas só podem ser alcançados mediante acordos ambientais internacionais, apoiados e implementados em todo o globo. Benson e Jordan (2010) apontam que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa revelou mais nitidamente a projeção da liderança ambiental da União Europeia à nível mundial. Também em outras questões, tais como Segurança, a União vem, de maneira progressiva, alargando a capacidade de intervenção europeia. Para Saraiva (2010) a materialização da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e a adoção da designação de Gestão Civil de Crises (GCC), ilustram a passagem da agenda

E o Ártico, dada a sua importância ambiental, geográfica e energética, não está isento de enfrentar a eclosão de problemas graves e que possam requer a ação de atores globalmente reconhecidos e capazes de contribuir em questões complexas, tais como ameaças à segurança humana resultante de alterações climáticas ou ao impacto global de alterações ambientais no Ártico decorrentes do uso não sustentável de recursos naturais.

Os comunicados e documentos oficiais emitidos pelos Estados da União Europeia a respeito do Ártico são também fontes relevantes através das quais apresentam-se as estratégias e os interesses políticos e econômicos da UE para a região. Os documentos oficiais são relativamente recentes, sendo os mais importantes aqueles que foram emitidos no final da primeira década do presente século, revelando assim que há tanto a necessidade de novas investigações sobre a relação da União Europeia com o Ártico como o interesse da UE no Ártico ser também mais recente. E os principais documentos relativamente ao protagonismo da União no Círculo Polar Norte são até ao momento os seguintes:

- 2008 – Resolução do Parlamento Europeu sobre a Governança do Ártico.
- 2008 – Comunicação da Comissão Europeia: A União Europeia e a Região Ártica.
- 2009 – Conclusões do Conselho sobre assuntos do Ártico.
- 2011 – Resolução do Parlamento Europeu sobre uma Política Europeia Sustentável para o Alto-Norte
- 2012 - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Desenvolvimento de uma política da União Europeia para a região do Ártico: progressos registados desde 2008 e próximos passos
- 2014 - Resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia da UE para o Ártico;
- 2014 - Conclusões do Conselho sobre o desenvolvimento de uma política da

do Peacebuilding do fim do século XX para uma agenda de “estabilização”, no início do século XXI. A diversidade de crises que se avizinham na Europa demandam uma articulação de afirmação do projecto europeu e este conduz ao protagonismo da União como um ator capaz de mediar, estabilizar a resolver problemas que possam emergir externamente ao seu território, mas cujos desdobramentos ou consequências possam incidir diretamente na Europa. Tal condição revela-se nas “Missões de Petersberg” que, na última década do século passado, foram integradas na Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD) e contemplaram o envolvimento da UE em missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais, em missões de manutenção da paz e em missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz (disponível em https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=299). Outros exemplos da capacidade de atuação global da União foi o acolhimento dos países do Leste que saíram da cobertura da União Soviética, a partir dos anos 90, e a Estratégia Conjunta África-EU que a partir de 2007 estabeleceu-se como um meio formal para as relações da União com os países africanos. A aprovação da Estratégia Conjunta, tanto pela União Africana como pelas instituições da EU, projecta a UE no trato de questões sensíveis no continente africano, tais como a necessidade de segurança e desenvolvimento na Região do Sael, a instabilidade e a atividade criminosa no Golfo da Guiné, e os inúmeros problemas que cercam o Corno de África, incluindo o terrorismo.

União Europeia para a região do Ártico;

- 2016 - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Uma política integrada da União Europeia para o Ártico;
- 2019 - Conclusões do Conselho sobre a política da UE para o Ártico;
- 2021 - Um empenho mais forte da UE em prol de um Ártico mais verde, pacífico e próspero.

O mais recente comunicado da União sobre o Ártico evidencia, claramente, uma evolução no envolvimento da UE com a região ártica. Enquanto os três primeiros documentos da UE sobre o Ártico, a saber, o primeiro Comunicado da Comissão Europeia, a Resolução do Parlamento Europeu sobre a Governança do Ártico, ambos de 2008, e as subsequentes Conclusões do Conselho (da União Europeia) em 2009, abordavam preocupações gerais com a região, especialmente no âmbito de consequências diretas das alterações climáticas, já o documento emitido em 2021 é mais incisivo e assertivo. A Comunicação Conjunta inicia afirmando que a “UE está ³⁰ no Ártico”. E uma das formas pelas quais a União tem procurado proclamar a sua relevância na região, tem sido pela legitimação da sua presença geográfica.

Embora os documentos mais recentes não descartem o viés tradicional de influência da União Europeia através da promoção de valores e de normas, o aspeto geográfico vem ganhando relevância no reconhecimento da UE como um ator importante para o Ártico. Para Amelot, Oreschnikoff e Canova (2021), o Comunicado mais recente aborda de maneira mais assertiva instrumentos e ações críticas para um engajamento mais profundo da União no Ártico, tendo dado mais atenção à necessidade de aumento de investigações e inovação científica no Ártico, às medidas de redução de emissões de carbono, à melhoria nas infraestruturas, ao desenvolvimento prático de compromissos sociais e incremento de negociações multilaterais relevantes para a região. Ademais, o documento reflete uma perspectiva mais clara sobre questões relacionadas à autonomia estratégica europeia³¹, como a redução da dependência de importações de matérias-primas críticas e a interdependência dos processos de governança global e regional, particularmente em termos de governança oceânica e assuntos marítimos.

Amelot, Oreschnikoff e Canova (2021) também consideram que os documentos mais recentes distinguem melhor os aspetos internos e externos da política ártica da União.

³⁰ Itálico nosso.

³¹ A discussão sobre a autonomia estratégica da EU em áreas como a energética, tem, entretanto, ganho ainda mais relevância com a atual crise provocada pela invasão bélica da Rússia à Ucrânia.

Conseqüentemente, a UE consegue apresentar-se como um ator capaz de legislar sobre o Ártico, especialmente nos territórios de seus estados-membros, mostrando que tem plenas capacidades de ser um regulador e formulador de políticas para o Ártico, podendo aí implementar, por exemplo, o Pacto Ecológico Europeu (Green Deal) e realizar cooperações multilaterais. Fazemos notar que desde 2008 a União Europeia tem três principais objetivos no Círculo Polar Norte e que são apresentados na sua política para o Ártico: a proteção e a preservação da região ártica numa relação pacífica e harmoniosa com a população ártica, valorizando os povos indígenas, a promoção e o desenvolvimento sustentável do uso de recursos no Ártico; e o fortalecimento da cooperação internacional na relação entre os diversos atores árticos e não-árticos.

No documento de 20 de Novembro de 2008 a UE, através do “Communication on the Arctic”, apresentou sua percepção da importância do Ártico para as relações econômicas e políticas do Bloco. Segundo o documento:

A UE deve manifestar a sua posição relativamente a uma região única de importância estratégica, localizada nas imediações. Chegou a hora de a UE avaliar claramente o seu interesse e desenvolver uma abordagem holística e sistemática do Ártico. Isso aumentará a eficiência da ação da UE e abrirá novas oportunidades de cooperação com os estados do Ártico (Arctic Communication - European Commission, 2008: p. 2)

Na altura, a Comissão Europeia apontou que seus objetivos para o Ártico seriam a proteção e preservação da região em harmonia com a sua população; a promoção e o uso sustentável dos recursos; e o desenvolvimento da cooperação internacional. Depois, em 26 de Junho de 2012, a Comissão Europeia e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança emitiram uma comunicação conjunta, onde abordaram a necessidade de desenvolver uma política da União Europeia para a Região do Ártico. Este mesmo documento afirma que desde 2008 a UE aumentou substancialmente o seu envolvimento na cooperação no Ártico, especialmente através do seu engajamento com o Conselho do Ártico que é tido como um dos principais fóruns para a governabilidade da região. E desde 2008, a UE tem aumentado substancialmente o seu envolvimento na cooperação no Ártico, nomeadamente através do seu envolvimento no Conselho do Ártico e com os seus membros do CA.

Em direção ao crescimento contínuo da presença da UE na região, a Joint Communication (comunicação conjunta) de 2016 afirma que as experiências anteriores de envolvimento da União Europeia no Ártico “expõe o caso de uma política da UE que se centre no avanço das cooperações internacionais”. E ainda que:

Várias atividades e decisões da UE estão afetando o desenvolvimento econômico da região do Ártico. Por exemplo, a UE é um grande consumidor de produtos provenientes dos estados do Ártico, como produtos de peixe e energia. O investimento de empresas europeias pode ajudar a promover o desenvolvimento sustentável na região, possivelmente auxiliado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (ESIF) e iniciativas no âmbito do Plano de Investimento para a Europa. Um relatório recente estimou oportunidades de investimento somente na região de Barents em 140 bilhões de euros. As 'estratégias de especialização inteligente' regionais, combinadas com o financiamento da UE, podem ajudar a desenvolver modelos locais de crescimento sustentável e criação de empregos no Ártico Europeu, com potenciais benefícios em toda a UE. A próxima Presidência finlandesa do Conselho do Ártico (2017-2019) oferecerá uma oportunidade de trazer ideias e iniciativas europeias para o trabalho do Conselho do Ártico (Comissão Europeia, 2016: p. 3).

Logo, é possível afirmar que o interesse da UE no Ártico não é apenas retórico, mas tem sido desenvolvido na prática e com o reconhecimento dos próprios países da região. E os documentos emitidos pela Comissão Europeia, entre 2008 e 2016, indicam um crescimento contínuo do bloco no Círculo Polar Norte e que pode sugerir a relevância da União Europeia na Governança do Ártico. Contudo, não vamos explorar esta possibilidade, pois que o nosso interesse está em verificar se o protagonismo da UE nesta região do globo revela uma atitude hegemônica ou antes contra-hegemônica, à luz das definições já providenciadas nesta tese.

A extensão política do Ártico tem-se alargado de forma considerável, existindo atualmente atenções e preocupações sobre ele ao nível global, que extrapolam largamente os discursos e visões regionais³². Quer isto dizer que embora as fronteiras geográficas, marítimas e ambientais continuem a ser delimitadas pelas condições naturais e regionais, as fronteiras políticas do Ártico têm ganho novas dimensões e, com o interesse de países não-Árticos e do sul do globo a demonstrar a universalidade do Ártico na política internacional.

Nos últimos anos, a região do Ártico adquiriu um perfil mais elevado nas relações internacionais devido à sua crescente importância ambiental, social, econômica e estratégica. A UE já contribui substancialmente para a pesquisa

³² Por exemplo, em dezembro de 2019, a Comissão Europeia, em conjunto com os Serviços de Ação Externa, lançou uma consulta pública sobre a política da UE para o Ártico, a fim de promover sua atualização. De acordo com a Comissão Europeia (2020) a consulta tem como objetivo refletir sobre a política da União para o Ártico face aos novos desafios e oportunidades, incluindo as ações da UE no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. A consulta busca contribuições sobre os pontos fortes e fracos da política existente, com vistas a possivelmente preparar uma abordagem atualizada.

no Ártico, a observação por satélite e o desenvolvimento regional, bem como para os trabalhos do Conselho do Ártico, em que países além do Ártico, como China, Índia, Japão, República da Coreia e Singapura, agora têm status de observador (European Commission, 2016, 3).

Portanto, a União Europeia enquanto ator com influência global, que articula relações com todos os continentes e que se revela capaz de influenciar o mundo com os seus padrões e valores de organização social, pode ter um papel crucial para a manutenção da paz, da cooperação e para a sustentabilidade do círculo polar norte.

Desde a criação do Arctic Council em 1996, ficou evidente a necessidade de constituírem-se organismos políticos especializados no Ártico. E desde então, a União Europeia vem também ela demonstrando seu interesse pela região. Além de já ter no Conselho do Ártico (CA) três estados-membros, o que confere à UE certa capacidade de engajamento político no Círculo Polar Norte, o facto de ter seis países europeus como observadores do CA contribui para que a EU se adentre cada vez mais com a sua influência normativa na região.

Além disso, a UE fez investimentos financeiros no Ártico, entre 2002 e 2013, com vistas à cooperação científica e cujos valores ultrapassaram um bilhão de euros. Estima-se também que entre 2014 e 2020, os investimentos na infraestrutura marítima, indústria naval e exploração de recursos naturais possam ter superado o valor investido na década anterior. Tais condições afetam a agenda da região e trazem para a arena política do extremo norte do globo atores não-Árticos, comprovando, assim, a dimensão global do Ártico.

Portanto, a partir de 2008, o que os comunicados emitidos pelo Parlamento Europeu e os posteriores documentos elaborados pela Comissão Europeia e pelo Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança da UE, foram revelando, foi no sentido de um intensificar do diálogo entre a União Europeia e o Ártico. E a percepção de uma abordagem estratégica da UE para a região ártica, a fim de tratar dos interesses europeus no Ártico, se materializaram especialmente naquele comunicado emitido em abril de 2016, onde as grandes áreas a serem discutidas são as mudanças climáticas e o meio ambiente; o desenvolvimento sustentável da região; e a cooperação internacional para o Ártico.

No dia 6 de julho de 2016, o Parlamento Europeu recebeu um estudo intitulado European Union Arctic policy in regional context, que havia sido solicitado à Direção Geral para Políticas Externas. O estudo considerou que o intenso debate sobre o Ártico, principalmente na primeira década do século XXI, merecia atenção da UE e, portanto, deveria haver mais engajamento da Europa na região. Logo, é possível verificar que o interesse da União Europeia para o Ártico tem atingido uma dimensão sem precedentes na

história do Bloco e os documentos emitidos, até o momento, evidenciam que o protagonismo europeu no Ártico, além de contar com a sua ampla capacidade normativa influenciadora, pode contribuir de maneira consistente na governança da região.

Outros Estados não-Árticos, como outrora já mencionamos, que têm tido interesses e preocupações com a região, acompanham esta mesma linha de argumentação. A declaração do governo japonês, por exemplo, atesta nossa percepção de um Ártico Global e cuja dimensão de governança é ampla e complexa, estendendo-se para os protagonismos de atores geograficamente localização fora do Círculo Polar Norte.

[...] as mudanças no ambiente do Ártico têm efeitos políticos, econômicos e sociais, não apenas no Ártico, mas também globalmente. As oportunidades e questões resultantes estão atraindo a atenção da comunidade global, dos estados ártico e não-ártico (Governo do Japão, 2015, 1).

Tal afirmação revela as condições que circundam as atenções globais para o Ártico. E a União Europeia parece-nos o principal ator da sociedade internacional capaz de responder às exigências de uma governança à altura dos desafios da região. A UE possui um forte poder normativo, que compreende o envolvimento de atores diversos tanto em sua política externa, quanto em suas ações globais, sendo visível o seu forte engajamento na defesa global da democracia, dos direitos humanos, e da luta ambiental, os três temas do interesse comum dos próprios povos indígenas da região ártica. A capacidade da UE em fazer uso de um soft power para transmitir valores e o seu interesse pela cooperação mundial, apontam assim para a eficácia do seu poder normativo, e para o seu importante papel na sofisticação do sistema de Governança da região.

Para Bengtsson e Elgström (2012: p. 93) o poder normativo indica a capacidade de influenciar outros atores internacionais tanto em sua forma de pensar como de agir. E esta é, precisamente, uma condição capaz de apresentar contributos para a Governança do Ártico. Pois, enquanto palco de interesses globais, mas, que ao mesmo tempo consegue historicamente evitar conflitos e manter a cooperação entre os envolvidos na região (com a eclosão intensa dos recursos naturais e o interesse de diversos atores naquilo que o Ártico tem à disposição), é necessário que exista um ator capaz de envolver, de maneira pacífica, todos os interessados na região, a partir de normas e valores que prezem pelo bem-estar das populações locais, pela democracia, pelos direitos humanos e pela sustentabilidade da região. A União Europeia é hoje o único ator do Sistema Internacional, parece-nos, que reúne essas características e é capaz de contribuir para manutenção do equilíbrio futuro no Ártico, quando muitos atores começam a expressar seus interesses no Círculo Polar Norte.

Apesar da UE não ser uma potência no sentido tradicional das relações

internacionais - segundo a ótica realista -, visto que sua política comercial é muito mais desenvolvida que a sua política de segurança e defesa, ela demonstra relevância no cenário internacional, tal como mencionamos anteriormente, e por isso, justificamos sua importância para a Governança do Ártico, especialmente quando este é visto como um espaço de interesses globais. É evidente que não é a capacidade de hard power da UE que a posiciona como um ator relevante no cenário internacional, mas, o seu poder econômico, o tamanho do seu mercado consumidor, a qualificação de sua força de trabalho, a sua força intelectual e científica, a sua capacidade de competir em setores de alta tecnologia e, mais ainda, a sua capacidade normativa na política internacional. Mesmo que a União Europeia conte com estados-membros que têm sofisticados armamentos militares e, inclusive, armas nucleares, ela não é mundialmente vista como uma potência militar.

Reiteramos pois que acompanha a UE em todo o mundo é o seu poder econômico e seu poder normativo que defende valores, regras, princípios e práticas fortemente disseminados na sociedade internacional e profundamente influenciadores da opinião pública mundial. O uso do soft power europeu vai ao encontro do contexto emergido na política internacional, a partir do último quarto do século XX, especialmente após o fim da Guerra Fria e ainda mais disseminado a partir do século XXI: as relações de interdependência entre atores diversos (estatais e não-estatais) no plano internacional e do qual emergem fenômenos de governança complexa.

Justamente, por não ser vista como uma potência militar global é que destacamos outro fator favorável para o protagonismo da UE na Governança do Ártico. Nye (2012) afirma que as transformações provocadas pela comunicação em massa afetaram diretamente as ações militares e abalaram as estratégias de dominação de territórios, pois a propagação de ideias e de valores pela sociedade assumiram elevada importância na política internacional. Nye (1990) sugere também que o tipo de poder contemplado pelo realismo não tem mais relevância definitiva para o alcance dos objetivos de um Estado, visto que um número cada vez mais crescente de Estados dispõe de tecnologia militar de ponta e armas mais potentes e, portanto, o uso direto da força para o ganho econômicos tornou-se demasiadamente caro e perigoso para as grandes potências modernas. Por isso, o soft power é muito mais vantajoso no mundo contemporâneo, onde questões econômicas, políticas, sociais e culturais estão intensamente conectadas.

Tais considerações estão em concordância com Buzan e Hansen (2012) e Sheehan (2004). Os autores afirmam que até à segunda metade do século XX a orientação teórico-metodológica que marcou os debates das Relações Internacionais era a vertente realista, onde o Estado é considerado o ator mais importante – e muitas vezes o único – que merece ser ponderado na política internacional. Daí decorria a disseminação de ideias de que o Estado deveria prezar por assuntos relacionados com a sua segurança, a fim de ser capaz de

resistir às ameaças externas. Essa perspectiva, porém, não tem uma boa adequação à realidade do Ártico, pois, como frisamos inúmeras vezes, esta região é caracterizada pela cooperação e não pelos conflitos militares.

A visão tradicional de segurança concentrou-se no uso das forças armadas para garantir a integridade territorial dos estados soberanos. Os estudos de segurança e o estabelecimento de segurança há muito se concentram em mecanismos de política externa e de defesa para evitar, impedir e, se necessário, vencer disputas militares interestaduais. (King e Murray, 2001, 588)

Entretanto, com o fim da Guerra Fria, e o crescente movimento de globalização econômica, aquele contexto político que vinha desenvolvendo-se desde o pós-Segunda Guerra enfraqueceu. A tensão percebida entre Ocidente e Oriente, desde os anos 1950, começou a ser minimizada a partir do fim dos anos 80 e contribuiu, assim para a emergência de ideias voltadas à cooperação internacional. Esta passou a direcionar as agendas políticas para questões sobre direitos humanos, integração, democracia, desenvolvimento econômico, ajuda humanitária, combate à pobreza etc. Essas novas agendas internacionais, marcadas pelas transições econômicas e sociais pelo qual o mundo passava no último quarto do século XX, trouxe o afloramento de debates que buscavam a integração global.

Conseqüentemente, reduziram o destaque da esfera militar³³ nas relações internacionais ao mesmo tempo em que ajudaram no surgimento de novos conceitos e teorias que viriam a consolidar as propostas das teorias pós-positivistas e valorizar a importância de, para além dos atores estatais, atores transacionais, supranacionais e internacionais.

Logo, percebeu-se que seria necessária uma cooperação internacional ao invés de ameaças e acirramentos nas relações, pois, as infraestruturas militares seriam:

[...] incapazes de impedir a explosão demográfica mundial, conter o efeito estufa, sustar as transações cambiais, a agricultura biotécnica e assim por diante. Esses acontecimentos, juntamente com desafios secundários como terrorismo internacional e as drogas, sugeriram a alguns autores que “novas ameaças” à segurança nacional e internacional estão tomando o lugar das “velhas” ameaças da guerra nuclear e da guerra convencional em grande escala e que os governos devem, portanto, abandonar sua obsessão com os

³³ Ao dizer isso, não somos, contudo, insensíveis aos desdobramentos atuais na Política Internacional, onde a vertente militar parece ganhar destaque, sobretudo nas crescentes tensões entre Estados Unidos e Coreia do Norte, por exemplo. Mas, como nosso objetivo aqui não é fazer previsões, especialmente na esfera militar no Ártico, e sim investigar um fenômeno atual, não queremos nem sugerir e nem descartar a ocorrência de desdobramentos militares futuros nessa região. Embora tenhamos consciência que sempre há espaços imprevisíveis no plano político internacional e sabemos que mesmo não sendo uma evidência latente, é possível que conflitos nessa esfera possam ocorrer futuramente.

perigos militares e se concentrar em medidas para enfrentar desafios diferentes ao bem-estar nacional.(Kennedy, apud Villa e Reis, 2006, 38)

Frente a essa nova realidade, acompanhado pelo fim das animosidades entre a União Soviética e a os Estados Unidos, e a necessidade de pensar na integração de diversos fatores (sociais, culturais, ambientais, financeiros, econômicos, energéticos, de saúde, etc.) através de processos de cooperação para o bem-estar das sociedades, surgiram propostas de governança como um instrumento capaz de atender a premência dessa realidade, pois, ela é:

[...] a soma de muitas maneiras pelas quais indivíduos e instituições, públicas e privadas, administram seus assuntos comuns. É um processo contínuo pelo qual interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e ações cooperativas tomadas. Inclui instituições e regimes formais habilitados para impor a conformidade, bem como arranjos informais que pessoas e instituições concordaram ou consideram ser do seu interesse³⁴.

Neste contexto, a União Europeia pode estender para o Círculo Polar Norte a sua influência já consolidada nas suas relações com diversos outros atores na política e na economia mundial, levando contributos para o Ártico que ampliem a cooperação entre múltiplos atores – árticos e não-árticos – com interesses na região.

De acordo com o Relatório da Comissão sobre Governança Global (1996) a governança diz respeito às “diversas maneiras pelas quais os indivíduos, as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”. E, sendo o Ártico um problema comum para toda a humanidade faz-se relevante analisar os meios e os processos pelos quais os atores do Ártico atuam na região e como se dá as suas relações com atores não-Árticos.

É também importante entender se, sob a ótica da governança, a gestão em vigor no Ártico consegue gerir os problemas críticos que afetam as esferas sociais, políticas e econômicas e acompanhar as constantes mudanças sugeridas por Young (2005) – que citamos no tópico anterior. Isso aumenta significativamente a complexidade e os desafios do que seria considerado uma boa governança, uma vez que esta exige a formulação de políticas e ações que sejam, não só adequadas na resposta aos problemas que surgem, mas também eficientes na resolução dos problemas. Ou seja, não basta uma resolução imediata que, embora resolva questões no curto prazo, não se sustente futuramente e de maneira prolongada. É necessário pensar no equilíbrio econômico, nos direitos sociais e na

³⁴ Report of the Commission on Global Governance. Our Global Neighbourhood. Disponível em <http://www.gdrc.org/u-gov/global-neighbourhood/index.htm>. Acesso em julho de 2017.

ordem política para garantir uma boa governança no Ártico.

Sob a égide da governança, os Estados precisam assim de demonstrar capacidade governamental de mobilizar os meios e os recursos necessários para a execução das políticas públicas. E ainda devem observar que os resultados sejam implementados percorrendo o caminho da eficiência e da eficácia, isto é, que se mostrem sustentáveis (no longo prazo). Assim, entende-se que a governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico” (Santos, 1997, p. 342). Ademais, a governança considera também, além dos mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, as “redes sociais informais e associações de diversos tipos” (Santos, 1997: p. 342).

Jönsson e Tallberg (2010, 1) apontam que:

Embora as instituições internacionais tenham sido preservadas exclusivamente pelos governos nacionais, as últimas décadas testemunharam uma mudança gradual e parcial da cooperação interestadual para formas mais complexas de governança, envolvendo a participação de atores transnacionais, como organizações não-governamentais.

Logo, surge no contexto político uma diversidade de debates sobre o posicionamento do Estado neste novo cenário, bem como sobre a participação e a influência de atores não estatais na tomada de decisão política, incluindo organizações públicas e privadas. Assim, a governança no século XXI tem um carácter global e precisa trabalhar em prol de vários interesses e diferenças que emergem da relação entre a sociedade civil, os Estados, as empresas multinacionais, as organizações não-governamentais etc. Além disso, há também as assimetrias entre os atores dispersos pelo globo e que precisam ser considerados na prática da Governança. Börzel e Risse (2010, 114) sugerem um grande desafio nas relações Norte-Sul, pois “a maioria dos países fora do norte global não desfruta de um estado consolidado” e a prática da governança global nestes países enfrenta, primeiramente, o desafio de garantir o “fornecimento de bens coletivos muito necessários”, mas carentes ou até mesmo inexistente em muitos países do sul.

A governança global é, portanto, um desafio não para uma região do globo, mas para todo o globo. E apesar do termo “governança” ser amplamente usado nos debates e nos aportes teóricos da Ciência Política e das Relações Internacionais, sua definição ainda sugere diversos significados. No entanto, de maneira geral é aceito que governança “abraça todos os atores, organizações e instituições, públicas e não públicas, envolvidos na estruturação de políticas e seus relacionamentos, seja dentro ou fora de um Estado-nação soberano” (Jensen, 2008: p. 381). Portanto, o termo pode expressar dinamismo e

flexibilidade nos estudos das Ciências Políticas. Segundo Jensen (2008) “governança” sugere movimento e continuidade no cenário político, onde as relações de poder, jogos de interesse e protagonismos entre atores estatais e não estatais, mantêm-se constantemente vividas e ativas. A governança expressa assim o caráter cinético e inquieto dos atores, revelando uma constituição dinâmica entre eles, através da prática cotidiana no decorrer do tempo (Jensen, 2008, 381).

A governança, já o dissemos, pode ocorrer tanto ao nível regional, como nacional, ou global (Bjørkli, 2015). Por isso, entendemos ser frutífero aprofundar a investigação na relação que se constitui entre a União Europeia, o Ártico e a ideia da sua governança. O primeiro é um ator relevante no Sistema Internacional, o segundo é um espaço geográfico política e economicamente globalizado e o terceiro é hoje uma metodologia por excelência na gestão do poder em áreas de interesse global. E como sugere Lavenex (2004, 682), as transformações da geopolítica mundial, no século XXI, têm levado a União a adaptar-se, tanto interna quanto externamente, alterando a equação entre os Estado e as instituições da UE na formulação de políticas, bem como na responsabilização. Estadinâmica pode “ser mais bem capturada na noção de governança como uma forma de organização política” (Lavenex, idem) e pode ser útil para estudar as relações com países terceiros que, embora não sejam Estados membros, estão incluídos na busca de seus objetivos.

Ademais, enquanto os debates na política internacional, ao longo do século XX, percorriam as influências da ótica realista, com destaque para as grandes potências capazes de influenciar e de conduzir as decisões no plano internacional – o que, segundo Nye (2002), restringia o debate a um certo número de atores – no atual contexto político e econômico, a diversidade de atores e a sua relevância, em um cenário globalizado e interdependente (Keohane, 1988) obriga à valorização de múltiplos Estados e atores não-estatais. A interdependência econômica e a conexão de redes de produção entre países desenvolvidos e emergentes, colocou todo o globo em evidência, de maneira que a instabilidade ou a ação de qualquer Estado ou ator não estatal pode afetar a dinâmica das relações internacionais.

Uma vez que os efeitos das mudanças climáticas no Ártico, assim como o surgimento de novas rotas de navegação comercial, o valor estratégico-militar da região e o acesso aos recursos naturais são questões de interesse global e capazes de afetar a ordem da política internacional com reflexos em todo o globo (Heininen, 2010), importa olhar para a governança na região e para o ator que nos parece mais bem posicionado para liderar a dinâmica dessa mesmagovernança: a União Europeia.

Tal como Manners (2002) afirma, a base normativa da UE, assenta-se em cinco normas básicas e quatro normas menores, a saber; paz, liberdade, democracia, estado de direito e direitos humanos; solidariedade social, anti-discriminação, desenvolvimento

sustentável e boa governança. Todas elas são essenciais para o desenvolvimento pacífico e sustentável da região ártica. Associada a esta base normativa, podemos também acrescentar a defesa dos direitos ambientais, os quais marcam claramente a agenda de ação política da Comissão³⁵ e que no Ártico se manifestam em questões concretas como o degelo, a subida do nível do mar e o quase desaparecimento das comunidades de ursos polares que morrem afogados em sua busca por alimento em áreas outrora congeladas.

Como argumenta Balão (2012, 170):

[...] as mutações que a Região Polar do Hemisfério Norte tem vindo a manifestar estarem a tornar-se cada vez mais interessantes, sobretudo para aqueles Estados e Atores – que não se resumem apenas aos designados “fronteiriços” (Bessa, 2006; 1982), como já foi referido - dotados de Elites decisoras que estão “conscientes” do valor intrínseco dos recursos ali existentes e da relevância que a sua exploração pode representar.

Por isso, o envolvimento cada vez mais amplo da União Europeia com o Ártico pode ser legitimado tanto pela sua geografia – visto estar territorialmente próxima da região Ártica – como pelas suas ligações políticas. E suas influências normativas são ainda acrescidas ao seu envolvimento com o Ártico, uma vez que diversas causas defendidas pela União, como a crescente autoconsciência da UE como "lutador climático", motiva a necessidade de criar uma política europeia comum para o Ártico (Østhagen, 2013). Conforme documento emitido pelo Conselho da União Europeia:

O Conselho reconhece que a responsabilidade pelo desenvolvimento do Ártico cabe em primeiro lugar aos Estados do Ártico, mas considera também que muitas das questões que afetam a região são de natureza mundial e ganham em ser tratadas a nível da cooperação regional ou multilateral, em particular no âmbito do Conselho do Ártico, e nomeadamente através do sistema das Nações Unidas. O Conselho regista que a União Europeia deverá continuar a dar um contributo significativo, tanto nas instâncias regionais como multilaterais que se ocupam de questões relativas ao Ártico. (Conclusões do Conselho sobre a política da UE para o Artico, 2019)

O posicionamento da UE sobre Ártico, claramente valoriza a boa relação na região e não a projeção de poder com vista à dominação dos espaços geográficos, o que reforça o nosso posicionamento da União ser um ator com capacidade de promover globalmente as causas da região Ártica. E este papel da UE pode ser ainda mais necessário quando o

³⁵ Os pilares da estratégia ambiental da UE expressam-se no Pacto Ecológico Europeu, Estratégia da Biodiversidade, Estratégia do Prado para o Prato e Lei do Clima, cujo objetivo é tornar a Europa no primeiro espaço ambientalmente neutro até 2050, ou seja, com impacto neutro nas emissões de CO₂.

Ártico passa a atrair a atenção de países não-Árticos – sejam eles europeus, sejam não-europeus.

Convém, portanto, considerar que:

As relações comerciais da UE e os laços econômicos entre os estados-membros do Ártico são substanciais em todas as pescas, recursos críticos e empreendimentos energéticos. Além disso, as linhas marítimas de comunicação para a União Europeia sempre significaram que o Atlântico Norte, e o Alto Norte, por extensão, foram de interesse estratégico para a UE se manter livre e aberta. [...] Sob vários acordos de compromisso, há fortes laços bilaterais, portanto, os planos destacados na nova política da UE para o Ártico para construir um posto avançado de “presença permanente” são apenas a visibilidade de sinalização da UE. (Buchanan, 2021).

Embora os interesses da UE no Ártico não sejam novos, visto que os primeiros comunicados de 2008 já abriam caminho para o desenvolvimento de uma política da União para a região ártica, tal como argumenta Sardi (2021), foram as descobertas científicas sobre as características geofísicas em rápida mudança da região, que levaram a UE a ampliar seus discursos sobre o Ártico em comunicações e resoluções que vêm sendo publicadas nos últimos quinze anos. Enquanto um poder hegemônico olharia para a região com vista ao aproveitamento dos recursos geoeconômicos ou geoestratégicos, a União mantém, desde 2008, preocupações com as alterações climáticas no Ártico, com o bom funcionamento político-econômico da região e com a exploração sustentável e pacífica desta zona geográfica.

No mais recente documento apresentado pela UE sobre o Ártico, e já aqui referido, publicado em Outubro de 2021, estrategicamente intitulado “Um compromisso mais forte da UE para um Ártico pacífico, sustentável e próspero”, a União destaca que o seu compromisso com a região ártica é orientado para a garantia de um Ártico pacífico, próspero e sustentável. O documento de 2021 tem fortes ligações com o posicionamento da União já anteriormente declarado, no documento de 2016, por exemplo. A UE, ao longo dos anos vem assim mantendo a mesma ênfase nas questões relacionadas com o Ártico. Tal condição, além de expressar estabilidade nos olhares da União Europeia para o Ártico, expressa de maneira contínua o seu interesse no bem-estar do Ártico e não simplesmente na sua exploração ou no seu posicionamento estratégico-militar.

Na declaração de 2021 a União reconhece, mais uma vez, que os Estados do Ártico têm a responsabilidade primária de enfrentar os desafios e oportunidades em seus territórios árticos, sem sugerir nenhum tipo de violação da soberania daqueles que são os principais

atores da região. Mas também identifica que o crescente número de desafios que têm vindo a aparecer no Ártico estão além dos limites territoriais do Estados do Ártico e sugere, como nas declarações anteriores, a importância da cooperação regional e multilateral para lidar com as sensíveis demandas do Ártico. E, por isso, o espaço territorial que se pode chamar de “Ártico Europeu” pode contar com a participação da União desde logo pela via da criação legislativa.

Uma consequência imediata deste posicionamento é a declaração de que a UE reforçará o seu envolvimento no Ártico, ratificando a sua Estratégia Global de 2016 para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, tendo como principais orientações a manutenção do diálogo pacífico em um cenário geopolítico em mudança para manter o Ártico seguro e estável; a valorização das características da região; o cuidado aos desafios ecológicos, sociais, económicos e políticos que surgem como consequência das mudanças climáticas; o combate às mudanças climáticas e à degradação ambiental, tornando o Ártico mais resiliente, por meio de legislação ambiental; o apoio ao desenvolvimento inclusivo e sustentável das regiões do Ártico em benefício de seus habitantes e gerações futuras, com foco nas necessidades dos Povos Indígenas, mulheres e jovens; a promoção de empregos orientados para o futuro e para a economia azul.

A Comissão Europeia considera que a União Europeia:

[...] é um líder mundial na luta contra as crises relacionadas com o clima e a perda de biodiversidade e está pronta a desempenhar plenamente o seu papel, bem como assumir a sua responsabilidade a nível mundial. A ação climática reveste-se de particular importância para o Ártico, dadas as grandes repercussões do aquecimento nessa região. As consequências desta transição do Ártico abrangem todo o planeta e afetam as pessoas de diversas formas. (Comissão Europeia, 2021)

E, portanto, as propostas legislativas no âmbito do Pacto Ecológico Europeu são questões fulcrais nas ações da União junto ao Ártico, inclusive porque a própria UE exerce influências também negativas no meio ambiente ártico, pois estando organizada como uma economia altamente industrializada, dispendo de uma numerosa população com capacidade produtiva e consumidora e, conseqüentemente, emissora de gases poluentes, a pegada ambiental da União Europeia pode provocar danos significativas no Ártico se as suas ações macroeconómicas foram acompanhadas por normas e leis que busquem equilibrar o desenvolvimento económico europeu com ações de preservação ambiental.

Também por isso a preocupação da Comissão Europeia em anunciar que:

A União Europeia é um líder mundial na luta contra as crises relacionadas

com o clima e a perda de biodiversidade e está pronta a desempenhar plenamente o seu papel, bem como assumir a sua responsabilidade a nível mundial. A ação climática reveste-se de particular importância para o Ártico, dadas as grandes repercussões do aquecimento nessa região. As consequências desta transição do Ártico abrangem todo o planeta e afetam as pessoas de diversas formas. As propostas legislativas no âmbito do Pacto Ecológico Europeu estão no cerne do empenho da UE relativamente ao Ártico, juntamente com a nova abordagem da UE para uma economia azul sustentável, apoiada pela ciência, a inovação e o investimento regional. (Comissão Europeia, 2021)

A Comissão também aponta que o impacto da UE no Ártico tem consequências imediatas, pois 36% da deposição de carbono negro no Ártico é decorrente do território europeu. E como o carbono negro acelera o aquecimento da região, aumentando o degelo da neve e dos glaciares, sendo ainda um poluente atmosférico, a União acaba sendo um ator que, embora possa militar pelas causas do Ártico, acaba incidindo sobre o Ártico tanto positiva quanto negativamente. Entretanto, a UE tem essencialmente um olhar orientado para a sensibilidade da região ártica, pois tanto reconhece o resultado negativo de algumas de suas ações como também se dispõe a minimizar ou corrigir os problemas decorrentes do seu território com incidência no Ártico. Condição esta que evidencia no Comunicado mais recente acerca do posicionamento da UE no Ártico:

A UE reconhece o seu próprio impacto na região e continuará a analisá-lo. Visa combater este impacto de forma coordenada, em estreita cooperação com as autoridades nacionais, regionais e locais, bem como com as comunidades do Ártico. Com esta nova Comunicação, a UE compromete-se a agir contra as principais fontes de poluição que afetam as regiões do Ártico, na atmosfera, na terra e no mar, como os plásticos e o lixo marinho, o carbono negro, os produtos químicos e as emissões dos transportes, bem como contra a exploração não sustentável dos recursos naturais. (Comissão Europeia, 2021)

As novas declarações da União acerca do Ártico estão em harmonia, podemos também dizer, com as novas tendências e demandas da região. Buchanan (2021) considera que a sustentabilidade é um assunto de interesse partilhado por todos os atores no Ártico. E, portanto, todo o planeamento feito na região ártica está constantemente considerando o desenvolvimento de atividades que sejam sustentáveis no e para o Ártico. Em toda região prolifera a preocupação com a adaptação à economia verde, sendo o gás natural por

exemplo, em substituição ao diesel, cada vez mais utilizado para o transporte marítimo e navegação no Ártico. Em suma, há um fluxo constante de novas tecnologias chegando ao Ártico, mas sempre acompanhadas de preocupações com a sustentabilidade e com uso de recursos não-nocivos ao delicado ecossistema da região.

Os discursos não confrontadores da União sobre o Ártico são compatíveis com as tendências globais que afluem para a região. Por exemplo, dois países não-árticos, a saber Japão e Coreia do Sul, recentemente somaram esforços com dois Estados membros do Conselho do Ártico (Finlândia e Suécia) para a promoção de ações de cooperação na região. Khorrami (2021) pondera que “o Ártico tem sido comumente descrito como uma zona de paz e cooperação desde o final da Guerra Fria” e que tal condição permitiu dar mais atenção à segurança humana e aos efeitos das mudanças climáticas na região. Questões estas que estão na pauta das preocupações da União em relação ao Ártico, sendo também questões mais frequentemente promovidas por atores não-hegemônicos cuja preocupação principal não é disputar influência direta ou ocupação em diferentes zonas geográficas. Antes, os atores que tendem a se preocupar com estes assuntos são também aqueles que buscam estabelecer vínculos pacíficos, parcerias e relações multilaterais. Por isso, o aumento da cooperação marítima entre Finlândia, Suécia, Japão e Coreia do Sul pode beneficiar “imensamente do desenvolvimento de um quadro coordenado de cooperação marítima sublinhado por uma lógica de capacitação por meio do compartilhamento de capacidades”. Estas quatro democracias, segundo Khorrami (2021):

[...] podem utilizar sua formidável experiência e know-how em construção naval, sustentabilidade e desenvolvimento de sistemas autônomos e inteligentes alimentados por IA, a fim de contribuir para o surgimento de zonas marítimas e de navegação mais seguras e expandidas de maneira econômica. Desta forma, a cooperação marítima pode ajudar muito a permitir que eles mantenham uma ordem baseada em regras no domínio marítimo da região, salvaguardando ainda mais seus próprios interesses comerciais e estratégicos no Ártico.

Esta é a tendência dos olhares globais para o Ártico. Os imensos desafios que a região oferece somados à sensibilidade ambiental e ecológica do Círculo Polar Norte não contribuem para ações confrontadoras, especialmente na via militar. E a UE, muito bem posicionada sobre esta realidade, aborda a questão do Ártico com inteligência, prudência e sempre focando em aspectos cruciais para a manutenção desta zona geográfica, tal como argumenta Borrell e Sinkevičius (2021):

A UE alargará o seu empenhamento no Ártico a toda uma panóplia de domínios de intervenção, o que inclui prestar especial atenção aos interesses e pontos de vista dos jovens e dos povos indígenas, que detêm um conhecimento único das paisagens locais e que são testemunhas em primeira mão de mudanças que constituem ameaças iminentes para todos nós. Precisamos claramente de uma abordagem integrada. Para tal devemos combinar os nossos objetivos climáticos e ambientais com as oportunidades económicas, bem como promover uma ação conjunta contra as ameaças à segurança que todos enfrentamos, incluindo as decorrentes da crise climática. Por exemplo, o incentivo a uma sólida transição ecológica permitirá às regiões do Ártico criar emprego em setores como a energia neutra em carbono, bem como desenvolver abordagens sustentáveis em matéria de conectividade, turismo, pescas e inovação.

Ademais, a UE pondera também que o seu papel geopolítico no mundo, para além de influência ideológica e normativa, podem trazer relevantes contributos para o Ártico. Por isso, a Comissão Europeia expressa que a UE tem interesses estratégicos a longo e a curto prazo tanto no Ártico europeu como na região do Ártico no seu conjunto, reforçando que a União se interessa em partilhar responsabilidades pelo desenvolvimento sustentável dessa região. Este discurso transcende a dimensão teórica quando a própria UE afirma que pretende investir no futuro dos habitantes do Ártico, promover educação e emprego, dar oportunidades aos grupos minoritários, fomentar transição ecológica orientada para a criação de oportunidades vinculadas à energia neutra em carbono, hidrogénio, indústrias extrativas sustentáveis, conectividade, turismo sustentável, tecnologias, pescas e agricultura ecológicas. Isto é, a União evidencia um claro e crescente interesse no Ártico que se expressa num envolvimento cada vez maior, direcionando seus discursos para questões muito relevantes e essenciais para a sobrevivência da região num contexto globalizado. E, ainda, revela um protagonismo com potencial de ser um importante defensor das causas árticas ao insistir na não-exploração do petróleo, do carvão e do gás, especialmente quanto ao uso de tecnologias não limpas, não sustentáveis e não renováveis.

4.5 A verificação das hipóteses

A verificação das duas hipóteses que apontamos no primeiro capítulo desta tese apoiou-se, essencialmente, nos documentos que utilizamos no decorrer deste capítulo e que apresentam os olhares da União Europeia para o Ártico, a saber: os documentos emitidos pela UE a partir de 2008.

Para facilitar a leitura e evitar ter de percorrer o texto de volta ao primeiro capítulo, as duas hipóteses são novamente apresentadas:

Hipótese 1:

A União Europeia usa, numa manobra hegemônica, a ideia de que o Ártico é uma zona global e, portanto, a internacionalização dos seus problemas pode atender aos interesses da UE, uma vez que a União pode se apresentar como um ator que já tem estados-membros dentro da região ártica e que, além disso, é um ator conhecido por valorizar a cooperação internacional e capaz de lidar com questões sensíveis e complexas a nível mundial. Mas, em última instância, a intenção da UE é garantir seu protagonismo no Ártico para atender, através do potencial do Ártico, os seus interesses económicos e energéticos, bem como firmar-se na região como um ator proeminente, seja alinhando-se com as forças hegemónicas que atuam no Ártico, seja confrontando estas forças para garantir a sua projeção individual nesta zona do globo.

Hipótese 2:

A União Europeia, apesar de ser um ator relevante no sistema internacional, não tem um histórico de protagonismos marcantes no Ártico. Contudo, se preocupa em salvaguardar o valor do Ártico como espaço vital da sobrevivência do planeta, e como tal, da própria humanidade, se utiliza de sua capacidade diplomática e de soft power para conscientizar o mundo sobre a importância do Ártico e de uma ação eminentemente cooperativa e construtiva como aquela que a EU representa. E, portanto, num movimento contra-hegemónico, a UE manifesta-se acerca do Ártico e estimula a cooperação na região como forma de garantir a manutenção da integridade deste espaço para lá de qualquer interesse estatal ou individualizado, político ou económico.

As análises que realizamos aos discursos da União Europeia sobre o Ártico, evidenciam o cumprimento da segunda hipótese, uma vez que aquilo que abordamos como sendo características marcantes do protagonismo hegemónico não estão (até hoje) objetivamente expressas nas publicações da UE sobre o Ártico. Os três principais conceitos que Robert Cox sugere como sendo essenciais para acúmulo e para manutenção do poder nas forças hegemónicas globais, a saber: a estrutura vertical das Relações Internacionais, o exercício da dominação do Estado nas relações com a Sociedade Civil e o controlo dos processos produtivos (e a conseqüentemente acumulação do capital daí decorrente) - não estão absolutamente presentes na relação da União Europeia com o Ártico.

Ao considerarmos a relação do pensamento Cox-Gramsci, ponderamos que as hegemonias globais decorrem do alargamento da influência das hegemonias nacionais, cujos valores e ideologias são propagados do contexto nacional para o internacional,

conseguindo estabelecer modelos político-económicos. Ora, a UE, sendo um ator sui generis na sua constituição político-jurídica, não dispõe na sua base de uma ideologia nacional. Em paralelo, embora exerça uma influência normativa e com bases humanistas, não tem propriamente uma ideologia universal, mas acomoda debaixo da sua influência as várias ideologias nacionais de seus Estados-membros, não podendo assim impor uma ideologia única e universal no Ártico. Ademais, como sugere Cox (1999) os poderes hegemónicos do cenário internacional se unem aos grupos dominantes de diferentes regiões do globo, estabelecendo vínculos e acordos que sejam benéficos para o alcance dos seus interesses. Mas, a União ao expressar quase que incessantemente a busca pela preservação do Ártico e pela boa e pacífica manutenção política da região, não avança numa direção compatível com os interesses hegemónicos que, na perspectiva de Cox e Sinclair (1996), se articulam em questões políticas, sociais, culturais e económicas, legitimando normas e regras que estabelecem mecanismos de controlo na relação entre capital privado e forças estatais.

A União Europeia, na expressão de uma possível força estatal no Ártico, teria de recorrer aos seus Estados-membros para combinar a influência estatal na região ártica. Entretanto, os Estados-membros da UE e que são Estados árticos não são atores hegemónicos. Logo, haveria uma dificuldade na aplicação do conceito hegemónico na vertente que defende a combinação do capital privado com as forças estatais. Analisando a imagem abaixo, cuja linha vermelha delimita os Estados que fazem parte do “Acordo sobre o fortalecimento da cooperação científica ártica”, firmado em 2017 pelos oito estados árticos, pode-se perceber que três estados-membros da UE estão dentro deste Acordo. Entretanto, dois deles não têm capacidades de articulação marítima direta no Ártico (Suécia e Finlândia) o que delimita a sua articulação económica no Ártico. Estes dois também não fazem parte dos Arctic Five, por este mesmo motivo. Somente um estado-membro da União pode ser um meio de projeção e de influência económica na dimensão marítima no Ártico; a Dinamarca (através da Groenlândia). Contudo, nenhum destes três Estados tem capacidades e força hegemónica.

Figura 9: Países que fazem parte do acordo internacional para o fortalecimento da cooperação científica no Ártico



AGREEMENT ON ENHANCING INTERNATIONAL ARCTIC SCIENTIFIC COOPERATION

NON-BINDING ILLUSTRATIVE MAP

This non-binding illustrative map shows the approximate extent of the Identified Geographic Areas described in Annex 1 of the Agreement on Enhancing International Arctic Scientific Cooperation. It is intended for illustrative purposes only and does not form part of the Agreement.

- Approximate Extent of Identified Geographic Areas
- 62°N
- - - Arctic Circle
- Additional areas covered voluntarily by Canada

Continental shelf areas are not depicted.
U.S. Department of State, OES/OPA, April 12, 2019

Fonte: Departamento de Estado Norte-americano³⁶

³⁶ Disponível em: <https://www.state.gov/key-topics-office-of-ocean-and-polar-affairs/arctic/>

Embora, tanto Cox quanto Gramsci sustentem que o poder hegemónico não é exclusivamente estatal, mas pode ser institucional e organizacional, consideramos que mesmo que a União Europeia tenha uma estrutura institucional capaz de condicionar decisões e normas em todo o globo, no Ártico ela não incorre nesta mesma direção, pois não avança para o Ártico num discurso agressivo normativo e tão pouco económico. Condições que, por sua vez, são observadas nas três grandes potências globais e que evidenciam a possibilidade de alargamento da sua capacidade hegemónica para o Ártico.

A China, por exemplo, tem estado atenta às estimativas apontadas pelo U.S Geological Survey (2008), que sugerem que debaixo do Oceano Ártico haja 1.669 trilhões de pés cúbicos de gás natural e 44 bilhões de barris de líquidos de gás natural – número que representam, em média, 30% das reservas mundiais de gás natural e 13% das de petróleo desconhecidas (Silva, 2014). Por isso, sendo a China “um grande importador de petróleo, a abertura de um novo e promissor cenário energético no Ártico é muito atrativo” (Silva, 2014, 100). O compromisso da China em se fazer presente no Ártico e marcar a sua influência na região, com fins de alcançar os seus interesses, pode ser nitidamente percebido nas relações chinesas com dois países europeus: Islândia e Dinamarca (sendo este membro da União Europeia). A natureza desta relação perpassa claramente pela vertente hegemónica, uma vez que a China estruturou estas aproximações pelo viés económico e também expressa na sua política para o Ártico o seu forte interesse económico e de investimento comercial no Círculo Polar Norte.

Na relação do governo chinês com a Islândia, Silva (2014, 104) destaca que:

Em consequência do colapso da economia islandesa em 2008, a China vem centrando grande atenção na Islândia. Em 2010 a China colocou a disposição da Islândia US\$ 500 milhões, por meio de uma operação de troca de moedas (currency swap), para ajudar na reestruturação do combalido sistema bancário do país. Além disso, a expectativa compartilhada por muitos analistas do Ártico é de que a Islândia se torne o mais importante eixo logístico com o aquecimento da região.

E uma condição não muito diferente foi também construída na relação da China com a Dinamarca:

Também os dinamarqueses passaram a apoiar abertamente a candidatura chinesa a observador permanente do Conselho Ártico, mormente depois da assinatura de acordos com a China que chegaram a US\$ 740 milhões, nas áreas de “economia verde”, agricultura e segurança alimentar. O apoio da Dinamarca coincide com o interesse chinês em investir na Groenlândia – ainda

uma província da Dinamarca – que possui consideráveis depósitos de minerais de terras raras, urânio, minério de ferro, chumbo, zinco, pedras preciosas e petróleo (Silva, 2014,104).

A China, no documento que sistematiza a sua política para o Ártico³⁷, aponta que as políticas e o posicionamento chinês sobre a sua participação nos assuntos árticos são: a intensificação da exploração e da compreensão do Ártico, a utilização dos recursos do Ártico de maneira lícita e racional, a exploração de petróleo, gás, minerais e outros recursos não vivos, o desenvolvimento de rotas marítimas do Ártico, a utilização de recursos pesqueiros e o desenvolvimento de recursos turísticos. Tais considerações são comparáveis com o nível dos discursos dos Estados Unidos e da Rússia (igualmente poderes globais e com ações essencialmente hegemónicas).

Em Maio de 2019, o Secretário de Estado norte-americano, Michael R. Pompeo, preferiu um discurso, em Rovaniemi, na Finlândia, transcrito na íntegra com o título “Looking North: Sharpening America’s Arctic Focus”³⁸. O Secretário de Estado apontou que:

Este é o momento da América se posicionar como uma nação do Ártico e pelo futuro do Ártico. Porque longe de ser um sertão árido [...] o Ártico está na vanguarda da oportunidade e da abundância. Abriga treze por cento do petróleo não descoberto do mundo, 30 por cento de seu gás não descoberto e uma abundância de urânio, minerais de terras raras, ouro, diamantes e milhões de quilômetros quadrados de recursos inexplorados. Pesca em abundância. E sua peça central, o Oceano Ártico, está rapidamente assumindo um novo significado estratégico. Os recursos offshore, que ajudam os respetivos estados costeiros, estão sujeitos a uma competição renovada.

O discurso acima é cheio de nuances de um ator hegemónico. Em diversos pontos da fala do Secretário, a perspectiva de uma projeção hegemónica está presente:

- 1) A necessidade de se “posicionar como” uma nação ártica. Sugerindo a ocupação de um lugar ou espaço numa determinada zona geopolítica.
- 2) O reconhecimento dos recursos naturais e enérgicos do Ártico, associando a exploração destes recursos à competição. Sugerindo a condição de disputas pelos recursos.

³⁷ China’s Arctic Policy - The State Council Information Office of the People’s Republic of China. Disponível em: http://en- glish.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm

³⁸ Discurso transcrito e disponível em: <https://www.state.gov/looking-north-sharpening-americas-arctic-focus/>

3) O reconhecimento da mudança que afeta o Oceano Ártico, mas não considerando a necessidade de preservação ou redução de ações que minimizem as transformações neste Oceano. Antes, aponta para o novo significado estratégico que isto indica.

A União Europeia, em contrapartida, sugere não a ocupação do Ártico por si ou por algum ator específico, mas ações conjuntas e partilhadas na região. Ao invés de apontar para as possibilidades de obtenção de recursos, defende a cooperação entre os atores para fomentar relações win-win, e considera que as mudanças ambientais na região são graves problemas ambientais que afetam a Europa e o mundo. Por isso, o discurso da UE é orientado pela vertente contra-hegemônica, não acompanhando de maneira objetiva os apontamentos e ações das grandes potências do Sistema Internacional.

Na sequência do discurso, o Secretário Michael R. Pompeo, diz:

[...] para alavancar o Ártico - o Ártico continental, todas as nações, incluindo as nações não árticas, devem ter o direito de se engajar pacificamente nesta região. Os Estados Unidos acreditam no mercado livre. Sabemos por experiência própria que a concorrência livre e justa, aberta, pelo Estado de Direito, produz os melhores resultados. Mas todas as partes no mercado precisam jogar de acordo com essas mesmas regras. Aqueles que violam essas regras devem perder seus direitos de participar desse mercado. Respeito e transparência são o preço da admissão.

O viés econômico/mercadológico de um ator hegemônico também aparece neste discurso, aproximando do Ártico a mesma lógica dominante da ideologia econômica que sustenta o mercado norte-americano. Numa direção oposta, a União declara a necessidade de preservação e de ações sustentáveis no Ártico, onde embora a UE concorde com a extração e obtenção dos recursos do Ártico, em momento algum a UE desvaloriza àquilo que a região oferece como um produto do mercado e sujeito à “livre concorrência”.

Similarmente, numa ótica hegemônica, a Rússia vê o Ártico como um baluarte estratégico para afirmar seu status de grande potência e, por isso, busca promover um poder coerente e uma política de desenvolvimento, como a militarização de suas fronteiras do Ártico e o desenvolvimento energético da região (Laruelle, 2020). Além disso, segundo o governo russo, dentre os interesses nacionais da Federação Russa no Ártico está o uso da zona ártica como base de recursos estratégicos da Federação Russa proporcionando a solução dos problemas de desenvolvimento social e econômico do país, a garantia da soberania e a integridade territorial russa no Ártico, usar a Rota do Mar do Norte como rota de comunicação de transporte nacional da Federação Russa e como um corredor global e competitivo para o transporte marítimo.

Portanto, a globalização do Ártico e a sua relevância internacional o colocam sob

olhares hegemónicos que podem projetar no Ártico o mesmo poder que projetam noutras zonas geopolíticas e repetir no Círculo Polar Norte o comportamento que os orientam no Sistema Internacional. Isto justifica, segundo Østhagen (2013), que União Europeia, através da Comissão e do EEAS (European External Action Service), pondere ativamente o seu envolvimento na região ártica como um ator que está atento ao que se passa no extremo norte do globo. O que, conseqüentemente, justifica também o interesse das próprias instituições europeias e seus estados-membros têm interesses na aproximação da União com o Ártico. E parece-nos que a valorização da aproximação da UE no Ártico reforça-se diante do facto de não existir uma estrutura internacional jurídica no Ártico que possa garantir a pacificidade das relações na região e equacionar harmoniosamente a exploração dos seus cobijados recursos naturais. Desta condição:

[...] resulta a possibilidade de equacionar e defender a existência não de uma, mas de várias estratégias para o Ártico. Ou, e ainda assim, a possibilidade de se avançar para uma estratégia multilateral, aglutinadora de diversas outras unilaterais, mas nas quais são identificados objetivos e são propostas linhas de ação que convergem, paralelamente, fortalecendo-se mutuamente porque comuns. Este é o caso de Estados-membros que, pertencendo àquela região do globo estão, além disso, integrados em organizações supranacionais¹ de âmbito regional, mas com uma capacidade de influência que, por vezes, se estende à escala global (UE) [Dinamarca, Finlândia e Suécia]. (Balão, 2012, 171)

Por isso, como sugere Steinberg (2015), a UE pode ter um protagonismo relevante na construção do atual cenário do Ártico, como outrora esteve presente, através dos estados europeus, nas relações com o Mediterrâneo. Ademais, o Ártico tem se transformado de um espaço marginal para um espaço crucial e central para o futuro do continente e da Humanidade. E tem sido também cada vez mais atraente aos países europeus não-árticos, evidenciando tanto o seu potencial econômico, quanto o seu potencial político, no que concerne à segurança e à projeção de poder. Mas é precisamente na base desta linha de pensamento que podemos evidenciar o caráter contra-hegemónico da União Europeia no Ártico, isto porque um discurso que acompanhasse as forças hegemónicas na região, simplesmente avançaria numa vertente exploratória, não sustentável e estimuladora dos conflitos, como claramente se verifica na análise discursiva à China, Rússia e Estados Unidos, mas que de todo não se verifica no que à União Europeia diz respeito.

Pelo contrário, a União Europeia projeta a sua política para o Ártico, sem ceder às pressões dos grandes atores hegemónicos, antes, contra-hegemonicamente expressa seu próprio posicionamento, apoiando seus discursos para o Ártico na sua estratégia ambiental e, assim, demonstra entender a sensibilidade desta zona, valorizando as suas

características e peculiaridades, objetivando manter um equilíbrio entre os seus interesses económicos e a estabilidade política do Ártico, e, acima de tudo, preocupando-se com a segurança global a partir do Ártico. Tal como afirma o atual Comissário do Ambiente, Oceanos e Pescas – Virginijus Sinkevičius (2020, online):

O que acontece no Ártico não afeta apenas a região, afeta-nos a todos. A UE deve ocupar a linha da frente, com uma política clara e coerente para o Ártico, a fim de enfrentar os desafios que se irão colocar nos próximos anos. Recorrer a um vasto leque de conhecimentos e pareceres especializados³⁹.

Esta declaração confirma não só o reconhecimento da UE sobre a globalização do Ártico, mas como argumentamos anteriormente, também demonstra a preocupação da União em estar presente no contexto de abertura da região ártica para o mundo e para os diversos atores que vêm aproximando suas intenções e ações no Círculo Polar Norte. Entretanto, e como já confirmamos, orientados pela hipótese dois, a construção da política da União Europeia para o Ártico segue uma direção contra-hegemónica. Pois, embora a União possa assumir certas características de um ator hegemónico, tendo em conta os elementos que apontamos no respetivo tópico acerca dos conceitos das forças hegemónicas, a relação da UE com o Ártico revela, contudo, expressões não-hegemónicas e contra-hegemónicas interessantes. Efetivamente, da nossa análise aos documentos que delineiam a política europeia para o Ártico, sobressai um protagonismo não-hegemónico da União que se traduz, grosso modo, pelo evitar uma abordagem unilateral e vertical de aplicação de normas.

Mais recentemente, e como já havíamos dado conta nesta tese (ver nota de rodapé 33), a Comissão iniciou uma consulta pública⁴⁰ para atualizar a sua política para a região ártica, num claro esforço por dar voz aos cidadãos europeus e espaço a processos de decisão inspirados numa abordagem bottom-up. A decisão da Comissão Europeia e do Serviço Europeu para a Ação Externa de lançar uma consulta pública sobre o caminho a seguir no que diz respeito à política da União Europeia para o Ártico, deixa claro, em nosso entender, que a UE não só busca legitimidade junto das suas opiniões públicas, muito sensíveis de um modo geral às questões ambientais e à fragilidade/relevância peculiar do Ártico, como busca uma política aberta para a região ártica, capaz de espelhar diferentes visões da sociedade europeia sobre e para o Ártico, e não apenas uma política realista centrada na defesa dos interesses económicos e políticos dos estados-membros ou da União Europeia.

³⁹ Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_20_1318

⁴⁰ A última consulta pública para o Ártico provida pela Comissão Europeia, esteve aberta entre 21 de Julho e 10 de Novembro de 2020.

A Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho, emitida em 2016 pela Comissão Europeia, intitulada “Uma política integrada da União Europeia para o Ártico” - e até ao momento o documento mais importante na definição da abordagem da UE à região - revela que a UE não opta por uma política hegemónica. Desde 2008, quando os primeiros documentos sobre a região ártica começaram a ser formulados, a União Europeia tem procurado, continuamente, fazer atualizações e estas têm sido sempre orientadas pela abertura a ideias e opiniões sobre a relação da UE com esta zona, numa demonstração da maturidade democrática da UE.

A decisão da Comissão, em dezembro de 2019, de promover a consulta pública ocorrida em 2020, é uma evidência factual do protagonismo da União Europeia no Ártico, cujos objetivos, tal como já mencionados, orientam-se pela luta contra as alterações climáticas e proteção do ambiente ártico, pelo desenvolvimento sustentável no Ártico e na zona circundante e pela cooperação internacional sobre as questões ligadas ao Ártico (Comissão Europeia – Comunicado de Imprensa, 2020). Por outras palavras, é um protagonismo não meramente egoístico, mas centrado na defesa de uma região cuja dinâmica ambiental pode afetar o meio ambiente em outras partes do globo e provocar danos generalizados, e, portanto, os interesses geoeconómicos e geopolíticos não seriam unicamente individuais.

Naturalmente que não deixa também de ser legítima a preocupação da União com o aspeto geopolítico do Ártico e sua relação com a segurança do continente europeu. A proximidade geográfica entre as duas zonas tem necessariamente de gerar uma atenção razoável da União acerca dos atores com interesse direto no Ártico. Apesar disto, a UE mantém um discurso nitidamente não hegemónico, não afirmando qualquer intenção dominadora, controladora ou restrita ao protagonismo de certos atores na região ártica. Pelo contrário, tal como se depreende do discurso do Alto Representante da União Europeia e vice-presidente da Comissão, Josep Borrell:

O Ártico é uma fronteira em rápida evolução, em termos de relações internacionais. As alterações climáticas estão a transformar radicalmente a região e a aumentar a sua importância geopolítica, com uma série de intervenientes a verem novas oportunidades estratégicas e económicas no Extremo Norte. Temos de garantir que o Ártico continua a ser uma zona de baixa tensão e de cooperação pacífica, em que as questões são resolvidas através de um diálogo construtivo. A União Europeia deve estar plenamente equipada para gerir eficazmente a nova dinâmica, de acordo com os nossos interesses e valores.

A Comunicação Conjunta emitida pela Comissão Europeia, em 2016, demonstra a

preocupação da UE com os desdobramentos políticos e económicos na região ao mesmo tempo que deixa claro que a União compreende que tem a responsabilidade mais imediata pela resolução dos problemas nos territórios árticos. O documento inicia com um evidente reconhecimento da União Europeia acerca da globalidade do Ártico:

A segurança, a estabilidade, a sustentabilidade e a prosperidade do Ártico são importantes não só para esta região, mas também para a União Europeia (UE) e para o resto do mundo. A UE tem um interesse estratégico em desempenhar um papel central na região do Ártico.

Numa orientação claramente não-hegemónica, a União não impõe nem a sua capacidade governativa no Ártico e nem clama para si a prerrogativa de ser um ator mais capaz para gerir os desafios da região. Pelo contrário, sugere que a UE tem interesse em desempenhar um papel importante no Ártico, mas primeiro aponta que a importância da região não é exclusivamente para si ou para seus estados-membros. Antes, considera que a segurança, estabilidade e prosperidade do Ártico são condições importantes para a própria região, mas também para o mundo todo.

A sequência do texto avança para o reconhecimento das características geopolíticas da região e, também, valorizam alguns elementos que não são próprios de um olhar hegemónico, tais como as populações indígenas e a possibilidade de tratar as questões do Ártico em cooperação seja regional seja multilateral:

Oito Estados possuem territórios no Ártico: Canadá, Reino da Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos. Por conseguinte, três Estados-Membros da UE são também Estados do Ártico, enquanto a Islândia e a Noruega fazem parte do Espaço Económico Europeu. No Ártico vivem vários povos indígenas. A região do Ártico inclui também o oceano Ártico e os mares adjacentes. Embora a responsabilidade pela resolução dos problemas nos seus territórios incumba em primeiro lugar aos Estados do Ártico, muitas das questões que afetam a região e que são examinadas na presente comunicação conjunta podem ser tratadas mais eficazmente através da cooperação regional ou multilateral. Daí a importância do envolvimento da UE.

Mesmo reconhecendo o crescimento da importância geopolítica do Ártico, tendo em vista o aumento de intervenientes que almejam explorar economicamente a região, a declaração não defende a limitação de atores na região e nem argumenta de maneira restritiva acerca da participação de atores no Ártico, isto é, não argumenta que apenas os

Estados árticos, ou a UE através dos seus estados-membros, são aqueles com mais direito sobre esta zona. Antes, a contrapartida da UE em relação ao aumento de interessados no Extremo Norte é garantir a paz e a cooperação. E, tendo em vista o atual papel da União Europeia no Sistema Internacional, é natural que o documento destaque o potencial da UE como ator capaz de contribuir para um regime de governação eficaz da região e que valorize a manutenção das relações pacíficas que estão há tanto tempo em marcha.

Os três principais documentos da EU para o Ártico que expressam a sua política integrada para o Ártico, procuram destacar a relevância da União nesta região, mas sem chamar para si a superioridade na resolução de questões árticas ou impor seus interesses na região. A Comunicação de 2008 que versava sobre “A União Europeia e a região ártica” e depois atualizada em 2012, foi finalmente consolidada pela Comissão Europeia e pelo Alto Representante, no documento emitido em 2016. Essencialmente todas as propostas para consolidar a política da UE na região voltam-se para o desenvolvimento sustentável do Ártico, para a promoção de desenvolvimento científico e tecnológico sobre o ambiente, para cuidados com os povos indígenas e as consequências das alterações climáticas no extremo norte do globo.

Na resolução de março de 2014, o Parlamento Europeu novamente reforçou a necessidade de atenção com as populações autóctones do Ártico. Embora seja favorável ao desenvolvimento económico do Ártico, há uma clara preocupação com o bem-estar das populações locais e com o frágil ecossistema da região. E, por isso, o Parlamento Europeu abordou no documento de 2014 sobre a necessidade de prevenção da poluição para operações offshore de petróleo e gás, sobre a importância da cooperação entre diferentes atores no campo científico para avanços em investigações, sobre a estabilidade política da região, a fim de garantir segurança e proteção de navegação das novas rotas marítimas e, talvez o ponto mais importante, sobre a necessidade de estabelecer um orçamento destinado exclusivamente para a aplicação das estratégias da União Europeia no Ártico.

Em 2017 o Parlamento Europeu emitiu uma nova resolução versando sobre o documento de 2016, “Uma Política Integrada para o Ártico”. Neste novo relatório foi observado que a Rússia, até 2015, havia estabelecido “pelo menos seis novas bases a norte do Círculo Polar Ártico, incluindo seis portos em águas profundas e 13 aeródromos, e aumentou a presença de forças terrestres no Ártico” (Parlamento Europeu, Relatório sobre uma política integrada da União Europeia para o Ártico, 2017, 7). Foi também apontado o crescimento dos interesses chineses em explorar as novas rotas marítimas no Ártico, bem como a crescente potencialidade de recursos energéticos que têm ficado cada vez mais acessíveis. Mas, apesar destas ações de duas potências hegemónicas do Sistema Internacional, a União manteve a proposta de assegurar no Ártico uma relação pacífica entre os atores, defendendo a necessidade de assegurar relações de baixa tensão política na

região e garantir uma cooperação construtiva com salvaguardando a estabilidade do Ártico.

[...] exorta a UE a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros para apoiar a preservação e a proteção do ambiente na região; salienta o importante papel do Conselho do Ártico na manutenção de uma cooperação construtiva, de um nível de tensão reduzido, da paz e da estabilidade na região do Ártico. (Parlamento Europeu, Relatório sobre uma política integrada da União Europeia para o Ártico, 2017, 10).

O relatório volta a destacar a problemática do aquecimento global no Ártico, considerando que a região está esquentando duas vezes mais rápido que a média global e que a diminuição da camada de gelo no Oceano Ártico, neste ano, foi 40% menor do que a sua extensão no mesmo período do ano há 35 anos atrás. Em resposta ao problema da poluição e do aquecimento global, o relatório defende a proibição de uso de combustíveis pesados em navios que façam escala nos portos da UE no Ártico.

As alterações climáticas criam novas oportunidades de desenvolvimento económico do Ártico, através da potencial exploração dos recursos energéticos, como o petróleo e o gás, ainda parcialmente por descobrir, da criação de novas rotas de navegação e da intensificação das atividades turísticas, suscetíveis de impulsionar o comércio e o investimento na região a longo prazo; salienta, a este respeito, a importância da política comercial da UE como um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e dos objetivos ambientais. (Parlamento Europeu, Relatório sobre uma política integrada da União Europeia para o Ártico, 2017, 23).

Ademais, a UE reconhece que a nova dinâmica que se estabelece no Ártico, através da globalização da região, precisa dar continuidade ao desenvolvimento do Círculo Polar Norte sem interferências conflituosas, seja entre os atores da região seja entre estes e atores não-árticos. O poder normativo da União apresenta-se como uma mais-valia para este fim, podendo ser um elemento altamente influenciador no comportamento dos novos atores que se chegam ao Ártico, bem como naqueles que já atuam na região. Tal perspetiva foi fortalecida pelo Conselho Europeu, em Dezembro de 2019. Na ocasião, o Conselho revisou as comunicações conjuntas sobre uma Política Integrada para o Ártico:

O Conselho recorda a Comunicação Conjunta sobre uma Política Integrada da União Europeia para o Ártico, publicada em 27 de abril de 2016 pela Comissão Europeia e pelo Alto Representante; e as conclusões do Conselho

sobre o Ártico em 20 de junho de 2016; bem como as conclusões do Conselho de 12 de maio de 2014 sobre o desenvolvimento de uma política da União Europeia para a região do Ártico (Conselho da União Europeia, 2019, 2).⁴¹

E a conclusão do Conselho é que a UE reconhece que a responsabilidade principal pelo desenvolvimento do Ártico passa inevitavelmente pelos países do Ártico, mas:

[...] considera igualmente que muitos dos problemas que afetam a região são de natureza mundial e podem ser tratados mais eficazmente por meio de uma cooperação regional ou multilateral, em particular o Conselho do Ártico e inclusive via sistema das Nações Unidas” (Conselho da União Europeia, 2019, 2).

O documento não argumenta sobre a primazia da União, através de seus Estados-membros no Ártico, para resolver os problemas da região. Pelo contrário, pondera sobre a importância da participação da Organização das Nações Unidas no Ártico, abrindo assim a oportunidade para atores externos contribuírem na região, visto ser a ONU uma organização intergovernamental e voltada para a promoção da cooperação internacional. E pondera ainda sobre a importância do Conselho do Ártico que é composto por oito países sendo apenas dois deles Estados-membros da UE. Ou seja, a União aponta nesta declaração o reconhecimento da importância de participação de outros grandes atores no Ártico, tais como Estados Unidos e Rússia (ambos membros do Conselho do Ártico).

O documento final emitido em 2016 – Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Uma política integrada da União Europeia para o Ártico – considerou que UE deveria manter o seu nível de financiamento atual em favor da investigação sobre o Ártico (cerca de 200 milhões de Euros na última década). E tal investimento, apesar de sua robustez, não traz um ganho real e imediato à nível económico à União.

Este programa incidirá num sistema de observação integrado destinado a estudar o impacto que as mudanças no Ártico têm sobre as condições meteorológicas e climáticas do hemisfério norte, bem como o efeito das alterações climáticas sobre o permafrost do Ártico e as suas consequências socioeconómicas. Além disso, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) também proporcionam financiamento para atividades de investigação e inovação nos domínios das alterações climáticas e do

⁴¹ Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/41665/st14952-en19.pdf>

ambiente no Ártico.

Além disso, e diferentemente dos outros atores do Ártico (como Canadá, Estados Unidos e Rússia) e não-árticos (como China e Japão), a União se propõe a investir na região em parceria com as outras potências hegemônicas do Ártico, nomeadamente os Estados Unidos, o Canadá e a Rússia, sem reclamar direitos no uso das rotas comerciais ou ganhos de curto prazo na extração de recursos energéticos.

Um dos aspetos centrais das atividades de investigação desenvolvidas pela UE no Ártico será a iniciativa EU-PolarNet, que apoia um consórcio europeu de peritos e de infraestruturas dedicado à investigação polar, com o objetivo de integrar melhor as capacidades científicas e operacionais da Europa nas regiões polares. No âmbito da EU-PolarNet, 22 institutos de investigação europeus desenvolverão e lançarão um programa europeu integrado de investigação polar. No âmbito deste projeto está prevista a colaboração com organismos de investigação do Canadá, da Rússia e dos EUA.

Apesar da União Europeia não ter um papel preponderante no Ártico, especialmente porque ela começou a sistematizar suas políticas voltadas para a região somente na última década, a UE não apresenta nas suas declarações acerca do Ártico nenhum tipo de intenção hegemônica. Isto é, ao olhar-se para os conceitos de hegemonias globais, especialmente nas vertentes de Cox e Gramsci, caracterizando a dominação política e económica em associação com a imposição cultural nas diversas esferas sociais, não é possível ver que a União tenha este comportamento para a região ártica. Isto não significa que a UE não possa ser considerada um ator hegemónico no Sistema Internacional. Entretanto, no recorte geográfico e temporal desta tese, quais sejam, a região ártica e a relação da União com esta região a partir da emissão dos primeiros documentos sobre este assunto, não se pode considerar que União Europeia tenha intenções hegemônicas para o Ártico.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os inúmeros discursos sobre o meio ambiente no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais começaram a ganhar destaque no último quarto do século XX. Desde então, esta temática tem ganhado cada vez mais notoriedade, principalmente no ambiente acadêmico-científico, com as investigações sobre este problema a abrirem-se para diversos outros problemas, tais como as tensões geopolíticas que decorrem das alterações climáticas, os fluxos migratórios de seres humanos decorrentes da instabilidade ambiental, ameaças à segurança, desequilíbrio alimentar (e nutricional) em certas populações (com possibilidades de efeitos globais), quebra do ciclo natural dos ecossistemas etc. São inúmeros os problemas que decorrem das mudanças climáticas e da degradação ambiental e são muitos aqueles que se enquadram nas análises da Ciência Política.

As mudanças que têm ocorrido no Ártico não são diferentes. Os impactos das mudanças climáticas fazem-se sentir no mundo, e fazem-se sentir no Ártico, uma vez que o mundo e seus ecossistemas estão todos profundamente interconectados. As mudanças ocorridas no Ártico podem ser potencializadoras tanto de novas oportunidades econômicas/comerciais para os diversos Estados e empresas, como de tensões e conflitos que nunca marcaram o cenário ártico. De facto, embora a região tenha um histórico de paz e de negociações win-win, com forte direcionamento para a diplomacia, questões como a redução da camada de gelo, o surgimento de novas rotas de navegação marítima e o acesso facilitado às fontes de petróleo e gás natural no Oceano Ártico, rapidamente atraíram atores localizados geograficamente fora desta região e podem assim alterar as condições políticas do Ártico. Hoje, além das necessidades de discussões e acordos entre os tradicionais países do Ártico, estes precisam dialogar com países não-árticos, sem um extenso histórico de participação e envolvimento dentro do Círculo Polar Norte, mas suficientemente relevantes no sistema internacional para reclamar o seu protagonismo. E, conseqüentemente, novos desafios recairão sobre o Ártico e sobre os oito Estados que fazem parte do Conselho do Ártico.

A forma de os atores estatais expressarem o seu protagonismo no Sistema Internacional, não fica automaticamente anulada quando se trata de protagonismo no Ártico, ou seja, nada garante que embates militares e conflitos armados poupem a região, pese embora os mesmos nunca terem aí ocorrido até hoje. Afinal de contas, os discursos dos atores no Ártico não deixam de evidenciar aquilo que eles são no Sistema Internacional. Atores como Rússia e Estados Unidos, que são historicamente marcados por ações pragmáticas e decisões de ganhos imediatos para o acúmulo de poder no SI, embora defendam a cooperação no Círculo Polar Norte, não escondem suas intenções de obterem proveitos para si, no Ártico, e para o incremento de seu poder econômico através dos

recursos que a região oferece.

Contudo, a UE não emite um discurso dominador, confrontador e hegemónico para o Ártico. Embora a União tem um extenso histórico de ingerência em questões globais e até mesma capacidade de impor regras e condicionar eventos (dentro e fora de seu território), no Ártico a UE não sugere, nos documentos emitidos até este agora, ser um ator hegemónico. Ainda assim, o Ártico pode ser crucial para a União Europeia tanto pela proximidade geográfica com o continente europeu como pela presença dos Estados-membros da União que estão dentro do Círculo Polar Norte. Acrescentando à isto o facto de as alterações climáticas e mudanças ambientais no Ártico podem afetar todo o planeta e, conseqüentemente, o futuro da Europa e de sua segurança. Mas, apesar disto, a UE não faz nem imposição de ganhos económicos e comerciais a despeito dos investimentos que faz na região e nem a declarações ameaçadoras aos outros atores no Ártico – ainda que alguns destes claramente queiram projetar poder na região.

Mesmo que a Rússia esteja, cada vez mais, ampliando seu poder militar no extremo norte, ou que a China tenha declarado que seus planos para o Ártico são de longo prazo e sua intenção é ter uma presença marcante na “Rota Polar da Seda”, tendo sido inclusive formalizado um acordo sino-russo para exploração e navegação no Ártico, e que sejam pois inúmeras as ameaças que estas questões podem suscitar, a União Europeia não emitiu todavia declarações confrontadoras ou ameaçadoras às ações destas forças hegemónicas no Ártico.

Pelo contrário, a UE tem sido insistentemente não-hegemónica no Círculo Polar Norte, reforçando continuamente a necessidade de cooperação, de acordos multilaterais e de ações conjuntas que busquem o bem-estar coletivo no Ártico, tanto para os Estados como para as populações indígenas e locais. Aquilo que a UE tem dito sobre o Ártico e o modo como ela tem se posicionado acerca da região pode ser uma mais-valia para o bem-estar coletivo, seja dos seus Estados-membros na região ártica, seja para os demais Estados do Sistema Internacional. É verdade que outros atores que emitiram documentos com as suas estratégias para o Ártico e suas políticas para esta região também defenderam a cooperação, a pacificação e multilateralidade nas ações dentro do Círculo Polar Norte. Mas, simultaneamente, seus discursos projetam a defesa da sua soberania, o seu direito primaz na extração dos recursos naturais em determinadas zonas no Ártico e a necessidade de treinamento militar e militarização de seus territórios. Entretanto, este tipo de declaração não se encontra na visão da União para a região ártica.

O compromisso estratégico da União Europeia em relação ao Ártico estabelece-se, insistentemente, na colaboração da União com os países da região, na luta conjunta contra as alterações climáticas, na proteção do ambiente ártico, na promoção do desenvolvimento sustentável na região e no estímulo à cooperação internacional sobre as diversas questões ligadas ao Ártico. Além destes argumentos serem todos eles não-hegemónicos, a UE vai

numa direção contra-hegemónica ao defender a ação e o trabalho conjunto no Ártico e não os seus interesses, ou de seus Estados-membros, ou ainda de seus aliados. As ações dominadoras dos atores do Sistema Internacional iniciam em seus discursos e, no Ártico, a UE não só não emite discursos não-hegemónicos como também faz declarações contra-hegemónicas ao não propagar exclusividade de participação no Ártico, mas, pelo contrário, defende a participação aberta de todos os interessados, argumentando sempre sobre a necessidade da cooperação e do multilateralismo na região ártica.

A decisão da Comissão Europeia e do Serviço Europeu para a Ação Externa de lançar a consulta pública sobre o caminho a seguir no que diz respeito à política da União Europeia para o Ártico, evidencia a tentativa da UE de tentar estabelecer uma política aberta para a região, ao invés de trabalhar exclusivamente numa via unilateral, impondo decisões e normas que determinem verticalmente os interesses económicos da União na sua relação com o Ártico. A União tem capacidade, inclusive, de estabelecer um protagonismo pedagógico no Ártico que pode ser referência normativa na construção de uma governança global na região. Em outras palavras, a União pode contribuir na longevidade da paz e da cooperação no Ártico, influenciando a região com ideias e ações que valorizem a sua sustentabilidade, condições democráticas e a participação da sociedade civil nas questões atinentes ao Ártico.

No século XXI, quando o Ártico tem sido alvo de interesses globais, faz-se ainda mais necessário garantir a perpetuação da paz ártica e da boa governança na região. O equilíbrio entre as forças hegemónicas que olham para o Ártico pode ser encontrado no conhecimento e na experiência da UE de gerir questões complexas e identificar padrões de ações e de comportamentos políticos que contribuam para a humanização das relações entre atores tão assimétricos e diversificados que buscam no Ártico novas oportunidades de recursos económicos e energéticos.

As características que marcam os discursos da União Europeia para o Ártico são claramente compreendidas na ótica das abordagens teóricas pós-positivista das Relações Internacionais, particularmente, para as análises conclusivas desta tese, na ótica da Teoria Crítica das Relações Internacionais. A TC reconhece que os problemas políticos e económicos contemporâneos não podem – e não serão – superados unilateralmente. Ou seja, é completamente necessário ações multilaterais para que os problemas sistémicos sejam solucionados. E dada a complexidade dos desafios, que progressivamente se intensificam, no cenário global, é preciso uma contínua reestruturação de governança que seja capaz de se adaptar e responder às demandas sempre mais globalizadas e que envolvem tantos novos como diversos e incluem, para além dos Estados, empresas multinacionais, corporações transnacionais e organizações da sociedade civil. E as ações de todos estes atores, bem como as suas agendas, estão sempre ganhando mais

exposição, se internacionalizando e à vista dissose globalizando. Isto posto, novas regras, padrões e interações – sempre mais complexos – vão construindo um cenário global que não é hermético. Longe disto, é um cenário em continua mutação e que, dada a condição essencial da globalização, vai sempre se expandindo e incorporando novos atores nas suas conexões interativas. Tal como ocorreu com o Ártico que, apesar de geograficamente isolado e geopoliticamente distinto, não escapou às influências globalizantes e agora está inserido num contexto global e sob a atenção de atores globais.

É importante mencionar que a conjuntura política e económica global é marcada por ações e oposições, ora organizadas ora espontâneas, que se expressam primeiro em discursos e, eventualmente em posteriores atitudes. E tanto os discursos como as ações foram – e têm sido – condições condutoras e construtoras da conjuntura global nas quais as forças hegemónicas tanto atuam como observam, a fim de garantir o status quo e a perpetuação das regras e normas globais. Deixando assim evidente que no Sistema Internacional o papel dos atores nunca foi estático, mas opostamente, sempre historicamente construído, tal como apregoa a Teoria Crítica, e condicionado por ações e imposições políticas e económicas.

Os agentes, portanto, que ativamente participam da construção da globalização e de seus desdobramentos não são, necessariamente, os continuamente ativos nas consequências ambientais, sanitárias, securitárias, políticas, culturais etc, que atuam no mundo já globalizado. Por vezes são passivos e sofrem involuntariamente e indesejadamente as consequências das mudanças contínuas que a globalização promove. Ainda na lente da Teoria Crítica, as forças hegemónicas lutam persistentemente para superar estas condições e para manter as suas capacidades de dominação no SI. E torna-se, portanto, inevitável, nesta tensão constante do Sistema Internacional onde alguns declinam e outros crescem, o afloramento de novos atores que podem ganhar proeminência em determinadas questões na ordem global. O que nos permite considerar que talvez seja este o papel futuro da União Europeia no Ártico que, ao usar a sua capacidade adaptativa, pode projetar-se como um novo ator ártico e capaz de condicionar o cenário na região. Visto que o cenário é sempre construído pelos eventos históricos, que condicionam as decisões políticas e económicas, não é impensável que a UE se levante como um ator determinante ao futuro do Ártico e condicionante na manutenção da ordem política no Círculo Polar Norte.

A perspetiva crítica e pós-positivista da Teoria Crítica abre-nos espaço para considerar que os discursos da União Europeia sobre o Ártico sejam também emancipatórios, uma vez que não favorecem a dominação hegemónica no Ártico, indo no sentido oposto e valorizando a participação aberta e horizontal de diferentes atores com vistas ao bem comum. Não é uma oposição positivista e sustentada pela crítica às

condições materiais e políticas, mas sim discursos essenciais que difundem concepções sociais e culturais (que impactam decisões políticas e económicas) para construir um cenário democrático no Ártico e não sujeito ao domínio dos poderes hegemónicos já em operação no Sistema Internacional, no resto do globo. Por isso, o pensamento crítico da TC, na vertente de Cox, sustenta que o contexto é dialeticamente constituído a partir da relação, mais ou menos profícua, entre a consciência e as circunstâncias materiais, e cujas consequências precipitam-se prementemente nas relações de produção e consumo, nas estruturas económicas, nas forças produtivas, na formação e propagação das ideologias e, por fim e como consequente, na consolidação das hegemónias globais.

A internacionalização do Estado, que para Cox, conseguiu avançar fortemente a partir da criação do sistema de Bretton Woods e acabou cimentando a economia global, enfraquecendo os limites e as fronteiras entre as políticas económicas domésticas e a internacionais, levou afinal o próprio Estado à sujeição e à dominação de uma economia capitalista mundial. Esta passou a organizar a vida, o trabalho e a produção em escala global, criando não um ator hegemónico, mas um sistema hegemónico que acima de tudo trata sociedades, regiões, países, culturas e recursos como objetivos cujo fim é prover lucro. Sendo esta a condição que começou a ser implantada no Ártico. A valorização da abertura das rotas marítimas no extremo norte do globo é indiretamente uma valorização do aquecimento global. E o anseio pela exploração dos recursos energéticos abaixo do Oceano Ártico que a cada ano reduz mais na sua camada de gelo é uma evidência da valorização do interesse hegemónico de um sistema hegemónico. E nisto, novamente, a União Europeia se posicionada numa ordem contra-hegemónica, no Ártico, ao priorizar a preservação ambiental em detrimento dos recursos económicos e materiais que a região pode dar.

É verdade também que Cox também pondera que o Sistema Internacional, ao ter chegado nesta atual conjuntura a partir de um constructo histórico, pode novamente ser mudado a partir da continuidade de sua construção. E esta passa, inevitavelmente, pela participação conjunta de todos os atores; países pobres, Estados em desenvolvimento, Organizações não governamentais, organismos transnacionais e, principalmente, pela sociedade civil. Logo, quando a UE abriu oportunidade para participação coletiva para coleta de opiniões e ideias para a sua política para o Ártico, a União estava precisamente chamando novos atores – com ênfase na sociedade civil neste caso – para promover mudanças numa zona sensível e crucial ao mundo todo. E, portanto, uma zona que não pode estar debaixo de dominação hegemónica.

A TC também sustenta que a globalização estimulou – e impôs – uma cultura unificada e global, enfraquecendo a influência e o valor das culturas nacionais. Condição que cada vez mais se atesta no Ártico. A desvalorização das culturais indígenas e das comunidades autóctones nada mais são do que uma decorrência da capacidade violadora

da globalização de minimizar tradições e culturais mais pequenas e impor uma cultura hegemónica, levando o espectro da dominação para todo o globo. Entretanto, quando a UE se posiciona favor das comunidades indígenas no Ártico e defende não só os seus direitos sobre o uso e a exploração dos recursos que a região ártica oferece, mais uma vez a União assume um carácter contra-hegemónico, argumentando a favor daqueles que são dominados pelo sistema hegemónico global.

Em suma, confirma-se à luz da Teoria Crítica que a associação entre política e capital, tal como explicamos no capítulo dois desta tese, contribui na formação de uma hegemonia sistémica económica e capitalista cujo acúmulo de poder é contínuo e ambicioso pelo seu próprio crescimento. E, de maneira indiferente, promove degradação ambiental, instabilidade económica, desigualdades, injustiças, opressões e explorações de recursos e de pessoas. A Teoria Crítica, embora compreenda estes fenômenos não os considera encerrados, mas antes como possíveis de mudanças a partir da sua construção histórica. E, em vista disso, supõe que as sociedades não perderam a sua autodeterminação e sua autonomia crítica. Havendo assim sempre novas possibilidades de (re)construir os contextos a partir da história.

Ao apresentar políticas para o Ártico que sejam contra-hegemónicas, a UE avança na sua autodeterminação e, igualmente, na sua capacidade críticas de compreender a magnitude do Ártico para a Europa e para o mundo. Pois, ainda que a globalização, na perspectiva da Teoria Crítica seja decorrente da internacionalização do Estado, sustentado pela força económica e pela aproximação desta da esfera política, estruturando políticas produtivas e laborais, e, por fim, estabelecendo capacidades de influência ideológica à nível mundial, a TC também reconhece a possibilidade de construção de normas e valores que contribuam positivamente na boa convivência global. Condição esta que a União Europeia pode exercer no Ártico e que pode evitar a dominação hegemónica da região, fomentando uma cultura sustentada por normas e valores que atribuam ao Ártico uma real sustentabilidade e que propague ao mundo uma ideologia de conscientização da sua importância e da necessidade da sua preservação.

Apesar de identificarmos claramente na política da União Europeia para o Ártico, um não alinhamento às forças hegemónicas do Sistema Internacional, consideramos que as problematizações de investigação acerca deste assunto não se concluem nesta tese. Pelo contrário, a investigação que desenvolvemos abriu-nos novas perspectivas que nos permitiram veralgumas fragilidades que rondaram a nossa investigação, bem como pontos fortes. E de ambas as condições (fragilidades e fortalezas) percebemos algumas oportunidades que devem direccionar a trajetória académica futura do doutorando, bem como possibilidades de aprofundamento na investigação à nível de pós-doutoramento.

Com isto, colocamos aqui algumas questões que foram surgindo conforme as

análises avançavam e que não puderam – e nem poderiam neste foco – ser respondidas nesta tese, seja pela fragilidade de um histórico de ações e de relações da UE com o Ártico, seja pela própria ênfase que estas questões exigem, obrigando-nos à olhares ainda mais detalhados e específicos tanto para o Ártico quanto para o posicionamento da União nesta região do globo.

A partir dos documentos citados na tese e que expressam a relação da União com o Ártico, caracterizando olhares não-hegemônicos e contra-hegemônicos, fica evidente que a UE evita a imposição de normas e a exploração unilateral da região. Entretanto, tendo em vista que os discursos formais da União Europeia para esta região começaram a receber uma atenção mais especializada a partir de 2008, temos ainda espaço para questionar e, conseqüentemente, investigar futuramente se a abordagem contra-hegemônica da UE no Ártico decorre de um interesse puro na defesa de uma região cujos desdobramentos podem afetar outras partes do globo, ou se na prática, a UE não tem estrutura militar nem unicidade política suficiente para optar por uma política mais agressiva na região ártica.

Obviamente que este questionamento é típico da influência das lentes realistas, mas, embora não comunguemos dessa abordagem, tão pouco a podemos descartar, pois a partir dela surgem novos questionamentos que podem naturalmente ser analisados pelas lentes da Teoria Crítica e que podem contribuir numa explicação ainda mais específica e delimitada do porquê a União constrói uma abordagem contra-hegemônica no Ártico. Isto é, ao levantar este questionamento, que nos parece ser plausível e coerente de ser investigado e analisado à nível de pós-doutoramento, expomos novas problemáticas que acompanham, direta e indiretamente a necessidade de continuar em busca de razões que expliquem porque a UE insiste em discursos não orientados pelos interesses das grandes potências do SI e não se apoia nos princípios hegemônicos em sua ação.

Também identificamos que a UE não faz declarações conflituosas no Ártico, antes chama a atenção dos atores árticos e não-árticos para a necessidade de ações conjuntas. Será que podemos aí antever o desenvolvimento de uma estratégia que permitirá à União projetar-se no futuro como uma possível mediadora de questões políticas no Ártico, tendo em vista a crescente complexidade da região e para a qual será por conseguinte muito importante o know-how comercial adquirido pela UE?

Tais perguntas não podem ser plenamente respondidas agora porque a participação da União Europeia no Ártico e a formulação de políticas integradas para a região são ainda recentes, sendo esta uma condição que fragiliza o aprofundamento da investigação nestas questões. Mas parece-nos inquestionável que a capacidade normativa da União Europeia e a sua capacidade de atuação global estão agora estendendo-se para o extremo norte do globo, abrindo assim oportunidades para o desenvolvimento de uma estrutura de governação que pode ser determinante na manutenção da paz e na

sustentabilidade do Ártico. Esta nova estrutura tem potencial de ser investigada e analisada, contribuindo para novas perspectivas sobre o porquê da aproximação da União Europeia do Ártico, bem como os caminhos que a UE percorrerá para consolidar esta aproximação.

REFERÊNCIAS

- Amelot, A. Oreschnikoff, A. Canova, E. The Union's New Arctic Policy: Towards an Increasingly Geopolitical Approach?, Nov 2021, Groupe d'études géopolitiques. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/2021/11/08/the-unions-new-arctic-policy-towards-an-increasingly-geopolitical-approach/>
- Antunes, R. (2005) O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- Aranha, M. L. (2006) História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna.
- Balão, S. (2010) Globalização, Geopolítica, Geografias de Poder e a(s) Estratégia(s) para o Ártico. Trabalho de Investigação Final do Curso de Defesa Nacional. Acessível no Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Portugal.
- Balão, S. (2012) A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico. Revista Debater a Europa. Número 6. (Janeiro/Junho).
- Balão, S. (2014) Crisis and Global Transformations - the mood for improving social sciences application in the XXI Century. The Arctic region and the Gulf of Guinea in comparison. Portuguese Political Science Association, Observatório Político, Lisboa.
- Balão, S. (2016) 'Geopolítica e Geoestratégia do Ártico no século XXI: Inovação ou Recorrência?' In Lara, A. (ed). Previsão e Mudança. Estudos Políticos e Sociais. pp. 75-149, Lisboa: Ed. MGI.
- Baptista Filho, A. (2009) 'Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo'. Dissertação de Mestrado apresentada como ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.
- Baptista, A. R. P. (2015) 'O Ártico – Geopolítica e Desafios Transnacionais. Dissertação de Mestrado.' Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Aeronáutica Militar. Academia da Força Aérea. Sintra.
- Bengtsson, R. Elgström, O. (2002) 'Conflicting Role Conceptions? The European Union in Global Politics.' Foreign Policy Analysis, vol. 8, pp. 93-108.
- Beck, U. (2010) Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34.
- Benson, D. Jordan, A. (2010) 'European Union environmental policy after the Lisbon Treaty: Plus ça change, plus c'est la même chose?'. Environmental Politics. Vol. 19. Issue 3. 468-474. doi: 10.1080/09644011003690948.
- Blunden, M. (2009) The New Problem of Arctic Stability. Survival, 51:5, 121-142.
- Brigham, L. W. (2007) 'Thinking about the Arctic's Future: Scenarios for 2040'. World Future Society's. September-October Edition. United States, Chicago. Published in the World Future Society's Conference.
- Borrell, J. Sinkevičius, V. (2021). 'A visão da UE para o Ártico'. Diário de Notícias. Publicado em 18 Outubro 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/a-visao-da-ue-para-o-artico-14229115.html>
- Börzel, T. A. Risse, T. (2010) 'Governance without a state: Can it work?' Regulation and Governance, 4, 113-134.
- Bjørkli, H. P. (2015) 'Arctic Governance: Understanding the geopolitics of commercial shipping via the Northern Sea Route.' Department of Comparative Politics. University of Bergen. Faculty of Social Science. Norway.

- Braudel, F. (1987) A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco.
- Buchanan, E. 'On Thin Ice: Does the EU Know What It Wants in the Arctic? The National Interest.' Publicado em 20 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/thin-ice-does-eu-know-what-it-wants-arctic-195164>.
- Buzan, B. Hansen, L. (2012) A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Unesp.
- Carr, E. (2001) Vinte anos de crise: 1919-1939. 2.ed. Brasília: UNB.
- Castells, M. (1999) A Sociedade em Rede: A Era da Informação; v. 1. Ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Comissão Europeia (CE). (2008) The European Union and the Arctic Region. Comunicado 763. Comissão Europeia: União Europeia. Disponível em: <<http://www.ec.europa.eu/>>.
- Comissão Europeia (CE). (2008) European Parliament Resolution of 9 October 2008 on Arctic Governance.
- Comissão Europeia (CE) .(2012) European Commission, and High Representative Joint Communication to the European Parliament and the Council. Developing a European Union policy towards the Arctic region: Progress since 2008 and next steps. JOIN (2012) 19 final. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/28342/142554.pdf>.
- Comissão Europeia (CE). (2016) European Commission, e High Representative. Joint Communication to the European Parliament and the Council. An Integrated European Union Policy for the Arctic. JOIN (2016) 21 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0021&from=EN>.
- Comissão Europeia (CE). (2020) Comunicado de Imprensa - Política para o Ártico: UE lança consulta sobre a estratégia para o futuro. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/pres-corner/detail/pt/IP_20_1318.
- Comissão Europeia (CE). (2021). A stronger EU engagement for a peaceful, sustainable and prosperous Arctic. Joint Communication to the European Parliament, The Council, The European Economic And Social Committee and The Committee of the Regions. Brussels, JOIN(2021) 27 final. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_5214
- Comissão Europeia (CE). (2021). Perguntas e respostas sobre a estratégia da UE para o Ártico. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/QANDA_21_5164
- Comissão sobre Governança Global (1996) Nossa Comunidade Global. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Conselho da União Europeia. (2019). Conclusões do Conselho sobre a política da UE para o Ártico. Bruxelas, 9 de dezembro de 2019. 14952/19. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14952-2019-INIT/en/pdf>.
- Cox, R. (2007) Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: Stephen, G. (org), Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.101-123.
- Cox, R., e Sinclair, T. (1996) 'Beyond international relations theory: Robert W. Cox and approaches to world order.' In Approaches to World Order (Cambridge Studies in International Relations, pp. 3-18). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511607905.002.
- Cox, R., e Sinclair, T. (1996) 'Structural issues of global governance: Implications for

Europe (1991)'. In *Approaches to World Order* (Cambridge Studies in International Relations, pp. 237-240). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511607905.013.

- Cox, R., e Sinclair, T. (1996) 'Ideologies and the New International Economic Order: Reflections on some recent literature (1979)'. In *Approaches to World Order* (Cambridge Studies in International Relations, pp. 376-419). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511607905.019.
- Delworth, T.L., F. Zeng, G., Vecchi, A. (2016) 'The North Atlantic Oscillation as a driver of rapid climate change in the Northern Hemisphere', *Nature Geoscience* 9, 509-512.
- De Masi, D. (2003) *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: SENAC.
- Diamond, J. (2014) *Armas, Germes e Aço*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- Diez, T. (2005) 'Constructing the Self and Changing Others: Reconsidering Normative Power Europe.' *Journal of International Studies*, Vol.33, No.3, pp. 613-636.
- Dodds, K-J. Nuttall, M. (2017) 'Materializing Greenland within a Critical Arctic Geopolitics', in Soby, K. e Rahbek-Clemmensen, J. (eds), *Greenland and the International Politics of a Changing Arctic: Postcolonial Paradplomacy between High and Low Politics*. Routledge Research in the Polar Regions, Routledge, Abingdon, pp. 139-154.
- Dodds, K-J. Depledge, D. (2017) 'Bazaar governance: Situating the Arctic Circle'. In K. Keil, e S. Knecht (Eds.) *Governing Arctic Change*. London: Palgrave Macmillan Ltd, pp. 141-160.
- Elias, N. (1998) *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fiori, J. L. (1997) *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder edinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Fiori, J. L. (2008) *O sistema interestatal capitalista no início do século XXI* in FIORI, J.S. MEDEI-ROS, C. SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.
- Fiori, J. L. (2009) *O poder global e a nova geopolítica das nações*. *Crítica y Emancipación*, (2): 157-183, primer semestre.
- Fiori, J. L. (2014) *História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Fiori, J. L. (2013) *Poder, geopolítica e desenvolvimento*. Artigo publicado no Portal Carta Maior em 1 de julho de 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Poder-geopolitica-e-desenvolvimento/28779>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.
- Flesmes, D. (2007) *Emerging Middle Powers Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum*. GIGA Working Papers, Hamburg, n. 57, August, p. 6-30.
- Flesmes, D. (2010) *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. Ashgate.
- Flesmes, D. Wehner, L. (2012) 'Drivers of strategic contestation in South America'. GIGA Working Paper, n. 207, October, p. 03-31.
- Flesmes, D. 2013. 'Network Powers: strategies of change in the multipolar system.' *Third World Quarterly*, Vol. 34, N° 6, p. 1016 - 1036.
- Ford, J., B. Smit. e Wandel, E. (2006) 'Vulnerability to climate change in the Arctic: A case study from Arctic Bay, Canada'. *Global Environmental Change*, Volume 16, Issue 2: 145-160.

- Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 18º edição.
- Foucault, M. (1987) *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*, Petrópolis, Editora Vozes, 27º edição.
- Giddens, A. Beck, U. Lash, S. (1997) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp Editora.
- Gramsci, A. (1976). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gerhardt, T. e Silveira, D. (Orgs). (2009) *Métodos de Pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil –UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gilpin, R. (2002) *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Gilpin, R. (2004) *O Desafio do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Record.
- Ginsberg, R. e Penksa, S. (2012) *The European Union in Global Security*. United Kingdom: Palgrave.
- Governo do Japão. (2015) 'Japan's Arctic Policy. The Headquarters for Ocean Policy'. Disponível online em 21 de Outubro de 2015. Disponível em: <http://library.arcticportal.org/1883/>. Acesso em Agosto 2017.
- Gramsci, A. (2001) *Cadernos do Cárcere*. Volume II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2007) *Cadernos do Cárcere*. Volume III. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gratius, S. (2007) 'Brasil en las Américas: ¿Una potencia regional pacificadora?' *Documentos de Trabajo FRIDE*, (35), 1.
- Hancké, B. (2010) 'The Challenge of Research Design'. In: MARSH, D. e STOKER, G. *Theory and methods in political science*. pp. 232-248. United Kingdom: Palgrave.
- Harvey, D. (2008) *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª ed. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2011) *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Bom tempo Editorial.
- Heininen, Lassi (2010) 'Circumpolar International Relations and Cooperation'. In L. Heininen, C. Southcott, L. Heininen, e C. Southcott (Eds.), *Globalization and the Circumpolar North*. Fairbanks: University of Alaska Press.
- Heininen, L. (2012) 'State of the Arctic Strategies and Policies - A summary'. In: L. Heininen, ed. *Arctic Yearbook*. Finland: Northern Research Forum University of the Arctic, pp. 2-47.
- Hobsbawm, E. (1982) *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Horkheimer, M. (1983) *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Horkheimer, M. (2003) *Teoría crítica*. 3ª reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Humpert, M. Raspotnik. (2012) 'The Future of Arctic Shipping Along the Transpolar Sea Route'. *Arctic Yearbook*. 2012. 281-307.
- Hunt, E. K. (1989) *História do pensamento económico*. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. 7ª edição - Rio de Janeiro: Campus, p. 44.

- Jensen, L. (2008) Government, the State, and Governance. Polity, vol. 40, no. 3, pp. 379–385. www.jstor.org/stable/40213486.
- Jönsson, C. Tallberg, J. (2010) Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations and Implications. Palgrave Macmillan Publisher: UK.
- Jordaan, E. (2003) 'The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers'. Politikon, 30(1), 165-181.
- Keohane, R. (1984) After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Politics/Economy. Princeton. Princeton University Press.
- Keohane, R. (1988) 'International Institutions: Two Approaches.' International Studies Quarterly, 32: 379-396.
- Keohane, R. e Nye, J. (1989) Power and interdependence. New York, Longman.
- Kindleberger, C. (1973) The world in depression, 1929-39. Berkeley: University of California Press.
- King, G. Murray, C. (2001) 'Rethinking human security'. Political Science Quarterly. New York, v.116, n. 4, winter, p. 585-610.
- Khorrami, N. 'Finland, Japan, South Korea, and Sweden: A Middle Power Partnership for Enhanced Maritime Capacity in the Arctic'. The Arctic Institute. Publicado em 26 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.thearcticinstitute.org/finland-japan-south-korea-sweden-middle-power-partnership-enhanced-maritime-capacity-arctic/>
- Laruelle, M. (2020) 'Russia's Arctic Policy: A Power Strategy and Its Limits', Russie.Nei.Visions, No. 117, Ifri, March.
- Lavenex, S. (2004) 'EU external governance in 'wider Europe'', Journal of European Public Policy, 11:4, 680-700.
- Leal, J. (2012) 'O Ártico como Espaço Geopolítico'. Tese de Doutorado. Programa de doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais do departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.
- Mackinder, H. (1904) 'The Geographical Pivot of History', The Geographical Journal, v. 23, n. 4, p. 421–437.
- Mahan, A. (2007) The Influence of Sea Power Upon History, 1660 - 1783. New York: CosimoInc.
- Manners, I. (2002) 'Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?' Journal of Common Market Studies. Volume 40, issue 2.
- Marx, K. O capital: o processo global de produção capitalista. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.
- Marx, K. Engels, F. (1989). A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes.
- Ministério de Relações Exteriores do Reino do Dinamarca. (2011) Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011 – 2020. Documento emitido pelos Departamentos de Relações Externas da Dinamarca, Groenlândia e Ilhas Faroé.
- Moraes Neto, B. R. (1986) Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. Revista Administração de Empresas [online]. vol.26, n.4, pp. 31-34. ISSN 0034-7590. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/GY5jJGMdMySSym9B6DD78Fb/?lang=pt>.
- Moreira, A. (1996) Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Almedina.
- Moritz, R., Bitz, C. e Steig, E. (2002) Dynamics of Recent Climate Change in the Arctic. Science, Vol. 297, Issue 5586, pp. 1497-1502.

- Nogueira, J. P. Messari, N. (2005) Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Nolte, D. (2010) How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, 36(04), 881-901.
- Nye, J. (1990) Soft Power. *Foreign Policy*, No. 80, Twentieth Anniversary, pp. 153-171.
- Nye, J. (2002) Compreender os conflitos internacionais. Lisboa: Gradiva.
- Nye, J. (2012) O Futuro do Poder. São Paulo: Benvirá.
- Organização de Segurança e Serviços do Governo Norueguês. (2017) 'Norway's Arctic Strategy – between geopolitics and social development'. Ministério de Relações Exteriores da Noruega.
- Østhagen, A. (2013) The European Union – An Arctic Actor?. *Journal of Centre of Military and Strategic Studies*. Volume 15, issue 2. pp. 71-92.
- Overland, J., Wood, K., e Wang, M. (2011) 'Warm Arctic - cold continents: climate impacts of the newly open Arctic Sea'. *Polar Research*. <https://doi.org/10.3402/polar.v30i0.15787>.
- Palosaari, T. e Tynkkynen, N. (2015) 'Arctic securitization and climate change'. In: JENSEN, L. C. e HØNNELAND, G. (eds). *Handbook of the Politics of the Arctic*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- Parlamento Europeu. (2020). 'A Balanced Arctic Policy for the EU'. Policy Department for External Relations Directorate General for External Policies of the Union. PE 603.498 - July 2020. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/603498/EXPO_IDA\(2020\)603498_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/603498/EXPO_IDA(2020)603498_EN.pdf)
- Parlamento Europeu. (2015) The outcome of the ninth Arctic Council Ministerial meeting. Directorate-General for External Policies. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2015/549036/EXPO_ATA\(2015\)549036_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2015/549036/EXPO_ATA(2015)549036_EN.pdf)
- Parlamento Europeu (2014) 'EU strategy for the Arctic.' European Parliament Resolution of 12 March 2014 on the EU strategy for the Arctic. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2014-0236_EN.html
- Parlamento Europeu (2011) A Sustainable EU Policy for the High North. European Parliament Resolution of 20 January 2001 on a sustainable EU policy for the high north. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2012:136E:0071:0081:EN:PDF>
- Passos, R. et al. (2014) Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas. Marília: Oficina Universitária.
- Pedrosa, M. N. (2004) 'A crise do modelo de produção taylorista/fordista e a emergência do toyotismo.' Universidade Federal de Santa Maria. Artigo de conclusão de curso. Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro. Santa Maria. Disponível em: <http://www.holgonsi.com/globalizacao/taylorismo-fordismo-toyotismo.html>. Acesso em dezembro de 2016.
- Pereira, R. (2012) 'A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia'. Programa de pós-graduação em Estratégia. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Polanyi, K. (2000) A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Sardi, F. (2021). 'Arctic politics in 2021: the EU's turn to play'. The 89 Initiative.

Disponível em: https://89initiative.com/arctic-politics-in-2021-the-eus-turn-to-play/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=arctic-politics-in-2021-the-eus-turn-to-play

- Sangiovanni, M. E. (2005) 'Transnational Networks and New Security Threats'. Cambridge Review of International Affairs.
- Santos, L. G. (2003) *Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo: A Informação após a virada Cibernética*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Santos, M. (1997) 'Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte', *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, pp. 335-376.
- Santos, V. C. (2009) 'Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos'. VI Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: UNICAMP.
- Saraiva, L. (2010) 'A União Europeia na Gestão de Crises'. *Revista Nação e Defesa*. N.º 127 –5.ª Série, pp. 97-109.
- Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE). (2021). *Nova Estratégia Ártica da UE*. Publicado em 18 de Outubro de 2021. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/105777/new-eu-arctic-strategy_en
- Silva, A. P. (2014) 'A China também olha para o Ártico.' *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. ISSN 2238-6262, v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014, p. 95-117.
- Scott, J. Vom Hau, M. Hulme, D. (2010) *Beyond the BICs: identifying the 'emerging middle powers' and understanding their role in global poverty reduction*. The University of Manchester. BWPI Working Paper, 137.
- Schrijver, N. (2016) 'Managing the global commons: common good or common sink?'. *Third World Quarterly*, 37:7, 1252-1267, doi: 10.1080/01436597.2016.1154441
- Sheehan, M. (2004). *International Security: an analytical survey*. London: Lynne Rienner Publishers, 2004.
- Smith, A. (1983) *A Riqueza das Nações*. Coleção: Os Economistas. Volumes 1. São Paulo: Abril Cultural.
- Steinberg, P. (2015) 'Europe's 'Others' in the Polar Mediterranean'. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. Royal Dutch Geographical Society. Vol. 107, No. 2, pp. 177–188.
- Stępień, A. (2015) 'Internal Contradictions and External Anxieties: One 'Coherent' Arctic Policy for the European Union?' In: Alfredsson, G. e Koivurova, T. *The Yearbook of Polar Law*, Volume II .pp. 249-289.
- Stępień, A. Raspotnik, A. (2019) *Can the EU's Arctic policy find true north?*. Centre for European Policy Studies. Publicado em Setembro. Disponível em: <https://www.ceps.eu/can-the-eus-arctic-policy-find-true-north/>
- Strange, S. (1988) *States and Markets. An Introduction to International Political Economy*, Oxford, Basil Blackwell Publishers.
- Strange, S. (1996) *The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tamnes, R. e Offerdal, K. (eds). (2014) *Geopolitics and Security in the Arctic: Regional dynamics in a global world*. London, Taylor e Francis Group.

- Taylor, F. W. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1982.
- Tauile, J. R. (2001) Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Tilly, C. (1996) Coerção, capital e Estados europeus. São Paulo: Edusp.
- TMMK: Toyota Motor Manufacturing, Kentucky, Inc. Official Website of Toyota Motor Manufac- turing. About TMMK: History. Disponível em: <http://toyotaky.com/history.asp>. Acesso em ja- neiro de 2017.
- Toffler, A. (1995) A Terceira Onda. Rio de Janeiro: Record.
- United Nations. Commission on Human Security. (2003) Report of the Commission on Human Security: "Human Security Now". New York. ISBN 0-9741108-0-9. Acesso em Setembro de 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/91BAE-EDBA50C6907C1256D19006A9353-chs-security-may03.pdf>
- Vella, K. Mogherini, F. (2016) 'Why the Arctic matters to Europe. An EU policy for sustainable development and cooperative security'. European Commission. Disponível em: https://ec.eu-ropa.eu/commission/commissioners/2014-2019/vella/blog/why-arctic-matters-europe-eu-po- licy-sustainable-development-and-cooperative-security-federica_en.
- Villa, R. D.; Reis, R. R.. (2006) 'A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa'. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n° 62, São Paulo, 2° sem./2006, pp. 19-51.
- Vromen, A. (2010) 'The Challenge of Research Design'. In: MARSH, David e STOKER, Gerry. Theory and methods in political science. Pp. 255-266.
- Wallerstein, I. (1974) The modern world system I. Nova York: Academic Press.
- Weitz, R. (2019) US Policy Towards the Arctic: Adapting to a Changing Environment. International Centre for Defence and Security: ICDS. Publicado em Outubro. Disponível em <https://icds.ee/en/us-policy-towards-the-arctic-adapting-to-a-changing-environment/>
- Wegge, N. (2011). 'The EU and the Arctic: European Foreign Policy in the Making'. Arctic Review on Law and Politics, vol. 3, 1/2012 p. 6–29. ISSN 1891-6252.
- Wright, E. O. (1997) Class Counts: comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, O. (2005) ' Governing the Arctic: From Cold War Theater to Mosaic of Cooperation ' . Global Governance, vol. 11, no. 1, pp. 9 – 15. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/27800550.